



Alteridade, Racismo e Representações Sociais: O caso do ebola no Brasil | Lassana Danfá

Universidade Federal de Pernambuco | Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Psicologia | Curso de Mestrado em Psicologia

LASSANA DANFÁ

ALTERIDADE, RACISMO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O CASO DO EBOLA NO BRASIL

RECIFE, 2016



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Psicologia
Curso de Mestrado em Psicologia

Mestrado
Psicologia
UFPE

2016

LASSANA DANFÁ

**ALTERIDADE, RACISMO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O CASO
DO EBOLA NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito para
a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Renata Lira dos Santos Aléssio

RECIFE

2016

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

D181a Danfá, Lassana.
Alteridade, racismo e representações sociais: o caso do ebola no
Brasil / Lassana Danfá. – 2016.
127 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Lira dos Santos Aléssio.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Pernambuco.
CFCH. Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2016.
Inclui referências.

1. Psicologia social. 2. Problemas sociais - África. 3. Ebola (Doença).
4. Representações sociais. 5. Racismo na imprensa - Brasil. I. Aléssio,
Renata Lira dos Santos (Orientadora). II. Título.

302 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2016-31)

LASSANA DANFÁ

**ALTERIDADE, RACISMO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O CASO
DO EBOLA NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito para
a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: 23/02/ 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Renata Lira dos Santos Aléssio
(Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Jorge Luiz Lyra da Fonseca
(Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a. Ana Raquel Rosas Torres
(Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba

*Dedico este trabalho ao meu pai, minha mãe,
meus tios Mamadú Danfá e Amido Danfá, a minha
prima amada Djutala Danfá, a minha querida e
incansável orientadora Renata Lira, que dia e noite me
ajudou a pensar e elaborar este trabalho da melhor
maneira e por fim a todas as vítimas do ebola e Aids na
África e no mundo*

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos aos meus pais pela educação que me deram, a minha orientadora pelo seu bom humor de sempre, respeito, sinceridade, confiança no meu potencial, dedicação e acima de tudo elevado interesse e engajamento com este trabalho. Orientadora que me ajudou a crescer enquanto pesquisador e com qual me identifiquei desde a primeira orientação na sua forma megalomaniaca de trabalhar rsrs. Enfim, considero a orientadora à estilo dela raríssimo e não cai do céu rsrs. Como toda a convivência é suscetível de alguns desconfortos ou pequenos males entendidos, peço desculpas a qualquer coisa feita sem querer. Os meus agradecimentos para a professora Fátima Santos, minha eterna orientadora, a quem serei sempre grato pelos ensinamentos, puxões de orelha rsrs e de todas as dúvidas e socorros dados nos momentos que precisei. À Jorge Lyra pelas grandes contribuições neste trabalho, desde a disciplina do Seminário da Dissertação, qualificação e Psicologia Social e Saúde, muito obrigado Jorge. A Mariana Bonomo pelas ricas contribuições na qualificação e que me ajudaram a pensar melhor este trabalho. Os meus agradecimentos para a professora Ana Raquel Torres pelo acolhimento e ensinamentos durante todo o período de mobilidade, obrigado por tudo professora Ana. Os meus agradecimentos vão igualmente para todos os colegas do Grupo de Pesquisa e Comportamento Político da UFPB, Manuella Karine, D'Angelles, Clarissa Barros, Eldo, Hyalle, Andrezza, Khalil, Iara, Aíla, Layanne e os demais integrantes que me deram suporte no período da mobilidade. Os meus agradecimentos pelos colegas do Labint Edclécia, que contribuí bastante desde a graduação até o mestrado na discussão e melhoria dos meus trabalhos, e claro, sempre implicando rsrs. Agradeço a Lívia, Manoel, Yuri, Fernanda doutoranda e Fernanda Vasconcellos, Mariana Pessoa, Larissa Coelho e os demais integrantes do LABINT pelo companheirismo e discussões. Agradeço todos os meus professores do PPG Psicologia pelos ensinamentos, muitos desde a graduação, e para Secretário João Cavalcanti pela paciência. Os meus agradecimentos para os meus amigos José Luis Ferreira Sá, Clariovaldo, Ismael pelo apoio, incentivo e troca de sempre. Pelas risadas, piadas, farras. Para Dilena, Érika pelo carinho, respeito e por compartilhar o mesmo teto comigo.

Enfim, “custou, mas foi”, como diz o provérbio português.

RESUMO

O presente trabalho objetivou estudar a construção social do ebola na mídia impressa brasileira à luz da Teoria das Representações Sociais, articulando conceitos de alteridade, do risco, problema social, mídia e racismo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa feita por intermédio da análise do conteúdo clássica e do tratamento automático com ajuda do IRAMUTEQ. Foram feitos dois estudos, uma na revista *Veja* (5 matérias publicadas no último surto) e outro no jornal *Folha de São Paulo* (291 matérias publicadas desde 1976 até março de 2015). Os resultados do estudo na revista *Veja*, através da análise de conteúdo com foco no eixo semântico (sentidos) e sintático (forma) apontam para 4 eixos de construção de sentidos: uso da metáfora da companhia militar para demonstrar o combate do homem contra um vírus potencialmente destrutivo; a alteridade radical, colocando o outro africano como “estranho e “poluente”, neste caso, com qualidades essencialmente negativas; o distanciamento, em que o vírus ebola é colocado como problema inerentemente africano e África como lugar que oferece condições propícias para disseminação da doença; a ideia da infra-humanização, colocando as qualidades do africano e respectivas crenças ou traços culturais como sub-humanas. O estudo do jornal *Folha de São Paulo* foi realizado com ajuda de tratamento automático de texto pelo software IRAMUTEQ, proporcionado a Classificação Hierárquica Descendente e análise fatorial de correspondência. Os resultados mostram mundos léxicos organizados em função, de um lado, do discurso do especialista, e de outro, do discurso do não especialista. O discurso dos especialistas traduz as hipóteses científicas explicativas em torno do vírus do ebola focalizadas no macaco como principal responsável pela passagem em humanos e o caráter destrutivo do ebola. O segundo eixo, dos não especialistas, aponta para a dicotomia ocidente versus África, representada através das oposições: ordem/caos, controle/descontrole, longínquo/próximo, “civilidade”/“incivilidade”, “superior”/“inferior”. Os resultados da Análise Fatorial de Correspondência nos permitiram constatar a emergência de dois polos. No polo horizontal vimos na classe 5 o discurso de especialista se opondo aos discursos das outras classes, que agrupam os discursos de não especialistas: a transnacionalização e pânico global (classe 3); mobilização mundial versus distanciamento (classe 1); olhar exótico e ambiente caótico (classe 4); histórico, prognóstico e dados epidemiológicos (classe 2). No polo vertical vimos as classes 1 (mobilização mundial versus distanciamento) e 2 (histórico, prognóstico e dados epidemiológicos) se opondo às classes 3 (transnacionalização e pânico global) e 4 (olhar exótico e ambientes caóticos). Apesar dos dois estudos serem feitos em períodos e veículos midiáticos diferentes, as representações sobre ebola não mudaram com o tempo. Percebem-se uma atitude ambivalente da mídia na construção do risco (aproxima e afasta); alteridade radical que relega ao africano e sua cultura o caráter essencialmente negativo e infra-humanização do africano. Por meio destes dois veículos de comunicação os sentidos atribuídos sobre ebola se organizam nas seguintes oposições: pureza /impureza, sujeira/limpeza, civilidade/incivilidade, caos/ordem. Os nossos achados demonstraram que a crise do ebola reatualiza a thêmata do reconhecimento social pela sua negativa. Vimos o olhar valorativo do outro africano pelo viés negativo, ligado à sujeira, impureza, incivilidade, descontrole.

Palavras-chave: Ebola, Representações Sociais; Risco; Alteridade; Problema Social; Mídia; Racismo.

ABSTRACT

This work aimed to study the social construction of Ebola in Brazilian's media using TRS, articulating concepts of alterity, risk, social problem, media and racism. It is a qualitative research done through the classical content analysis and automatic data processing with the help of IRAMUTEQ. Two studies, one in *Veja* magazine (5 articles published in the latest outbreak) and one in the newspaper *Folha de São Paulo* (291 articles published from 1976 to March 2015), were made. The results of the study in *Veja* magazine, through content analysis focused on the semantic axis (mean) and syntactic (build) point to 4 axis of construction: use metaphor of military company to demonstrate man's fight against a virus potentially destructive; the radical alterity, setting other African as "strange and pollutant", in this case, with essentially negative qualities; the distance, where the virus is Ebola placed as inherently African problem and Africa as a place that offers favorable conditions for spread of the disease; the idea of infrahumanization, setting the qualities of African and their beliefs or cultural traits as subhuman. The study of the newspaper *Folha de São Paulo* was accomplished out automated processing of help text by IRAMUTEQ software, provided a Descending Hierarchical Classification and correspondence factor analysis. The results show lexical worlds organized in function, on the one hand, the specialist speech and, in another speech, the non-specialist speech. Speaking of experts translate the explanatory scientific hypotheses around the Ebola virus in monkeys as focused primarily responsible for the passage in humans and the destructive character of Ebola. The second axis, the non-specialist, points to the dichotomy versus West Africa, represented by the oppositions: order/chaos, control/lack, far/close, "civility"/"incivility", "superior"/"inferior". The results of the AFC allowed us to note the emergence of two poles. The horizontal pole we saw, in class 5, specialist speech opposing the speeches of other classes, the speeches of non-specialists that talking about the transnationalization and global panic (Class 3); global mobilization versus distance (Class 1); exotic look and chaotic environment (class 4); history, prognosis and epidemiological data (class 2). The vertical pole we saw class 1 (global mobilization versus distance) and 2 (history, prognosis and epidemiological data) opposing Classes 3 (transnationalization and global panic) and 4 (exotic look and chaotic environments). Although the two studies were made in different periods and newspapers, the representations of Ebola have not changed over time. Realize up an ambivalent attitude of the media to building risk (approach and move way); radical alterity that relegates to the African and his culture an essentially negative character and infrahumanization of Africa. The Brazilian's media organizes the meanings attributed to Ebola around the following oppositions: purity/impurity, dirt/cleanliness, civility/incivility, chaos/order. Our findings demonstrate that Ebola crisis renews the themata social for its negative. We saw the evaluative gaze of the other African by the negative bias on the dirt, uncleanness, incivility, lack.

Keywords: Ebola; Social Representations; Risk; Alterity; Social Problem; Media, Racism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Imagem da matéria Rápido e Letal	69
Figura 2 Imagem da matéria Vírus do pânico	70
Figura 3 Imagem da matéria A libéria trata o ebola à bala.....	71
Figura 4 Imagem da matéria O vírus do pânico	72
Figura 5 Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD)	79
Figura 6 Distribuição das matérias por ano de publicação	104
Figura 7 Análise Fatorial de Correspondência (AFC).....	107

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

TRS-Teoria das Representações Sociais

RS-Representações Sociais

FSP-Folha de São Paulo

IRAMUTEQ-Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

CHD-Classificação Hierárquica Descendente

AFC-Análise Fatorial de Correspondência

UCE-Unidade de Contexto Elementar

ONU-Organização Mundial da Saúde

AIDS-Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

HIV-Vírus de Imunodeficiência Humana

SARS-Síndrome Respiratória Aguda Severa

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	Por que estudar ebola como notícia no Brasil?.....	10
1.2	Ebola como problema social.....	21
2	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, RISCO E ALTERIDADE	31
2.1	Alteridade; raça e cultura.....	39
2.2	Imprensa brasileira e racismo	56
3	OBJETIVOS.....	62
3.1	Objetivo Geral	62
3.2	Objetivos específicos	62
4	MÉTODO	63
5	DIMENSÕES ALTERITÁRIAS DA EBOLA NA REVISTA VEJA	66
5.1	Procedimentos de coleta	66
5.2	Análise de dados	66
5.3	Resultados e Discussão.....	66
5.3.1	Metáfora da campanha militar.....	67
5.3.2	Uma concepção de alteridade radical	72
5.3.3	Um risco distanciado	74
5.3.4	Infra-humanização do africano	75
6	CONSTRUÇÃO DO EBOLA COMO FENÔMENO SOCIAL	77
6.1	Procedimento para coleta de dados.....	77
6.2	Análise dos Dados.....	77
6.3	Resultados e Discussão	78
6.3.1	Hipóteses Científicas Sobre Ebola.....	80
6.3.2	Transnacionalização e Pânico Global	87
6.3.3	Mobilização Mundial Versus Distanciamento	90
6.3.4	Olhar Exótico e Ambientes Caóticos.....	97

6.3.5 Histórico, Prognóstico e Dados epidemiológicos.....	102
6.3.6 Discursos dos especialistas e dos não especialistas.....	105
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
8 REFERÊNCIAS	118

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva estudar a construção social do ebola na mídia impressa brasileira à luz da Teoria das Representações Sociais (TRS), articulando conceitos de risco, racismo, problema social e alteridade.

Primeiramente vamos apresentar o motivo pelo qual decidiu-se apreender os discursos sobre ebola na mídia impressa brasileira (revista Veja e Folha de São Paulo), justificando teoricamente e metodologicamente este trabalho. Em seguida, o modo como a ebola se transformou em problema social, a ponto de ganhar “fama” em detrimento de outros problemas sociais, como instabilidades políticas, e o modo como essa construção se relaciona com a preservação de algumas vidas e a ignorância das outras. Vamos apresentar o marco teórico-conceitual pautado na construção do risco e representações sociais a partir da ideia da concretização do risco distante e abstrato em mais próximo e palpável através da mídia. No segundo capítulo, o marco teórico aborda os conceitos de alteridade, raça e cultura, tendo como foco de debate o tipo de alteridade incitado pela mídia e que proporciona a comunicação intersubjetiva dos sujeitos no espaço público brasileiro, neste caso, um tipo de alteridade que extrapola a interação face a face envolvendo duas culturas diferentes. Serão abordados ao longo deste trabalho a imprensa brasileira e racismo, o modo como o negro e o africano são apresentados na mídia brasileira. Vamos apresentar ainda os objetivos, método e os estudos 1 (revista Veja) e 2 (jornal folha de São Paulo). E por último, as considerações finais, nas quais tecemos reflexões que sintetizam os nossos achados bem como limites e sugestões para estudos futuros.

1.1 Por que estudar ebola como notícia no Brasil?

A minha origem africana me coloca várias interrogações a respeito daquilo que se acredita ser o real problema do continente africano. Aquilo que vivenciei? Aquilo que a mídia internacional e brasileira fala? Aquilo que é imaginariamente construído há séculos sobre a África? Como o sujeito africano e/ou negro tem sido estudado pelos teóricos da Psicologia?

Estas interrogações me deslocaram do meu interesse inicial da Psicologia clínica para seguir a carreira acadêmica, tentando através do trabalho como este, contribuir para um olhar crítico do discurso negativo construído pela mídia ocidental sobre imagem do

africano no mundo. Lutar academicamente contra imagens ligadas às doenças, fomes e guerras, indissociáveis ao africano. Problemas que acredito que se enquadram nos males humanos mal resolvidos pela humanidade, mas que sempre aparecem colocados como oriundos da África. Acredito que o africano necessita ser reconhecido como humano e não provar a sua humanidade, ser valorizado e não reivindicar a valorização. São questões que me amadureceram e me colocam, mesmo na condição do oprimido, em defesa dos oprimidos sejam quais forem e nisso pretendo seguir os meus estudos futuros.

Desde o estudo inaugural das Representações Sociais (RS) conceituadas como “uma modalidade de conhecimento particular tendo função de elaboração dos comportamentos e comunicação entre os indivíduos” (MOSCOVICI, 2012, p.27), vários estudos têm surgido nesse âmbito, principalmente estudo dos fenômenos polêmicos e de grande relevância, em que se configura o nosso estudo sobre ebola como fenômeno social. Ressaltamos que o conceito da mídia que adotamos neste trabalho diz respeito a uma instituição de grande relevância social e pública capaz de contribuir para produção, reprodução e disseminação das representações, proporcionando a interação e orientando práticas. Trata-se ainda de uma instituição capaz de tornar um risco desconhecido ou distante em algo mais concreto. Um tipo de instituição imerso na linguagem e pensamento socialmente compartilhado (ALEXANDRE, 2001; JOFFE; HAARHOFF, 2002; MOSCOVICI, 2012; CORREIA, 2005). Vale ressaltar que vamos debater neste trabalho a postura ética da mídia, o que pode explicar o fato de focalizar e potencializar determinados aspectos e não outros, isto é, o que entra no dito e não dito.

As representações sociais têm-se privilegiado nos estudos dinâmicos do espaço subjetivo produzido pelos meios da comunicação, articulando conhecimento proveniente do especialista, mídia e o pensamento de base social. O primeiro contato do “homem de rua” com o perigo potencial se dá por via dos canais midiáticos. Assim, a leitura do risco é motivada não pela necessidade de ter informações claras, mas, principalmente pela necessidade da proteção psicológica e identitária em relação aquilo que é compreendido como perigoso. Contudo, vale ressaltar que essas informações do saber científico proveniente dos especialistas sobre o risco não são apresentadas pela imprensa como uma “fotocopia” ou de forma “crua”, visto que elas retrabalham e simplificam tais informações de acordo com seus mundos de referência, tipificações e idiosincrasias, transformando-os em eventos de grande relevância, visando atrair atenção da opinião pública (JOFFE, 2005, CORREIA, 2005; ALSINA, 2009). Assim, é inegável o papel das mídias na construção do senso comum. No domínio médico-científico, por exemplo, o modo como

a mídia constrói a noção de risco se dá por vezes através da dramatização ou do emprego de metáforas que assemelham um determinado fenômeno aos outros males, incitando medo, pânico e pavor. As mídias podem ainda construir a percepção de um risco tido como distante como próximo a determinadas pessoas e grupos sociais (JOFFE, 2005), o que pode gerar preconceito, estigma e discriminação com relação às pessoas acometidas por um determinado “mal”. Nesse sentido as mídias transformam algo tido como pertencente exclusivamente ao outro-distante, em ameaça mais próxima, palpável, real ou concreta.

Através das RS, Moscovici busca mostrar que a mídia desempenha um papel de grande importância na passagem do discurso médico-científico para o senso comum. Assim foi com a Psicanálise, fenômeno social da Aids, entre outros. Ao fazer a passagem do discurso científico para o senso comum, a mídia não lança para o espaço público de forma “crua” e “bruta”, ela retrabalha de acordo com os meios de que dispõe, visando atingir o público, que vai assim dispor de informação, orientando diversas formas de socialização, comunicação e práticas sociais. O conhecimento seja proveniente da mídia seja proveniente da ciência visa atingir um fim. Ou seja, “a comunicação nunca reduz à transmissão de mensagens originais ou transporte de informações sem mudanças. Ela diferencia, traduz, interpreta os objetos sociais ou representações dos outros grupos” (MOSCOVICI; 2012, p.29).

Para alguns autores, a questão central da TRS diz respeito a como um objeto novo ou uma informação científica se transforma em senso comum (MOSCOVICI, 2012; CLEMENCE; GREEN; COURVOISIER; 2014). Esta questão é crucial para o nosso estudo, uma vez que buscamos entender como uma doença nova, distante e “africana” entra no espaço público brasileiro, cristalizando emoções podendo suscitar pânico e o risco nas pessoas.

Para a apreensão de um fenômeno social complexo, polêmico e de grande espessura social como ebola, torna-se importante estudá-lo nas mídias de grande difusão e alcance (CLEMENCE; GREEN; COURVOISIER, 2014), razão pela qual optamos por escolher o jornal Folha de São Paulo e a revista Veja. Primeiro pelo seu maior alcance no território brasileiro. E segundo por se tratar de uma revista polêmica e pelo poder da imagem na potencialização do risco. Por outro lado, os autores salientam que contexto social é de extrema importância para entendermos o tipo de informação que é difundida. Assim, o estudo que propomos sobre ebola se deu num contexto de grande instabilidade política que acabou afetando a economia e da crescente onda imigratória dos africanos no

Brasil. Este último, contexto mostra a importância deste trabalho, uma vez que a ligação do ebola aos africanos pode gerar relações de tensão entre os brasileiros e os africanos que vivem no Brasil, podendo suscitar preconceito, estigma, xenofobia e discriminação.

A mídia assume papel importante na definição dos eventos ou acontecimentos inesperados e brutais (CORREIA, 2005). Assim, sem os meios de comunicação social muitos dos potenciais riscos não poderão ser conhecidos, pois não chegarão na consciência de milhões de pessoas no mundo. A comunicação desempenha um papel imprescindível na leitura do risco, agindo de modo a tornar o risco uma realidade concreta. A definição do risco de acordo com a perspectiva adotada pela Joffe tem a ver com o sentimento de perigo relacionado aos danos futuros com consequências danosas porvir (JOFFE, 2005).

Do ponto de vista teórico, alguns estudos no âmbito da mídia e saúde serão abordados agora em função de sua importância para a área. O surgimento da Aids constitui um caso paradigmático de investigação da relação entre a mídia e representações na construção de novos objetos sociais. Podemos citar os trabalhos de Herlizch e Pierret no contexto francês e Marková e Wilkie no contexto inglês.

O estudo de Herlizch e Pierret (2005) sobre a “Aids em seis jornais franceses” no início da década 80 fornece um exemplo inequívoco da forma como os assuntos abordados pela mídia levanta o espectro de riscos, através da veiculação dos desastres localizados em todo o mundo, deslocando o conhecimento do campo médico para os leigos, que passaram a deter uma variedade de ideias e imagens sobre o novo fenômeno que entrou em cena. As autoras consideram que sem a ação direta dos meios de comunicação muitas ameaças para a saúde seriam conhecidas apenas pelas pessoas diretamente envolvidas, cientistas, por exemplo, e, por conseguinte, não chegariam na consciência de uma multidão das pessoas em todo o mundo

Por sua vez, Marková e Wilkie (1987) estudaram o fenômeno da Aids na imprensa britânica não apenas no ponto de vista cognitivo, mas também emocional. A construção da ideia da doença como “catastrófica” que mobiliza a sociedade como um todo, envolve enorme carga emocional. Nesse estudo, as autoras demonstraram ainda que a influência mútua da mídia-sujeitos e sujeitos-mídia de acordo com diferentes épocas, culturas e gerações não se dá da mesma forma, uma vez que se deve às condições específicas de cada época, que envolve os grupos organizados das minorias, a existência do Estado, o nível do conhecimento científico da época.

No Brasil, o estudo de Spink, Medrado, Menegon, Lyra e Lima (2001) denominado Aids-notícia demonstra o modo como esta doença saiu do domínio médico-científico para se tornar um produto da mídia, assumindo a posição do fenômeno social. Assim, “a mídia constitui um meio poderoso de criar e fazer circular repertórios, e tem o poder de criar espaços de interação, propiciando novas configurações aos esforços de produção de sentido” (p.853). O estudo citado demonstra o modo como a mídia constrói um fenômeno social, abrindo espaço para interação e relação intersubjetiva entre os diferentes atores na arena pública.

Em relação ao nosso objeto de estudo, o trabalho de Joffe e Haarhoff (2002) sobre as representações do ebola na imprensa britânica e os seus leitores. As autoras, demonstram que as representações sociais articulam o conhecimento proveniente de experts, mídia e o pensamento de base social, assumindo por isso, um papel de extrema importância na elaboração e conscientização do risco. Hélène Joffe é uma autora que tem se destacado no estudo da construção do risco através da mídia, trazendo questões voltadas para o modo como a mídia subestima ou superestima o risco. A subestimação e superestimação tem sido objeto de estudo da amplificação social do risco e são conceitos importantes para este estudo, principalmente no modo como atuam na construção da ideia do risco em torno do ebola. A questão que se coloca diz respeito ao modo como o risco sobre um determinado objeto é amplificado e outro não? A amplificação combina aspectos relacionados à percepção do risco e o campo comunicacional (meios de amplificação) relacionada a este. Assim, os fenômenos da subestimação e superestimação interagem com os aspectos psicológicos, sociais, institucionais ou culturais que amplificam ou atenuam a consciência do risco (JOFFE, 2005).

Os estudos da ebola na imprensa britânica conduzidos por Joffe e Haarhoff (2002) demonstram que os jornais analisados localizam o vírus do ebola, ora generalizando a África, ora especificando o local da sua origem. As principais causas referenciadas no estudo em questão centraram-se na ingestão de carne de macaco e no deficit de cuidados de saúde. As causas atribuídas com menor frequência foram a pobreza, a poluição, os ambientes florestais e os rituais tribais. Essa ligação da doença atribuída à relação do homem com o macaco pode não se tratar de uma simples descrição da origem da doença. Quando se trata de explicar a origem de doenças na África, como a Aids, por exemplo, os povos africanos são frequentemente vinculados à animalidade, barbárie e subumanidade, pelo fato dessas doenças serem atreladas à interação homem-animal. Essa vinculação pode assim incitar ou expressar formas de racismo.

Aliás, Rodrigues (2012) considera que o fato do vírus causador da ebola ter origem africana não provocou nenhum espanto, visto que existe o hábito de atribuir aos africanos a responsabilidade da introdução das doenças epidêmicas ou endêmicas no ocidente. O autor salienta que o tráfico de escravos continua sendo visto pelos acadêmicos da medicina brasileira como causa de muitos males e doenças que acometiam os brasileiros. Dito de outra forma, o passado histórico da escravidão fez com que alguns intelectuais médicos brasileiros associassem as doenças e outros males do Brasil ao continente africano. Por sua vez, Oliva (2008) considera que vários autores partilham o imaginário composto por estereótipos e notícias que circulam no Brasil sobre a África. Os estereótipos descritos pelo autor são: cenas do tráfico e escravidão, conflitos e guerras, as epidemias e fome, a miséria, a desorganização generalizada e natureza exótica. O autor destaca o papel desempenhado pela mídia escrita na perpetuação do conjunto das imagens que constituem este imaginário acerca da África.

O nosso trabalho se insere dentro de um contexto midiático de um país ex-colonizado, que também escravizou e que fala do outro africano escravizado por ele, ou seja, um “subalterno”¹ falando do outro subalterno que ele mesmo subalternizou. Assim, acreditamos ser importante estudar a mídia impressa brasileira, sobretudo pelo impacto da memória coletiva ligada ao comércio dos escravos africanos na ligação destes dois povos. O passado histórico do Brasil e do seu comércio de escravos coloca a África como fundamental na constituição da identidade brasileira. Segundo Lília Schwarz (2015), em “Brasil: uma biografia”, apesar da imprecisão dos dados, calcula-se uma média de 4,9 milhões de pessoas escravizadas no território africano e trazidas ao Brasil nos navios negreiros. Foram mais de três séculos de escravidão. Esse processo situa e demarca historicamente a importância política, cultural e social da relação entre africanos e brasileiros. Aponta-nos ainda, para os sistemas complexos e diferenciados nascidos a partir dessas trocas.

Acreditamos também que as imagens construídas sobre África pelos ocidentais podem contribuir no modo como os brasileiros olham para os africanos. Essas imagens continuam perpetuando devido ao grande poder da mídia em dar visibilidade aos acontecimentos do cotidiano. Assim, acreditamos que os relatos sobre o continente africano na imprensa ocidental podem influenciar a imagem que mídia brasileira tem com

¹ Subalterno é conceituado por Spivac como “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão, dos mercados, da representação política e legal, e da disponibilidade de se tornarem membros plenos do estrato social dominante (SPIVAC, 2012, p.13)

relação a África em tempos da crise potencial como acontece nos casos do surto de ebola, Aids ou atual epidemia da zika vírus. De acordo com Oliva (2005):

“No Ocidente, a televisão, com seu noticiário centrado no eixo Nova York – Londres - Paris - Tóquio, apenas abre espaço para a África para divulgar suas misérias e epidemias. [...]. Porém de uma forma geral, nos jornais impressos essa realidade se repete. Tornam-se elementos comuns no imaginário elaborado sobre a África, as imagens de sociedades “tribais” em conflito permanente; cidades desorganizadas e sujas; natureza selvagem e incontrolável; padrões culturais ritualizados e folclorizados; doenças misteriosas e temidas – como o vírus ebola –; e comportamentos “primitivos”, como a crença de alguns grupos sul-africanos de que a violência sexual praticada contra meninas virgens possibilitaria a cura da Aids, ou ainda de algumas sociedades islamizadas do norte da África que praticam a clitoridectomia.” (OLIVA, 2005, p.112).

Conforme aponta o autor a nossa hipótese é de que a forma como é incorporada o imaginário negativo sobre o continente africano no Brasil pode influenciar o modo como o africano é visto no imaginário midiático brasileiro, podendo refletir no modo como o último surto do ebola foi abordada pelas imprensas estudadas. Para o autor “para além da educação escolar falha, é certo afirmar que as interpretações racistas e discriminatórias elaboradas sobre a África, e incorporadas pelos brasileiros, são resultados do casamento de ações e pensamentos do passado e do presente... que traz as imagens dos africanos escravizados, brutalizados ou massacrados pela fome e conflitos (p.93). O que demonstra a relevância do que pretendemos discutir neste trabalho.

Por sua vez Rodrigues (2012) demonstra em seu estudo que as mídias contribuíram bastante para reforçar as hipóteses científicas sobre a ligação do vírus da Aids com o contato sexual dos africanos com macacos. A mesma hipótese explicativa se deu com o surto do ebola nos estudos feitos acerca da cobertura midiática do surto do ebola em Itália e Washington em 1989, argumentos que tratam de forma discriminatória os africanos no tocante as doenças, servindo dos chamados desequilíbrios ecológicos pela transposição das doenças no ocidente. Uma forma de abordar o problema social que vamos abordar no tópico a seguir.

Na América, no Brasil particularmente, as ligações das doenças foram atreladas aos escravos africanos desembarcados, principalmente no Rio de Janeiro em que aos desfiles dos escravos eram utilizados para explicar as doenças que incomodam os turistas

viajantes no século XIX. O autor faz referência a afirmação do Otávio Freitas que culpabiliza os africanos escravizados pela entrada das doenças no Brasil, segundo o qual o Brasil é um lugar de salubridade admirável, que foi perdida com a entrada dos africanos escravizados, transformando um país salubérrima em país com doenças peculiares (RODRIGUES, 2012).

Acreditamos ser importante falar aqui dos estereótipos, uma vez que os estereótipos compartilhados sobre os africanos no Brasil influenciam o modo como estes povos são vistos (preconceituosamente ou discriminatoriamente) no Brasil. De acordo com Marques, Pães e Pinto (2013) citando os estudos de Allport (1954), embora os estereótipos se relacionam com preconceito e discriminação, não necessariamente a correlação entre eles são fortes, uma vez que sentimentos negativos podem ser manifestos sem que houvesse crença associada ou não necessariamente comportamos de acordo com as nossas crenças. Em nosso estudo, vimos a correlação entre os estereótipos, preconceitos e discriminações, uma vez que os estereótipos socialmente compartilhados e introjetados individualmente ou coletivamente na sociedade brasileira a respeito da África e do africano têm influência considerável na manifestação dos preconceitos e discriminações com relação aos africanos no Brasil. Vimos, portanto, neste estudo que “os estereótipos ser-nos-ão transmitidos pelos agentes de socialização (os pais, a escola, os meios de comunicação social, etc.) ” (p.444). Fato que demonstra a dependência do contexto histórico e cultural brasileiro na formação dos estereótipos com relação aos africanos.

As representações sociais desempenham um papel de extrema importância no jogo alteritário, uma vez que circulam no espaço público e favorecem a comunicação intersubjetiva (JOVCHELOVITCH, 2002), fundamental para constituição da nossa identidade subjetiva. A alteridade para Jodelet (2002) é o resultado de duplo processo. De um lado a construção, e do outro lado, a exclusão. Ou seja, pela alteridade, o outro nos ajuda a construir a nossa identidade, e ao mesmo tempo em que o outro reduz ou “ameaça” a nossa identidade. Este último processo tem a relação com a alteridade na sua forma radical, em que a diferença se limita na essência negativa (JODELET, 2005). Chamamos de dinâmica alteritária, os processos de categorização social que organizam a construção e a exclusão da identidade, descritos por Jodelet (2002).

No caso da ebola² observamos que é uma doença praticamente ausente nos países ocidentais, mas constantemente levada ao conhecimento das pessoas. No ocidente, ela acarreta ameaça à saúde em termos abstratos. Contudo, com a crescente cobertura das mídias, a ebola tem chegado à consciência das pessoas de forma mais concreta. Em uma sociedade de risco, conforme nos ensina Beck (2010), nos deparamos com uma infinidade de riscos distantes que passamos a conhecer e ficamos conscientes por intermédio das mídias (JOFFE; HAARHOFF, 2002). E quando se trata da África, acreditamos que a chance de incitar preconceito, estigma ou discriminação é maior, uma vez que o continente é comumente rotulado pelo Brasil e pelo ocidente como problemático, repleto de mazelas sociais, principalmente fome e doenças como Aids, ebola, malária, zika e entre outras (RODRIGUES, 2012).

De acordo com Müller (2012), a imprensa brasileira é responsável por colocar em silêncio o racismo, fazendo perpetuar os estereótipos negativos que depreciam cada vez mais os negros, associando-os a trabalhos menos valorizados, atos ilícitos e comportamentos bárbaros. O racismo brasileiro se apresenta sob diversas formas, como por exemplo, a negação, isto é, negando a existência do racismo, mesmo na sua forma moderna de expressão, exceto quando ela aparece de forma inequívoca nas notícias. Por conseguinte, a luta contra o racismo deve colocar a imprensa brasileira no cerne da questão, isto porque a mídia brasileira é extremamente racista (SODRÉ, 1998). Este modo de encarar o racismo no Brasil se assenta na ideia do mito da democracia racial, em que as suas manifestações se deram por via da polidez e piadas que instituem o lugar do negro como inferiorizado (VALA; LIMA, 2004). Vimos, por exemplo, este tipo de racismo em uma das sessões do programa Pânico na Band, publicado no dia 10/08/2015³ em que Eduardo Sterblitch se pinta de preto para interpretar personagem africana agindo como animal e dançando de forma exótica. Atitudes que demonstram como a animalidade, exotismo e brutalidade é relegado ao negro africano na imprensa brasileira.

² A palavra *ebola* é precedida de artigo feminino para caracterizar a doença e de artigo masculino para caracterizar seu vírus transmissor. A denominação do Ebola tem origem no nome do rio Ebola no antigo Zaire e atual República Democrática do Congo, sita na África Central, onde o primeiro surto ocorreu em agosto e novembro de 1976. Na época a taxa de pessoas infectadas mortas foi de 90%. Na mesma época, uma cepa diferente de vírus infectou duas áreas no Sudão, África Oriental, tendo 50% da mortalidade desta cepa. Pouco menos de 400 pessoas nos primeiros surtos nesses dois países (SIMPSON, 1978 apud JOFFE; HAARHOFF, 2002).

³<http://f5.folha.uol.com.br/televisao/2015/08/1667175-por-racismo-oab-faz-denuncia-contrapersonagem-africano-do-panico.shtml>

Em recente artigo, Simoneau e Oliveira (2014) traçam um panorama dos estudos sobre representações sociais (RS) e mídia no Brasil. As pesquisas nesta área têm se concentrado nas relações entre normas e práticas na comunicação, relação com o receptor, processos constitutivos de RS através da comunicação, compreensão dos fenômenos sociais, popularização científica e estratégias midiáticas. No caso das estratégias, o estudo demonstra que, ainda que se digam neutras, as mídias vêm acompanhadas de uma interpretação ou visão do mundo. As autoras consideram que os estudos das representações e meios de comunicação na produção científica brasileira foram eficazes pelo fato de atenderem os requisitos que tornam um determinado objeto fenômeno das representações sociais, isto é, ter uma ampla circulação, ser saliente, ser polêmico e de penetração/espessura social. As autoras identificaram sete categorias: a primeira se refere ao processo constitutivo das RS, neste caso, importante papel da mídia na sua construção. Esta categoria destaca o papel social da mídia na construção e divulgação das RS. A segunda categoria diz respeito à influência da mídia na construção do saber de senso comum.

A terceira categoria identificada nesse estudo coloca o campo do estudo da mídia na compreensão dos fenômenos sociais, que passa por via da construção das RS. A quarta categoria aborda as normas e práticas sociais, segundo o qual a mídia estabelece normas e práticas a serem seguidas pelas diversas facetas da sociedade, orientando ações destas. Ela legitima as práticas sociais que devem ser adotadas pelos grupos aos quais são dirigidas as mensagens. Já a quinta categoria traz a função da mídia, que é de popularizar o conhecimento científico, deslocando-o para o senso comum e elaboração dos problemas de grande relevância social. A sexta categoria traz as estratégias utilizadas pelos meios da comunicação de massa de modo a produzir, reproduzir, elaborar e difundir conhecimentos na sociedade. Essa estratégia demonstra que ainda que se achem neutras, as mídias vêm acompanhadas de uma visão do mundo e seus referenciais. E a última categoria traz o papel do receptor. Esta categoria defende a concepção do sujeito defendida por Moscovici (2012), referindo-se aos sujeitos que não são receptores passivos, pelo contrário, sujeitos que têm poder de aderir ou não às mensagens e que participam na produção do senso comum. De forma sintética o estudo de Simoneau e Oliveira (2014) apresenta dois principais argumentos: no primeiro argumento, a mídia desempenha um papel importante na produção, reprodução e disseminação das RS, e no segundo ela possui uma função pragmática, na medida em que busca informar, formar e orientar os pensamentos e condutas.

Assim, nosso trabalho procura compreender a construção da ebola como um fenômeno social midiático a partir de uma dinâmica alteritária, perspectiva que aparece pouco explorada no âmbito dos estudos em representações sociais e mídias. Entendemos que os discursos produzidos pela mídia sobre o “outro” podem ser úteis para reflexão sobre a forma pela qual “nós” nos percebemos. E no caso do “outro” africano, essa compreensão se torna relevante por causa do imaginário da origem do surgimento das doenças atrelados a este continente.

Estudar a mídia impressa é de fundamental importância, pelo fato de possuir um alto grau de fixação ao se constituir como um meio que proporciona uma maior constância e longevidade, diferentemente da relação face a face ou transmissão oral, que envolve uma boa disposição da memória humana, e, por conseguinte, possui um grau de fixação muito baixa. Os jornais se tornam assim, um meio privilegiado de armazenamento de informações e conteúdos simbólicos para uso subsequente e duradoura, e consequentemente se transformam em formas eficazes do exercício de poder. Ressalta-se que os indivíduos codificam e decodificam as mensagens não utilizando apenas os meios técnicos acima descritos, mas também, as formas do conhecimento e suposições que se constituem nos recursos disponíveis na cultura, que é onde se assenta o processo do intercâmbio simbólico. Vimos, portanto, que da mesma forma que Moscovici, Thompson defende a ideia do sujeito ativo na recepção das informações midiáticas (THOMPSON, 1998).

O estudo que propomos na imprensa brasileira se enquadra no nível societal, isto é, o nível de análise psicossocial atrelado ao universo ideológico. Este nível regula as produções culturais e ideológicas que caracterizam uma determinada sociedade dando sentido aos comportamentos e dando suporte às diferenças sociais. Os estudos de teor mais ideológico no campo das representações sociais revelam temas que estão no centro das estruturas representacionais (DOISE, 2002). De acordo com Marková (2002) o estudo das RS procura elucidar como certos conteúdos são reatualizados enquanto grandes temas no debate público. Estes temas são fontes de conflitos e de tensão, se organizando através de oposições (humano/não humano; moralidade/imoralidade; homem/animal; pureza/impureza) e podendo se estruturar enquanto *thêmata*. As *thêmatas* para Markova (2002, p.55) “são as concepções das imagens e categorias primitivas partilhadas culturalmente. Elas são transmitidas através da memória coletiva de geração a geração em um contexto social e histórico sobre um período longo”. A autora chama atenção para o fato de que nem todas as oposições constituem *thêmata*, devendo para se constituir

enquanto tal, estar relacionadas com a sobrevivência da sociedade. A força dessas oposições está vinculada ao valor simbólico que ela assume na comunicação social.

No estudo presente, as estruturas representacionais que estão no centro do debate dizem respeito as *themas* de base, neste caso, a de reconhecimento social, servindo de alicerce para a relação do alter-ego da mídia brasileira e outro africano. O reconhecimento social é um esforço social básico-ou desejo- da inserção direcionado aos outros seres humanos e se exprime diferentemente de acordo com as condições históricas. Assim, acreditamos que o advento do ebola pode reatualizar a *thêmata* do reconhecimento social, que pode se dar tanto pelo viés positivo ou pelo viés negativo. Este último, diferentemente do primeiro passa pela da degradação do outro, sobretudo quando nos deparamos com crises potenciais, tal como aconteceu com o advento da Aids no passado, no qual esta doença foi encarada do ponto de vista da imoralidade e castigo divino (MARKOVA, 2006).

O debate que propomos sobre ebola e a questão racial se assenta também na *thêmata* do reconhecimento social proposto pela Markova, que pode dar no nosso contexto, pela via valorização ou desvalorização cultural. Acreditamos ser importante estudar o ebola levando em conta a *thêmata* de base, porque trata daquilo que é essencial para a humanidade de qualquer indivíduo, isto é, ser reconhecido e valorizado pelo outro na sua forma de ser, envolvendo a cultura.

Perante todo esse cenário descrito acima, lançamos as seguintes perguntas que nortearão este trabalho: será que o que se fala da Ebola na revista Veja e jornal Folha de São Paulo tem relação com o imaginário criado sobre África no pensamento social brasileiro? Como o africano é representado no Brasil quando nos deparamos com crise como ebola? Como foi construído a ebola como fenômeno social? Como a imagem que se tem da cultura africana influencia os discursos jornalísticos sobre ebola? Qual é a postura ética da mídia impressa brasileira ao tratar assuntos relacionados a África e aos africanos?

A seguir vamos começar a abordar os processos pelos quais o ebola se transformou em um problema social global.

1.2 **Ebola como problema social**

O uso conceitual do problema social na vida cotidiana em diversas disciplinas no campo das ciências humanas mostra o quão ambíguo é esse conceito, apesar de multiplicidade de publicações sobre o assunto. É aparentemente fácil e inequívoco a

circunscrição de determinado problema como social, como por exemplo, fome, miséria e doenças, contudo, torna-se necessário uma conceituação precisa, clara e eficaz do problema social, o que vai depender do engajamento e interlocução de diferentes atores que nela participam (MAYER; LAFOREST, 1990).

Apesar de dissenso, Mayer e Laforest (1990) consideram que existe um mínimo de consenso dentro das multiplicidades dos conceitos, uma vez que em todos eles três aspectos são importantes e cruciais, são os seguintes: verificação da situação-problema; elaboração e julgamento do problema e sentimento de poder para a sua modificação. A identificação é a perspectiva mais simples, existe de forma clara uma variedade de situação julgadas como “anormais”; a elaboração e julgamento depende dos valores culturais para definir algo como problema social diferenciados das “virtudes” e por fim a possibilidade de correção, que é denominado de reversibilidade, isto é, a possibilidade de poder ser sanado constitui uma questão importante na definição de problema social.

De acordo com Mayer; Laforest (1990) vários modelos teóricos se debruçaram sobre problemas sociais e achamos pertinente trazê-los para o debate que propomos neste trabalho, assim seguem:

Modelo ecológico, segundo o qual existe um equilíbrio na natureza das espécies, contudo, determinados fatores rompem com tais ordens. Estes fatores que interrompem o percurso normal das coisas são questões relacionados aos acontecimentos “brutais”, doenças como ebola, delinquência, criminalidade e os demais fatores que quebram com o suposto equilíbrio normal da natureza. Esse modelo nos permite explicar a maneira como as crises potenciais na Europa são atrelados aos imigrantes, sobretudo os africanos, e no Brasil aos descendentes de escravizados africanos conforme vimos em Rodrigues e Oliva (2012; 2005), tidos como aqueles que entram para desequilibrar o percurso normal das coisas, a ordem e controle que o ocidente tem das mazelas sociais (desemprego, doença, criminalidades, etc.).

O modelo funcionalista, corrente dominante por muito tempo na explicação dos problemas sociais na sociologia norte-americana, por sua vez considera que a sociedade funciona na base da solidariedade entre organismos, no qual cada organismo cumpre sua função em prol do bom funcionamento da sociedade. Assim, o problema social é resultado do não cumprimento das normas que favorecem o estabelecimento do equilíbrio no funcionamento dos organismos, ou seja, o problema social é decorrente do incumprimento das normas institucionais, cruciais para manutenção do sistema social, isto é, ausência da introjeção das normas sociais para o bom e saudável funcionamento

da sociedade. O que quer dizer que, os problemas sociais resultam do consenso daquilo que determinada sociedade considera como valores e normas para o bom funcionamento da sociedade. Assim, se olharmos o modo como os ocidentais tratam as nações marginalizadas, onde África se configura, verifica-se que estas são tidas como aquelas que possuem hábitos culturais que desequilibram o funcionamento das sociedades ocidentais e dos modelos civilizatórios ocidentais, ou seja, àqueles que não amam e nem respeitam os princípios e valores civilizatórios ocidentais. Aliás, Sontag (1989) aponta que o ocidente europeu se coloca como entidade mais privilegiada e civilizada, e por isso, atribui defensivamente as doenças como provenientes dos outros não ocidentais, África principalmente, por estes não adotarem os meus estilos de vida, permanecendo incivilizáveis.

O culturalismo se baseia nas diferenças culturais para explicar pertencimentos culturais, sendo determinadas culturas tidas como superiores e cujos membros pertencem a melhor entidade cultural privilegiada, razão pela qual os problemas sociais são tidos como reflexos de pessoas pertencentes a subculturas, que carregam doenças, comportamentos desviantes e entre outros males (MAYER; LAFOREST, 1990). Acreditamos que este modelo de explicação dos problemas sociais pode explicar o modo como os problemas sociais relacionados às doenças são explicados em África, uma vez que no imaginário ocidental e brasileiro a explicação de todas as mazelas do continente africano é reflexo dos seus estilos de vida, tratado pejorativamente como subcultura e primitiva. O que para eles reflete a proliferação das doenças e tantos outros problemas sociais neste continente (SONTAG, 1989; RODRIGUES, 2012; OLIVA, 2005). Vale ressaltar que o ocidente se poupa de uma parte de responsabilidade nessas mazelas e atrocidades cometidas durante no passado e no presente, colocando toda a responsabilidade aos africanos, por acreditarem que estes escolherem viver assim porque querem.

O modelo de estrutura social, tem um olhar macrossociológico tal como modelo funcionalista, porém, ele dá ênfase no modo como se organiza as estruturas sociais, isto é, a forma como as estruturas sociais se organizam servindo interesses de uma minoria significativa e desinteressando dos outros são determinantes para que ocorram problemas sociais, ou seja, a classe hegemônica não se interessa em solucionar um determinado problema social, pois se beneficiam com tal fato (MAYER; LAFOREST, 1990). Assim, não só em caso de benefício a classe hegemônica luta para perpetuar um problema social, mas também quando não estão beneficiando com determinado problema social, podemos

constatar ao longo deste trabalho esse modelo no caso da ebola, por exemplo, na medida em que as agências internacionais demonstrarem desinteresse na erradicação desta doença por muito tempo, o fato de não constituir problema social no ocidente, deixando ideia de que se trata de uma doença exclusivamente da África.

O modelo do *interacionismo simbólico*, baseados no pensamento de Mead considera que os problemas sociais, como por exemplo, desvios ou doenças não são tacitamente problemas sociais, por resultarem da interação entre pessoas em ato e aquelas que reagem tais atos. Busca explicar subjetivamente como “isso” ou “aquilo” é denominado problema social, não sendo por isso algo consensual e sim, resultado de interpretação subjetiva, fruto da interação com outros sujeitos e outros atores sociais. Na busca de compreensão de um determinado problema social, sejam comportamentos desviantes sejam questões ligadas às doenças, como Aids ou ebola, meninos de rua ou pobreza, este modelo não parte nem do indivíduo, nem do seu comportamento e nem das regras transgredidas, e sim, de situações que ocasionaram o surgimento de um dado problema como social.

E por último o modelo *construcionista*, que enfatiza a construção social de uma dada questão como problema social, o que depende dos grupos sociais que conceitua determinada questão como problemática, buscando forma de remediá-lo. Essa construção leva em conta os interesses políticos, sociais, econômicos, etc e nela participa diferentes atores sociais dentre os quais temos: jornalistas, políticos, médicos, organizações sindicais, movimentos sociais, etc. O problema social não é dado e por isso, a sua legitimação depende das referências políticas e técnicas e pessoas especializadas. (MAYER; LAFOREST, 1990).

Acreditamos que nesses dois últimos modelos é que as mídias e os atores sociais (sindicatos, jornalistas, movimentos sociais, governo...) entram em cena, uma vez que a elaboração dos problemas sociais são reflexos de confrontos de forças e interesses entre aqueles que Rosemberg (2012) denomina de construtores dos problemas sociais na definição de um dado fenômeno como problema social.

Vimos várias concepções do problema social, contudo, é importante falar da noção de problema que optamos em seguir neste trabalho. A definição do problema social que pretendemos adotar neste trabalho implica envolvimento de diferentes atores sociais na concepção de algo como problemático, resultados de disputas, conflitos, debates, interesses e controvérsias, ou seja, a definição do problema social é uma ação social definida dentro de uma determinada cultura com envolvimento destes atores sociais.

Assim, existe todo um jogo de interesse entre diferentes atores sociais na concepção do problema social, através dos discursos que colocam determinadas questões no centro de debate e não outras, e, por conseguinte, o grande número de questões existentes e relevantes são escolhidos e colocadas como interessantes e outras deixadas de lado (SANTOS, 2000).

A definição do problema social de acordo com Santos (2000) passa por dois aspectos. O primeiro aspecto diz respeito ao fenômeno social, que passa pela identificação dentro de um conjunto de dificuldades daquilo que é definido como problemático, os setores da sociedade que tais dificuldades atingem e os grupos considerados como inatingíveis, a relação ou interação de um dado problema com outros problemas que afetam a sociedade. O segundo aspecto diz respeito aos discursos que instituem uma determinada questão como social. Dentro destes discursos temos de um lado, os de cunho interpretativo, isto é, a que se deve e em que consistem as dificuldades, buscando explicações para as causas. E do outro lado, os discursos do caráter prescritivo, consistindo em procurar o que se deve fazer para encontrar solução.

O reaparecimento do vírus ebola em 2014 trouxe à tona a doença do cataclismo coletivo ou da epidemia que ameaça toda a sociedade (HERZLICH; PIERRET, 2005), causando pânico, temor e até comportamentos xenófobos. Este último surto da ebola foi amplamente divulgado porque atingiu a maior potência mundial, os EUA, e por isso, mobiliza a opinião pública mundial, podendo mobilizar grandes recursos para a doença. O que demonstra mais uma vez, a preocupação com uma doença que não exclui ninguém da ameaça mais do que compaixão em ajudar os países marginalizados.

Faye (2014)⁴ fala da geopolítica das vacinas, o fato da ebola surgir desde década de 1970 e continua marcada pela ausência de vacinas e tratamento etiológico contra este vírus. Ele faz referência ao artigo do historiador da saúde Guillaume Lachenal, intitulado “Crônica de um Filme Catastrófico bem Preparado” publicado no jornal “Liberation”, segundo o qual a preparação da pandemia é uma das principais lógicas da saúde mundial tanto no norte bem como no sul desde a crise de Sars (síndrome respiratória aguda) e gripe aviária em 2003/2005. Num contexto favorável de financiamento de determinadas doenças e não outras, o autor levanta as seguintes questões que achamos importante trazer do debate que propomos neste trabalho: por que a investigação médica e farmacêutica

⁴ <http://www.scidev.net/afrique-sub-saharienne/sante/opinion/ebola-le-ons-apprises-du-point-de-vue-d-un-anthropologue.html>

não tratou adequadamente esta doença mortal? Acreditamos que a construção do espaço geográfico privilegiado e espaços não privilegiados se dão pelo silenciamento ou desinteresse das agências internacionais e dos produtores de informação, onde a mídia se insere. Este último tem o poder de dar visibilidade a determinados espaços geográficos em detrimento de outros. O número das matérias do último surto, que vamos apresentar ao longo deste trabalho, não se compara com surtos anteriores que não atingiram a amplitude que este atingiu além-África. Assim, a ideia da geopolítica das vacinas pode se sustentar se olharmos para a atenção que ganhou este último surto, após o primeiro surto em 1976, desde 1995 até os dias atuais em todos os anos ebola tem matado as pessoas, contudo, ganhou pouca atenção. Por que foi esquecido? A nossa hipótese é de que não tinha atingido os Estados Unidos ou Europa, duas entidades “privilegiadas”.

A seguir vamos apresentar alguns autores que têm chamado nossa atenção para este debate da elaboração do problema social no aparecimento de doenças novas.

Em seus estudos sobre “Aids em Seis Jornais Franceses” Herzlich e Pierret (2005) e que achamos importante situar neste trabalho, demonstra que a morte dos pobres e os respectivos países são legitimadas e dos ricos não são, isto porque que “as vidas de uns valem mais do que dos outros”. Dito de outra forma, a doença só é doença ou só mata as pessoas quando estas são provenientes dos países não desenvolvidos.

“Será que essa mensagem não pode também ter consequências imprevistas? Apesar da extensão da doença, o perigo permanece desigual. Como os indivíduos mais ameaçados vão reagir ao discurso da generalização, que pode fazê-los passar para um segundo plano? Pode-se perguntar também se, ao longo do tempo, depois da intensa preocupação, não se produzirá um desinteresse e uma nova forma de rejeição por uma doença que – perceber-se-á pouco a pouco – atinge mais particularmente, não mais os artistas e os membros da classe média, mas sim os habitantes dos continentes mais deserdados e, nos países industrializados, os indivíduos menos aptos a gerir no cotidiano o risco de contaminação da doença? A Aids pode então se transformar num outro tipo de metáfora: a da morte inevitável daqueles que não estão armados para viver. Sabemos que é impossível que o mal biológico deixe de se integrar nas configurações simbólicas. Diante da Aids, no entanto, deseja-se que uma doença permaneça apenas... uma doença” (HERZLICH e PIERRET, 2005, p.97).

A mídia ganha muita importância no processo da elaboração e instituição de um determinado fenômeno, doença nova, por exemplo, como problema social. Isso se deve ao fato de que os grandes acontecimentos da nossa sociedade não são objetos encontrados prontos em algum lugar na realidade e dos quais a mídia nos faz conhecer com facilidade e prontidão de forma crua, elas são retrabalhadas e ressignificadas pelas mídias. Assim a mídia desempenha papel importante na geração de um dado acontecimento na consciência dos atores sociais, podendo provocar pavor, terror, medo ou pânico, cristalizando e polariza relações que se instauram ao seu respeito. Apesar do efeito dos meios de comunicação nos leitores, estes procuram fazer os próprios julgamentos, avaliar qualidade das informações e legitimidade das informações. Isso porque considera os sujeitos ativos na produção do conhecimento, isto é, não somos meros receptores das informações, pois ressignificamos e damos sentido a elas (HERZLICH; PIERRET; JOFFE, 2005, MOSCOVICI, 2012).

No que se refere a mortalidade das grandes epidemias e fome, Butler (2008) critica Foucault por este argumentar que no desenrolar do século XVIII na Europa, a fome e as epidemias desapareceram e que o poder que tinha necessidade de afastar a morte passou a se ocupar com a produção, manutenção e regulação da vida em outros aspectos. Butler considera que com esse argumento Foucault expulsou a morte no ocidente, colocando-a como algo superada e não-ocidental. Dito de outra forma, como se a morte em outros lugares não fosse a morte, pois uma vez superada no ocidente não há que se preocupar com ela em outras localidades, onde a África se configura. Aliás, Butler afirma:

“A “morte”, seja ela configurada como anterior a modernidade (como o que é afastado e deixado para trás) ou como uma ameaça nas nações pré-modernas em outros lugares, deve ser sempre a morte, o fim, de um modo específico da vida; e a vida a ser preservada é sempre, já, um modo de vida normativamente construído e não pura e simplesmente vida e a morte” (2008, p.95).

Butler (2008) ainda argumenta que Foucault estava errado ao considerar que o desenvolvimento tecnológico exclui a possibilidade da morte, ou seja, que a tecnologia já arremessou a morte, uma vez que consegue alcançar o seu verdadeiro propósito de fazer o homem evoluir e, por conseguinte, preservar a vida. Para ela, a tecnologia pode ser distribuída de forma desproporcional, salvando algumas vidas e castigar outras.

O argumento defendido por Butler (2008) pode-se aplicar na forma como tem sido tratado as epidemias da ebola, onde o poder que está dizendo “não a morte”, pelo contrário pode ter a morte como a meta. Assim, as políticas que administram os recursos científicos, tecnológicos e econômicos para responder à epidemia como ebola, por exemplo, podem de maneira clara deixar as vidas serem perdidas. A lógica é não deixar morrer as vítimas “inocentes” ocidentais, cujas vidas são as mais valiosas, separando-as das vidas não ocidentais e que “merecem morte”, cujas vidas são menos valiosas. Ou seja, o poder moderno administra a vida provocando a morte através da retirada silenciosa dos recursos ou intervenções tardias. Dito doutro modo, a própria administração da vida pode ter como intuito alcançar a morte de forma silenciosa e dissimulada. Podemos constatar o mesmo fato no último surto do ebola, em que a reunião global em torno do vírus se intensifica após a entrada do surto nos países das ditas potências mundiais. É como se as pessoas não estivessem morrendo antes da epidemia sair da África. Este debate vai ser apresentado com maior robustez na parte da discussão dos resultados.

Apesar da eficácia das críticas feitas por Butler, Foucault apresenta um lado bom sobre a questão no seu livro da “Genealogia do Racismo”, segundo o qual o racismo é a condição da permissão da mortalidade em uma sociedade em que a norma e regularidade são princípios fundamentais. Ele afirma:

“Más acá de ese gran poder absoluto, dramático, hosco, que era el poder de la soberanía, y que consistía en poder hacer morir, he aquí que aparece, con la tecnología del biopoder, un poder continuo, científico: el de hacer vivir. La soberanía hacía morir o dejaba vivir. Ahora en cambio aparece un poder de regulación, consistente en hacer vivir y dejar morir” (FOUCAULT, 1996, p. 199).

O racismo é assim função mortal do biopoder na economia ao colocar a morte dos outros como algo que torne alguém biologicamente mais forte à medida que este é membro de uma raça ou população. Isso é justificado com a ideia de que certas populações pertencentes as “raças inferiores” estão infiltrando para degradar ou poluir as “raças superiores” (ROSE, 2013; FOUCAULT, 1996).

Os problemas sociais ganham atenção pública com a mobilização de diferentes arenas sociais que supostamente abraçam a causa da sua resolução. Aliás, Best (1955 apud ROSEMBERG; ANDRADE, 2012, p.4) considera que “os problemas sociais são o que as pessoas consideram como problemas sociais”. Dito de outro modo, da infinidade

de questões que possam provocar atenção social algumas se transformam em celebridade, uns mobilizam setores restritos da sociedade e outros são ignorados, hierarquizando assim as questões sociais (ROSEMBERG; ANDRADE, 2012). Essa demarcação de problemas sociais se torna possível com ajuda dos construtores de problemas sociais (claims makers) que engloba agências como: a Organização Mundial da Saúde (OMS), Ong Médicos Sem Fronteira, mídias, grupos de pressão, organizações multilaterais e internacionais. Para os autores, a dramatização do problema social é necessária para a chamada de atenção e urgência na mobilização e revolta social na competição com outro problema. A mídia na contemporaneidade ocupa posição de grande relevância na construção de problemas sociais, configurando-se como uma forma da produção ideológica.

Ao falar da mídia, amplia-se também a compreensão dos receptores das formas simbólicas da análise. Importante dizer que esses receptores não são sujeitos ingênuos, e sim, receptores fazedores da opinião pública, os claimns makers, termo em inglês trazido pelos autores, isto é, as pessoas que ocupam posições institucionais capazes de serem ouvidas, influenciando até na elaboração de orçamento, negociar com legisladores, colocando pautas inclusive nos jornais ideologicamente dominantes (ROSEMBERG; ANDRADE, 2012). Esta ideia coaduna com os princípios defendidos por Moscovici (2012) em seus estudos sobre as representações sociais, posto que a mídia não está sozinha na elaboração dos problemas sociais, pois que está imerso na sociedade cujo pensamento social exerce influência profunda na mídia.

Por sua vez Thompson (1998) considera que não se pode pensar o papel dos meios de comunicação social sem levar em conta os processos sócio-históricos e a influência no pensamento político e social onde ela está inserida, posto que, como seres humanos estamos imersos em redes de significados que a sociedade como um todo participa na sua construção. Assim, as comunicações agem dentro de um conjunto de significados previamente estabelecidos pela cultura, proporcionando aos diferentes indivíduos diferentes oportunidades e interesses. Os indivíduos se situam dentro de diferentes posições do campo, utilizando a terminologia de Bourdieu (2004), o que vai depender da quantidade e recursos disponíveis para poder operar no campo. De forma geral, Thompson busca mostrar o modo como os meios de comunicação transformam organização espacial e temporal da vida social, criando assim novas formas de ação e interação bem como novos moldes de exercer o poder.

A seguir vamos apresentar o marco-teórico conceitual que vai nortear este estudo, abordando a importância das RS para o estudo de fenômenos polêmicos no campo da

saúde, assim como para a discussão acerca da construção do risco. Abordaremos ainda as questões relacionadas às dinâmicas alteritárias que envolvem o nosso estudo.

2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, RISCO E ALTERIDADE

Este capítulo abordará os marcos conceituais das representações sociais (RS) e construção do risco (principais conceitos e estudos empíricos clássicos da mídia-doença), alteridade, raça e cultura e imprensa brasileira e racismo. No final deste capítulo vamos retomar as questões que problematizam o nosso objeto.

O nosso olhar sobre a comunicação pressupõe a troca de experiências. Basta olharmos para o seu sentido etimológico, que provém de *communicare* (tornar comum, partilhar, trocar opiniões) capaz de transformar as disposições mentais dos sujeitos envolvidos. Assim, diferentemente da comunicação de massa que parte de um sujeito acrítico e conformista, o sujeito da comunicação das RS é participante ativo (ALEXANDRE, 2001). A comunicação na perspectiva das RS “é um fenômeno pelo qual uma pessoa influencia ou esclarece a outra, que por sua vez pode fazer o mesmo em relação a primeira” (ALEXANDRE, p.118).

Os sujeitos receptores das informações produzidas pelas mídias não são sujeitos da opinião, que pressupõe algo externo e acabado, que os sujeitos vão poder apenas opinar, e sim, sujeitos que participam ativamente na construção, produção e reprodução das representações sociais. Assim, a relação mídia-público é uma relação de retroalimentação em que a mídia e o público se influenciam mutuamente (CLEMENCE; GREEN; COURVOISIER, 2014; MOSCOVICI, 2012). Vimos, portanto que:

"Não apenas a informação é apenas é selecionada por diferentes filtros, da exposição a memorização passando pela recepção, mas também vem se inserir em um contexto social marcado pelas divisões. Os grupos de referência exercem um papel importante na interpretação das mensagens durante a sua transmissão e recepção" (CLEMENCE; GREEN; COURVOISIER, 2014, p.241)

O uso dos sistemas de comunicação propostos por Moscovici conectam os leitores e os produtos e demonstra a influência mútuo dos sujeitos e os emissores, orientando e guiando suas interpretações (CLEMENCE; GREEN; COURVOISIER, 2014). Moscovici propõe assim os três sistemas de comunicação que vamos começar a abordar agora.

Propagação é uma forma de comunicação em que a produção das mensagens pelos membros de um grupo se dirigem ao próprio grupo. Ela almeja harmonizar o objeto da comunicação aos princípios que fundamentam a especificidade deste grupo. Esta

modalidade de comunicação tem como objetivo a integração de um problema ou informação nova ao sistema de valores do endogrupo. A mensagem de acordo com este sistema, é estruturada tendo como referência o lugar onde se exprime, ou seja, integra uma informação ao quadro de referência estabelecida. Já a difusão, não se dirige a um público específico, e sim, a uma pluralidade dos públicos, sem levar em conta as diferenciações sociais, organizando as mensagens de forma indiferenciada. Ela tem um caráter concreto, sedutor e rápido, dirigindo-se um grupo constituída heterogeneamente, deixando que os indivíduos tirem suas próprias conclusões, dando a ideia de que o emissor é neutro. Por último a propaganda, oferece uma visão do mundo inequivocamente clivada e conflitiva. Ela contribui para afirmação da identidade do endogrupo e simultaneamente constrói uma imagem negativa do exogrupo, isto é, dos seus valores e crenças. Assim, os fenômenos são representados por meio da acentuação das diferenciações sociais, de modo a servirem de clivagem entre “eles e nós”. Dito doutra forma, cada representação sobre um determinado objeto é invocada em oposição a uma outra representação (MOSCOVICI, 2012; VALA, 2013). Vale ressaltar que os dois últimos modelos guardam muitas semelhanças, tornando as vezes difícil decifrar em uma matéria jornalística qual delas é propagação ou propaganda.

Apesar de não ser amplamente discutido a variável dos três sistemas de comunicação aqui propostos, eles foram abordadas ao longo da discussão dos resultados da FSP.

A formação das representações sociais requer, por outro lado, três aspectos importantes para o nosso estudo, abordados por Moscovici (2012) no seu estudo inaugural e que vamos discutir neste trabalho. São estes:

Dispersão da informação, que diz respeito às discrepâncias entre informação dada e necessária para circunscrição das informações. Ora são insuficientes ora são superabundantes. Em nosso estudo, acreditamos que quando insuficiente a chance de não informar bem é maior, podendo favorecer a ocorrência do pânico, medo e terror. Quando superabundante pode gerar multiplicidade das informações e os indivíduos podem ter dificuldades de filtrar da melhor maneira possível as qualidades dessas informações. Por sua vez, a *Focalização*, uma forma de apropriar as informações que possui uma influência direta nos grupos na medida em que dá atenção a determinados assuntos ignorando outros. O grau de envolvimento na focalização difere de grupo para grupo. Conforme veremos nas páginas da discussão dos dois estudos a mídia silencia determinados assuntos e releva outros. E por último, *pressão a inferência* que incita as pessoas e os respectivos grupos a

posicionarem ou adotarem uma posição para dar sentido ao desconhecido e tornar próximo e concreto um determinado fenômeno social. Na inferência verificamos que “ as antecipações rápidas, adesão estrita a um consenso ou a um código, respondem a obrigação dos membros do grupo social de estabilizar seu universo, de restabelecer uma significação que estava ameaçada ou contestada” (MOSCOVICI, 2012, p.228). Assim, a mídia como instituição integrante de um universo socialmente compartilhado é pressionada a dar sentidos aos objetos sociais novos ou acontecimentos brutais e inesperados como ebola, Aids ou zika.

Do ponto de vista teórico e empírico alguns estudos foram de extrema importância para este trabalho. Esses estudos foram feitos sobre objetos ou fenômenos sociais ligados à saúde.

Conforme já salientado no capítulo 1, o estudo de Herzlich e Pierret (2005) sobre Aids em seis jornais franceses demonstra a passagem desta doença do domínio científico para o público graças ao papel da mídia. Para as autoras, perante estupor e incerteza que a Aids causa na sociedade francesa, por se tratar de um acontecimento brutal, desconhecido e sem explicações, as pessoas se sentem pressionadas à dar sentidos a este fenômeno, e isso é possível com a ajuda da mídia. Os resultados obtidos nos jornais apontam para a ligação aos homossexuais, haitianos, hookers (prostitutas) e hemofílicos, ou seja, doença dos 5H na época, encontrando uma forma de dar sentido e tornar o risco próximo. A conotação moral se ancora nas dicotomias profano e sagrado, prescrição e tabus, sendo por isso ligada à promiscuidade ou ao pecado. E por outro lado, relacionada à praga, peste, que vai remeter ao caráter destrutivo da doença.

Por sua vez, o estudo de Marková; Wilkie (1987) acerca da Aids na imprensa britânica apontam para o elo da ligação da Aids com a moralidade à semelhança dos estudos de Herzlich e Pierret, tendo sido ligada às condutas sexuais tidas como degeneradas que tem como consequência, a praga e punição divina. A culpabilização dos grupos minoritários marca as primeiras representações da aids e foi igualmente objetivada a partir da ideia câncer, peste gay, por exemplo. Para Markova (2002), a *themata* de base do reconhecimento social é o que marca as representações da Aids, neste caso, a moralidade e sacralidade (reconhecimento social pela positiva) em oposição a imoralidade/profanidade (reconhecimento social pela negativa), sendo a *themata* do reconhecimento pela negativa, isto é, imoralidade e profanidade, a partir da exclusão e discriminação dos direitos como marcante na forma como os sujeitos acometidos pela Aids são encaradas.

Em seu estudo sobre Aids intitulada “Eu não”, “o Meu grupo não”: representações transculturais da Aids, Joffe (2012) demonstra que aparecimento de doenças epidêmicas historicamente e transculturalmente mobilizam mecanismos de defesa nas pessoas, fazendo com que estas atribuam aos membros do exogrupo a causa da doença ou de sua proliferação. A expressão utilizada pela autora “eu não, meu grupo não”, explicita esse processo de atribuir a causa da Aids e outras doenças incuráveis aos grupos estranhos (excluídos socialmente) que supostamente utilizam rituais misteriosos e cuja sexualidade é tida como aberrante. A Aids, por se configurar na lista das doenças incuráveis e por representar uma crise potencial para grande número de pessoas gerou estratégias defensivas de diferentes grupos sociais projetando a responsabilidade da sua origem e desenvolvimento no outro, distanciando os sujeitos cada vez mais da situação ameaçadora com vista a apaziguar os ânimos e acalmar a ansiedade, gerando sensação de controle.

Apesar deste último estudo não ser feita na imprensa, os três estudos sobre a Aids se assemelham, visto que em ambos os casos a Aids foi ligada à moralidade/imoralidade, sagrado e profano e proteção identitárias, ligando às doenças aos grupos socialmente excluídos. Acreditamos que os nossos achados sobre ebola apontam para tematizações em caminhos diferentes. Vamos apresentar ao longo deste trabalho na discussão dos resultados. Ressaltamos ainda que a primeira maneira encontrada para lidar com as enfermidades começa com culpabilização das minorias para em seguida ser encarada como problema público ou social. Ou seja, a primeira forma de lidar com os objetos novos e ameaçadores como doenças de caráter fatal se dá pelo afastamento ao endogrupo e ligação ao exogrupo com vista a acalmar os ânimos e gerar sentimento de segurança.

O estudo de Joffe e Haarhoff (2002) investigou o modo como a imprensa construiu o fenômeno social ebola tido como distante em mais próximo, gerando terror e pânico nas pessoas. O estudo foi feito em duas modalidades de jornais, tabloides e folhetins, e entrevista com o público leitor dos dois jornais. A grande questão que norteou a pesquisa das autoras foi o seguinte: perante o cenário de ligação ebola com a África, tidos como ações que somente acontecem lá, como pode as pessoas se sentirem ameaçadas no ocidente? As autoras levantaram algumas possibilidades: especulação sobre o potencial globalizador e destrutivo do ebola; visão aterrorizante e terrível quando comparada com flagelo da Aids, em que ebola é representado como a doença mais grave.

Os resultados obtidos apontam para a dicotomia distante/próximo, estilo de vida africana/estilo de vida ocidental, distanciamento/proximidade. Apontam para associação do ebola ao continente africano, amplamente baseado na ideia do consumo do macaco

pelos africanos, estilo de vida, pobreza e rituais “tribais”. Assim, as principais ligações feitas ao vírus do ebola centraram na ingestão de carne do macaco e déficit de cuidados de saúde. Por outro lado, a mídia levanta o perigo da globalização e do potencial destrutivo do ebola, ao mesmo tempo tranquiliza e apazigua as pessoas diante do perigo potencial com discursos que levam a crer que o ocidente tem poder de contenção das doenças. A forte relação entre ocidente e controle, e, África ao descontrole e desastre está presente em todo os dados, embora apareça menos nos jornais folhetins que o dos tabloides (JOFFE; HAARHOFF, 2002). Estes achados se assemelham em alguns pontos com os nossos e que vamos apresentar na discussão dos resultados da Veja e, principalmente, FSP. Contudo, as autoras não exploraram a hipótese da ligação do macaco como força simbólica deste animal na depreciação, infra-humanização do negro e possível forma da manifestação e incitação do preconceito racial, tal como vamos discutir neste estudo.

Vale ressaltar que nesse estudo as autoras destacaram dois elementos fundamentais na formação das representações sociais da doença: a ancoragem e objetivação. Na ancoragem, o conhecimento acerca do ebola é assimilado ancorado nos eventos percebidos como idênticos. Neste caso, a mídia não só difundiu o conceito para o “homem de rua” do que se entende como ebola, mas também deu alarme sobre o potencial destrutivo da doença aliada às outras doenças com o mesmo caráter, como Aids ou gripe aviária, por exemplo. A objetivação, por sua vez, simplifica e torna concreto e abstrata fenômenos de difícil apreensão ou desconhecido. A ebola como doença distante ganha concretude através da mídia, incitando pânico e pavor nas pessoas (JOFFE, HAARHOFF, 2002).

A proteção identitárias, neste caso, a preservação da imagem positiva do endogrupo e construção da imagem negativa do exogrupo geralmente são presentes quando nos deparamos com doenças novas, principalmente as de caráter mais fatal, como ebola, Aids, por exemplo. Alguns autores têm demonstrado em seus estudos como tais questões estão presentes.

Herzlich e Pierret (2005) consideram que a informação acerca da Aids constitui um discurso de acusação, rejeição e do erro, um tipo de discurso ligado ao outro e frequentemente não assumido por aquele que exprime. Assim a concepção moral da doença se expressa em “aviso”, “punição” e “maldição” dirigida ao outro. A catástrofe ligada a culpa do “outro” tido como responsável pelas doenças é comum quando nos deparamos com doenças que remetem ao cataclismo coletivo. Ou seja, o discurso sobre

as doenças epidêmicas é sempre discurso do outro, o mais longe possível e estranho de nós. Uma forma alteritária de encarar a doença atrelando a culpa e responsabilidade a “eles” degradados e a pureza a “nós”.

Se tomarmos a Aids como exemplo, percebe-se que ela é objetivada como uma ameaça do grupo externo de modo a torná-la menos ameaçadora para o grupo interno, isto é, temos de um lado o grupo ameaçador (exogrupo) e o grupo ameaçado (endogrupo). Ela é também objetivada como praga que atinge as identidades marginais que é onde a África se situa. No ocidente, a origem da Aids é localizada na África nos comportamentos ditos primitivos e de sujeira, e por sua vez na África a origem é atrelada aos ocidentais, relacionando-a com colonialismo e domínio imperialista. Apesar da doença estar atrelada a nações estrangeiras, em cada cultura verificamos a associação com determinados grupos “marginalizados”, entre os quais temos homossexuais e usuários de drogas no ocidente; e nos países em vias do desenvolvimento, como os africanos, a doença aparece atrelada às mulheres, prostitutas e os não heterossexuais. A projeção das doenças no estrangeiro deve-se ao fato dos objetos sociais estranhos evocarem medo e ameaçar a suposta ordem das pessoas nos grupos sociais e a sensação do controle sobre mundo. Verifica-se, portanto, a projeção mútua entre os africanos e os ocidentais acerca da origem da doença, ou seja, a projeção no continente considerado responsável pela origem das doenças catastróficas e ocidente marcado por um passado “privilegiado” de dominação em relação às nações fracas (JOFFE, 2012).

Essa ligação no outro não só acontece com ebola ou Aids, pois, em todas as epidemias os estrangeiros sempre foram acusados. Ou seja, “esse discurso sobre o outro também é um discurso imputado ao outro. O sujeito enunciador não aparece. Nós nos encontramos aprisionados, à nossa revelia, numa palavra do outro, que se tornou, à revelia de cada um, palavra de todos. A partir daí o discurso parece se formar, se alimentar e se reproduzir em si próprio” (HERZLICH; PIERRET, 2005, p.96).

Segundo Sontag (1989) em seu livro “Aids e suas Metáforas” o imaginário das doenças que afligem o ocidente como proveniente do exterior é secular, pois este se vê como entidade cultural privilegiada ao invés de ser pensada como uma das possibilidades culturais dentre tantas outras. A autora salienta que os europeus demonstram uma indiferença, não se responsabilizando pelos impactos devastadores por eles provocados, como colonizadores e invasores que eles introduziram no mundo não ocidental. Assim, a doença é atrelada aos pobres ou nações tratadas negativamente como bárbaras pelas nações ocidentais, isto é, os estranhos vivendo no meio deles. O que reforça a ligação da

doença ao outro africano, tido como proveniente do lugar exótico e por vezes, primitivo. Dito de outra forma, o que está fora do ocidente é tratado pelos ocidentais como lugar onde reina caos, desordem e desorganização total, e por isso, não consegue ter controle dos grandes males que o acomete. Acredita-se que a presença dos estereótipos racistas em boa parte deve-se às especulações com relação a origem geográfica das grandes catástrofes, como Aids, ebola e uma gama de males mundiais mal resolvidos na África, atualmente zika vírus, cuja origem também está relacionada a floresta Zika, mais concretamente em Uganda⁵. Isso Coloca os africanos como berço das doenças e grandes crises humanitárias, abrindo espaço para o preconceito, racismo, estigma, discriminação e xenofobia, etc.

O estudo de Ungar (1998 apud JOFFE; HAARHOFF, 2002) acerca do ebola na imprensa ocidental (norte-americana e britânica) nos jornais The Times, the Observer e o Telegraph, demonstrou que a contenção do medo em relação ao contágio do ebola tomou a forma de colocá-lo no "outro". O que ele denomina de "outremização", isto é, o mecanismo usado pelos meios de comunicação diante do alarme provocado pela doença de caráter destrutivo como ebola, projetando a doença no exogrupo. Para o autor, o fato da doença não ser explorada numa perspectiva laica, a "outremização" ajudou acalmar os receios que o vírus do ebola suscita. Assim, por se tratar de uma doença que remete ao cataclismo coletivo (doenças que provocam grandes devastações e modificações do estilo de vida e nas relações entre os indivíduos) colocada como originário do continente africano, neste caso, a África Central, mais concretamente no Zaire (atual República Democrática de Congo), sendo atrelados ao contato do homem com macaco, o surto de ebola pode acirrar as disputas identitárias. Por outro lado, trata-se de uma doença ligada a um continente que no imaginário ocidental e brasileiro em geral é tido como um continente das doenças, misérias, comportamentos exóticos, estranho e primitivo (OLIVA, 2005; RODRIGUES, 2012).

A outra questão que se coloca deve-se ao fato de ebola surgir primeiro que a Aids e só veio a assumir a repercussão mundial, no último surto. Atualmente foi encontrado remédio com 100%⁶ de eficácia da cura. Enquanto isso, a Aids se transformou em problema social rapidamente, sobretudo no momento em que começou a atingir

⁵<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1718430-estudo-ve-relacao-entre-chegada-do-zika-e-eventos-no-pais.shtml>

⁶ <http://www.scidev.net/afrique-sub-saharienne/maladie/actualites/tests-concluants-a-100-pour-un-vaccin-anti>

personalidades de prestígio, ou seja, não sendo mais doença dos pobres e marginalizados por se constituir uma ameaça global, a sociedade mundial como um todo se mobilizou para dar resposta aquilo que estava se constituindo uma catástrofe coletiva.

Acreditamos que a ebola é associada como problema inerentemente africano, podendo criar a sensação do ocidente não precisar se preocupar, uma vez que se acredita que é o lugar que oferece as condições para que a doença prolifere. Enquanto isso, a Aids e outras enfermidades ou mazelas sociais como atinge todos deve haver uma preocupação maior, pois a vida das nações civilizadas está sendo ameaçada. Porém, mesmo com toda preocupação por conta da ameaça global da Aids, as políticas para enfrentar esta doença são obscuras, perversas e ambíguas, pois envolvem ideais capitalistas, visando manter as desigualdades (ROSE, 2013; BOURDIEU, 2004).

Ao falarmos da ebola estamos falando da doença que aparece na esfera pública ligada ao continente africano, tanto no que se refere ao seu surgimento e suas altas incidências. Estamos falando de uma doença que surgiu na década 70 e somente no último surto assumiu dimensão social, política e econômica como nunca vista. Ebola aparece atualmente com casos apenas no continente africano, e alguns casos isolados na Europa (especialmente de profissionais que foram contagiados em solo africano e repatriados para tratamento). Assim, buscamos entender neste trabalho por que a ebola tardou a se constituir um problema social à nível global diferentemente das outras enfermidades como Aids, por exemplo. Podemos encontrar pistas de respostas olhando para o papel das mídias na transformação e definição dos problemas sociais. Como aponta Rosemberg (2012) as mídias desempenham um papel importante na definição de problemas sociais, sobretudo uma cobertura simpática, isto é, uma cobertura onde ela cria uma relação de identificação e empatia com assunto, provocando espetáculo e conseqüentemente chama a atenção do público, fazendo com que milhões de pessoas tomem conhecimento de um determinado problema social. O que pode explicar a negligência do surto da ebola por um período de tempo considerável.

A nossa compreensão do mundo, sobretudo distante, é intrinsecamente influenciada pelas mídias. No entanto, a mídia e os respectivos produtores (jornalistas) fazem isso com influência dos sujeitos que são ativos e por estarem imersos nas redes de significados proporcionados pela cultura onde estão imersos (THOMPSON, 1998; CORREIA, 2005). Assim, propomos estudar a alteridade e comunicação à luz das representações sociais. Estamos falando de um tipo de alteridade diferentemente da interação face a face (CORREIA, 2005), e sim, de uma imprensa colocar no espaço

público brasileiro uma doença tida como distante e proveniente de um continente estigmatizado pelo ocidente como centro de mazelas sociais. Ou seja, um tipo de alteridade gerada na interação mídia-público brasileiro acerca de uma doença do outro-africano distante.

A partir do olhar da memória coletiva, vamos apresentar ainda o debate sobre o modo como o racismo, imaginários e estereótipos negativos com relação ao africano, construídos ao longo dos séculos influencia os discursos das mídias estudadas sobre ebola, conforme vimos em Oliva e Rodrigues (2005; 2012). Discutimos neste trabalho a dimensão existencial do racismo de modo a entender como os valores humanos são afetados ao nos depararmos com doenças de caráter mortal como ebola. Este tipo de debate remete por um lado, ao conceito da infra-humanização, uma forma de diferenciação grupal que visa desacreditar a humanidade do outro por ser membro do exogrupo, e do outro lado, à ideia da themata do reconhecimento social proposta por Marková, que pressupõe o reconhecimento do outro pela avaliação positiva ou negativa. Neste último, o outro é relegado a condição de inferioridade e exclusão (DEMOULIN, et. Al, 2005; MARKOVA, 2006).

Propomos neste trabalho o debater da ideologia, isto é, a produção, circulação e recepção das formas simbólicas que sustentam e reproduzem relações de dominação, que são relações de poder sistematicamente assimétricas (ANDRADE; ROSEMBERG, 2012) que favorece a construção do imaginário negativo sobre a África e institui o lugar do outro africano na sub-humanidade, envolvendo todo um debate ético acerca do papel da mídia de informar bem e menos tendenciosa no que se refere a problemática africana no Brasil. E por último a forma como foi elaborada os problemas sociais na África a partir do exterior, questionando se cabe o outro falar do problema da África.

2.1 Alteridade; raça e cultura

Neste tópico pretendemos discutir os conceitos de alteridade, na sua forma constitutiva e destrutiva (alteridade radical) da identidade, conforme posto por Jodelet (2002; 2005). Vamos abordar o racismo numa perspectiva do reconhecimento social, tendo como base a themata do reconhecimento social, conforme posto anteriormente no capítulo 1. Este tipo de thêmata tem como essência a instituição da humanidade a partir do olhar valorativo do outro, neste caso reconhecimento na sua forma positiva, ou através

da destituição da humanidade do outro através da exclusão ou desvalorização da cultura e estilos de vida, isto é, reconhecimento pela negativa (MARKOVÁ, 2006).

Ao se debruçar sobre as raízes psíquicas da alteridade, Joffe (2005) embasou seus estudos nas noções de projeção e introjeção de Melanie Klein, em que a atividade representacional mais precoce dos sujeitos se dá pelo esforço de proteger o espaço interior positivo, que desde os primórdios da vida a criança busca mecanismo para evitar a ansiedade por uma ameaça de perseguição percebida, guardando dentro de si as sensações prazerosas ou bem-estar, e negativas ou mal-estar são lançadas no exterior. Toda a preocupação da criança neste período precoce visa afastar tudo que é mau longe, evitando que invada ou destrua o bom ou puro (JOFFE, 2005).

Baseado em seu estudo sobre alteridade e loucura (1989), Jodelet (2005) distingue dois modelos de alteridade: de um lado alteridade do lado de fora, concernente aos países, povos e grupos situados num espaço e tempo distante, que se caracteriza pelo distanciamento, pelo olhar “exótico”. É nesse primeiro modelo que o nosso estudo se assenta. Por outro lado, a alteridade do lado de dentro que se refere às marcas soldadas de uma diferença, sejam elas de ordem psíquica ou corporal (cor, raça, gênero, etc.) sejam elas registro dos hábitos (modos de vida e formas de sexualidade) ou relacionados a pertencimento de um grupo (nacional, étnico, comunitário, religiosos, etc.), se distinguindo no interior de um mesmo agrupamento cultural, podendo ser considerado raiz do mal-estar.

A alteridade se alia à identidade na medida em que traz a relação eu-outro, que constitui chave para construção de identidade. A identidade é assim uma característica que faz com que o indivíduo se torne ele mesmo, distinguindo-se do outro, tendo como contraponto as seguintes questões: “não eu”, “um eu”, “outro”, “si mesmo”, o que demonstra que a identidade é na sua essência plural, dialética e polissêmica. Essa forma de conceber alteridade na relação dialética (si mesmo e o outro) se manifestam das seguintes dicotomias: autóctone/estrangeiro, próximo/longe, normal/anormal, civilizado/incivilizado. Vale ressaltar que a base de sustentação da relação eu e outro é a linguagem, que é também a primeira aproximação da alteridade. Assim, a ideia de si mesmo e do outro como constitutivo da identidade é definida pelo olhar ocidental, o que significa dizer que o modelo da identidade do ser humano é aquele modelo que o ocidente considera ideal, correto, legítimo, adequado, e por isso cabe-lhes falar da identidade do sujeito além-ocidente (JODELET, 2005). Pode o africano falar de si mesmo e ser aceito

ou obter o reconhecimento social, constitutivo da sua identidade e humanidade? São questões que propomos debater neste trabalho.

Não podemos falar da alteridade sem levarmos em conta correlação a entre si e o outro na constituição da identidade. De acordo com Simmel (1908-1984, p.43 apud JODELET, 2005 tradução nossa) “o homem entra na relação da vida com os outros, da ação por e com os outros, na situação de correlação com o outro”. Essa ideia do Simmel trazida por Jodelet é fundamental para a percepção mais humanística do outro africano. Ou seja, a saída para infra-humanização do africano passa pela minimização da distância e maximização da proximidade. Nesta mesma linha Jodelet considera que as ideias de Mead se assemelham as de Simmel neste aspecto, a partir do momento em que este autor considera que a nossa experiência do mundo que inclui objetos, pessoas e animais é o que faz emergir, por via da linguagem, a nossa experiência da constituição do self, por meio do confronto com outros objetos sociais do mundo. Dito de outra forma, a constituição da consciência de si se origina na troca com outras pessoas imersas no mundo e que passa necessariamente pela interiorização da perspectiva deste outro.

Jodelet (2005) cita por outro lado, a perspectiva de Green (1995) que coloca identidade como indissociável de uma diferença. Esta visão traz as seguintes dicotomias na relação eu-outro: unidade de si e do outro na diferença, descontinuidade de entre si e o outro (separar-se do outro) e entre si e si mesmo (separar-se de si mesmo). Por outro lado, Jodelet cita Mauss (1950) que considera que existir no mundo é definível somente por uma relação “eu e outro”, no qual o outro resta como semelhante no seio de uma formação cultural. Por sua vez Evans-Pritchard (1940) citado por Jodelet (2005) considera o reconhecimento do “não nós” como a condição necessária para a constituição de um “nós”. Esta última visão é onde se assenta todo debate que propomos sobre a questão da alteridade e comunicação da ebola na perspectiva midiática brasileira, neste caso nós-brasileiros ocidentais e eles-africanos apreendidos através da mídia impressa brasileira. Ou seja, como olhar midiático contribui para interação e relação intersubjetiva de um nós-brasileiros e eles-africanos no espaço público brasileiro.

De acordo com JOFFE (2005), a Psicologia Social em seus estudos trabalhou insuficientemente o conceito do “outro”. Contudo, nas disciplinas exteriores a ela, este conceito foi amplamente utilizado, sobretudo nas teorias culturais⁷, visando explicar o

7 A teorias culturais são teorias que se dispõem a estudar culturas além ocidente, numa perspectiva que tem como ponto de partida o olhar eurocêntrico tido como “superior” (JOFFE, 2005). Ressaltamos que tratamos

modo ocidental de subordinar determinados povos e construir supostas identidades superiores. Assim, o ocidente exalta o seu ser pelo fato dele atrelar as formas de agir e ser exterior a ele como falha. No entanto, os processos pelos quais as pessoas preservam suas identidades positivamente atribuindo as qualidades indesejáveis aos outros não são unicamente ocidentais, pois que em todas as sociedades humanas a introjeção de características desejáveis e projeção de características indesejáveis no outro se fazem sempre presentes.

O conceito do outro grandemente utilizado nas teorias culturais, em geral, se aplica aqueles que são exteriores aos grupos dominantes e que estão implicitamente subordinados a eles (JOFFE, 2005). A autora corrobora com estudos feitos por Said (1990) segundo o qual o oriente, podemos também dizer o mesmo com relação à África, é uma entidade construída com olhar da cultura europeia colonizadora. Durante muito tempo, os discursos científicos e ideológicos foram estabelecidos no oriente e África à luz das teorias provenientes do ocidente. O ocidente fala por esses povos e mais fortemente com relação aos povos africanos, neste caso, fruto de um processo colonial, que ainda vigora, levando aquilo que Fanon (2008) chama de “sepultamento da cultura”, podemos constatar esse fato, por exemplo, com a oficialização da língua do colonizador pelos colonizados. A propósito, Spivac (2012, p.13) considera a fala do subalterno, isto é, “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão, dos mercados, da representação política e legal, e da disponibilidade de se tornarem membros plenos do estrato social dominante” e do colonizado como intermediada pela voz de outrem ocidental, neste caso, um intelectual que acha que pode, deve e tem legitimidade de falar do outro. Neste sentido, o espaço dialógico de interação não se concretiza, pois para que isso aconteça os pós-coloniais, isto é, as nações que foram vítimas de invasão e assalto cultural (FANON, CÉSAIRE, 1969) devem fazer com que eles denominados de “subalternos”, falem e façam-se ouvir. Em síntese, falar pelo outro, na visão da Spivac reproduz as estruturas do poder e opressão que mantém o subalterno silenciado.

O ocidente constrói a imagem do outro não ocidental como fundamentalmente diferente, sendo atribuído a eles termos em dois extremos. De um lado altamente

a África neste trabalho como não-ocidente e Brasil como ocidente, porque a literatura que utilizamos neste trabalho coloca a África como não ocidente.

depreciativo e do outro lado admirável e inviável, sobretudo no que se refere a sua natureza emocional, sexual e espiritual tida como excessiva, na medida em que não seguem a concepção ocidental da civilidade. Além disso, o controle de si, particularmente sobre o corpo e o seu destino, que é um grande marco na constituição da identidade ocidental é tido por este como ausente nos não ocidentais, sendo estes (não ocidentais) atrelados à primitividade, em que vigora o modelo da alteridade lajeada na ideologia do tribalismo, isto é, um tipo de alteridade em que o outro é relegado à condição da passividade, primitividade e exotismo, reduzindo ou excluindo-o da sua humanidade (JOFFE, 2005; BORGES et al., 2015).

A representação do outro como inferior e ameaçador aumenta em tempos da ameaça e potencial crise, principalmente quando este outro é proveniente de um continente problemático, e pejorativamente tratado como “retrógrado” a olho dos ocidentais, como a África. Dito de outra forma, em tempos de crise a ansiedade é erguida e as qualidades indesejáveis são fortemente ligadas aos outros inferiorizados, tidos como responsáveis. Em períodos da ameaça as estratégias defensivas são aguçadas, visando conter as ansiedades e medo no interior do grupo de pertença, colocando o outro pertencente ao exogrupo como bode expiatório (JOFFE, 2005). Isso é fortemente visto quando se trata da proliferação das doenças tidas como provenientes, na maioria dos casos, do continente africano assim como em períodos de crise econômica. Basta vermos constantes repatriamentos dos imigrantes africanos nos países europeus, nomeadamente Itália, França e Espanha e as barreiras sanitárias que visam impedir a entrada dos cidadãos africanos.

Esse fato se embasa na ideia dos africanos e povo de outras nações em vias do desenvolvimento afetarem o estilo de vida dos ocidentais. Uma forma de lidar com imigrantes que vigora desde os primórdios da “civilização” ocidental e na atualidade, sobretudo, em relação aos cidadãos provenientes das nações do sul. A retórica do abalo entre as civilizações tem sido utilizada para justificar os comportamentos xenófobos e discriminatórios (NAIL, 2015). Ressaltamos que estas barreiras têm acontecido sempre, o advento do ebola veio reforçar ou “justificar” para que continue perpetuando, demonstrando o não distanciamento de tais atitudes nos dias atuais. Assim, conforme vimos em Nail, pode-se dizer que o que está em causa nas barreiras sanitárias em tempos da crise são as defesas das fronteiras da “civilização”.

Ressalta-se que cada membro do grupo luta para se defender, baseando-se nas crenças e práticas que servem para manutenção das barreiras que excluem os estrangeiros

e tudo que se aproxima destes. Como alternativa para melhoria dessas relações, a convivência e aproximação são cruciais, pois quanto maior for a distância, menos estimável seremos com relação ao outro, levando em conta, por outro lado, que a constituição da nossa identidade se espelha no outro quer seja de forma positiva (reconhecimento no outro), quer seja de forma negativa (reconhecimento do não outro), e com isso podemos evitar a desqualificação e depreciação do outro (não eu e não nós), tido como possuidor de uma identidade inferior ou “degradado” (JODELET, 2005). Por sua vez, Marková (2006, p.258) considera que a thêmata do reconhecimento social envolve dois processos dialógicos fundamentais: “um potencial se refere ao Ego, que deseja que o Alter trate-o com dignidade. O outro potencial se refere ao Alter, que deseja que o Ego trate-o com dignidade. O reconhecimento social, portanto, é um esforço social básico-ou desejo- direcionado aos outros seres humanos”. Importante lembrar que os dois conceitos norteiam o nosso debate sobre raça articulado a cultura.

A forma simplista de ver o outro necessariamente como poluente e a si como puro é uma atitude segregacionista e trouxe consequências nefastas, conforme vimos na escravidão e o holocausto. Isso demonstra que as qualidades indesejáveis que são projetadas no exogrupo para gerir ansiedade e proteger identidade do endogrupo, sobretudo em momentos da crise, não param de atormentar a humanidade, sobretudo pelas consequências sociais advindas destes comportamentos. Aliás, cada indivíduo entra no mundo representacional se deparando com certos grupos tidos como respeitados ou prestigiados e outros como degeneráveis, desprivilegiados e desrespeitados. Ou seja, as representações que circulam nos grupos sociais particulares antes da chegada do indivíduo no mundo influenciam o modo como este escolhe representar o outro como digno, privilegiado, bom ou mau, prosseguindo até a idade adulta os mecanismos defensivos da introjeção, projeção e atribuições da causalidade (JOFFE, 2005).

As diferenças de poder são importantes para pensarmos a força das representações, pois os grupos dominantes exercem o poder do controle das representações a partir do momento em que certas representações são expandidas com maiores vantagens no mundo inteiro, incutindo o silêncio às outras. Estas representações facilitam o modo como cada sociedade faz perpetuar determinados valores com os quais respondem às crises ou reforçar a regra do suposto controle das mazelas sociais no grupo de pertença. Na sociedade brasileira, por exemplo, as formas de explicar as mazelas sociais e a representação do negro são atreladas ao passado histórico da escravidão (JOFFE, 2005; OLIVA, 2005).

A classificação racial como produto moderno surgiu desde século XVII através do encontro dos navegadores com pessoas tidas como provenientes de terras estranhas, onde os negros se configuram fortemente. Assim, a ligação da negritude com a primitividade se deslocou para noção de inferioridade no seu desenvolvimento enquanto ser humano, isto é, a desvalorização biológica foi substituída pela desvalorização cultural. As divisões da raça se centravam e continuam centradas nos dias atuais em três aspectos: costumes, intelecto e beleza (ROSE, 2013). Estes três aspectos no negro africano são tidos preconceituosamente pelos ocidentais como retrógrados e antiquados e que precisam se ajustar às demandas dos ditos civilizados e progredidos. Acredite-se, portanto, que os costumes, intelecto e beleza deste povo são desprovidos de qualidade e para melhorá-los os africanos devem abdicar das suas culturas, costumes, valores e modelos de beleza, abraçando a cultura ocidental. Contudo, temos grande debate aberto pelos teóricos pós-coloniais, que procuram resgatar a dignidade das respectivas culturas. Ao longo deste capítulo vamos apresentar este debate de forma sucinta.

Vale ressaltar que o racismo biológico de acordo com Silva e Silva (2000), não foi totalmente abandonado, foi para o segundo plano, embora cientificamente não se sustente, ele continua a vigorar no domínio médico, e quando falamos da Medicina estamos falando da área de saber que tem como foco principal explicar as doenças do ponto de vista orgânico. Assim, nos dias atuais surge o neoracismo, isto é, a forma nova e moderna da expressão do racismo que coloca a desvalorização cultural no primeiro plano e o biológico relegado ao segundo plano. Os defensores deste novo modelo do racismo colocam o caráter xenófobo e discriminatório perante suposta ameaça de uma cultura tida como diferente como uma das principais formas de sua manifestação.

Há meio século que a literatura referente aos temas nacionalidade, raça, etnicidade tem sido largamente difundida. O motivo dessa difusão deve-se ao fato da eclosão da tensão entre negros e brancos norte-americanos, da experiência do holocausto, da crescente imigração dos povos que resulta na criação de numerosas minorias étnicas e da emergência de novas nações. O que significa que, nacionalismo, etnicidade e racismo são fenômenos bastante atuais, isto é, construções modernas e não da antiguidade (JAHODA, 2005). O lugar da nascença passou a determinar o sujeito melhor/pior, puro/impuro (JAHODA, 2005). A esse respeito, Santos e Meneses (2010) fazendo crítica ao modelo eurocêntrico, segundo o qual existem dois lados da linha definidores das verdades, o lado existente e o outro lado inexistente e invisível. No lado norte, isto é, as nações europeias, vigora a verdade, paz, delicadeza, doçura e amizade, e do outro lado impera a lei do mais

forte, violência, barbárie, pilhagem e tudo que é de mais atroz. Este argumento nos faz pensar na forma como se relaciona preconceituosamente a África às zonas selvagens capazes de ameaçar zonas civilizadas, por isso o desconforto com a entrada nos africanos em tempos da crise. Eles são tidos como amplificadores da crise, pois são “perigosos” e “poluentes”.

De acordo com Jahoda (2005), na Grécia antiga existia a tendência de considerar o outro como bárbaro ou monstro humanoide, no entanto, neste período existe pouco preconceito comparado com o olhar que se tem dos negros na cultura grego-romana. Por outro lado, na idade média, a linha de divisão entre “nós” e “eles” era por intermédio da religião: cristãos, muçulmanos e pagãos. Como exemplo, temos Santo Gregório, padre negro, que foi representado, honrado, respeitado e aceito mais que um pagão branco. Era respeitado porque acreditava em Deus. Fatos que demonstram como o racismo baseado na cor tem sido fomentado e ganhou força no auge da civilização, isto é, modernidade. Vimos, portanto, que antes do século XV dirigentes africanos eram respeitados na Europa, mas o ponto de ruptura de toda essa valorização foi a captura dos africanos pelos portugueses com intuito de escravizá-los. A partir deste período, proliferaram os estereótipos negativos e o outro africano (negro) passa a ser tido como ruim, imoral, sobretudo no que se refere à sexualidade, aos estilos de vida e à cultura, sempre percebidos como ameaça e menos humanos (JOHADA, 2005).

Jahoda (2005) considera que ao longo do século XIX os outros não ocidentais, africanos e entre outras nações desprivilegiadas são geralmente tidos como inferiores. Ainda nessa época, as noções de raça e nação eram tratadas como intercambiáveis. Ou seja, a localização geográfica por si só determina a desvalorização de um determinado povo em todos os aspectos. A propósito Johada (2005, p.56) cita Willian Graham Sumner (1959) que afirma: “cada grupo alimenta seu próprio orgulho e vaidade, se vangloria de ser superior, exalta sua própria divindade e olha o estrangeiro com menosprezo” (tradução nossa).

Se recuarmos para tempos dos nossos ancestrais, podemos constatar que os grupos étnicos formam identidade coesa e segregam os outros grupos pelos limites territoriais e sociais estabelecidos. Dito doutra forma, enquanto seres humanos temos disposições favoráveis, à fidelidade com o nosso grupo de pertença e do outro lado, a suspeição e antagonismos dirigidos contra o grupo estrangeiro. Convém dizer que estas disposições não são naturais ou inatas. Assim, desde os primeiros anos da vida, as crianças são ensinadas a reconhecerem símbolos relacionados aos seus grupos de pertença, avaliando

aqueles que creem ser membro deste grupo positivamente, e, por conseguinte, olham os membros do exogrupo negativamente (JAHODA, 2005).

Jahoda (2005) cita o trabalho de Buffon (1833-1834) que introduziu a noção de raça, conceituando-a como variedade de espécies cujas características são provenientes de herança biológica e que as condições ambientais são as causas da produção das diferenças individuais. Esta concepção de raça é importante para superação do eugenismo, cuja base se assenta na consideração de determinadas raças como degeneradas, dentre as quais temos a negritude, onde se configura a raça africana. Recordar-se que no século XIX o racismo biológico predominava no seio de grandes elites científicas. Buscavam-se de forma tendenciosa explicações científicas nas ciências biológicas para justificar a superioridade da raça branca sobre as demais raças.

A dimensão alteritária do racismo foi abordada por Gordon no prefácio do livro *Pele negra, Máscaras Brancas* de Fanon (2008) segundo o qual a possibilidade de colocar o outro numa relação dialética eu-outro é a base onde se assenta as lutas contra todos os sistemas de preconceito racial. Dito doutra forma, ser reconhecido pelo outro como condição existencial, isto é, humano como qualquer outro humano, é o primeiro passo para as lutas anti-raciais. Assim, o negro não vai se fechar na sua negritude e branco na sua branquidão, abrindo mão de qualquer postura narcísica conforme aponta Fanon (2008), emergindo no mundo e abrindo para as relações dialéticas eu-outro, estabelecendo relações afetivas, com um amor verdadeiro em que nem o negro nem o branco se vê inferior ou superior. Aliás, diz Fanon (2008, p.38): " admitir que homem não é nada, absolutamente nada, e que é preciso acabar com narcisismo segundo o qual ele se imagina diferente dos outros "animais".

O reconhecimento do negro na sociedade é crucial, pois a nossa existência se dá pelo suporte do outro, pelo olhar do outro. Como acrescenta Fanon (2008) e outros intelectuais da psicologia, o homem só é homem sendo reconhecido pelo outro, busca ativamente este reconhecimento no outro e é deste outro que depende o seu valor enquanto humano, ou seja, o outro dá certeza à existência humana. Esse reconhecimento que o negro exige tem a ver principalmente com os valores fundamentais da existência humana, a dignidade humana. Por isso, concordamos com o autor de que o negro deve ser reconhecido como humano e não como escravo da escravidão que desumanizou seus ancestrais ou ser olhado apenas como neto dos escravizados.

Jodelet (2005) faz uma provocação ao trazer a ideia do racismo sem raça. Este tipo de racismo de acordo com esta concepção se manifesta em torno do tema da

irreduzibilidade das diferenças culturais. A cultura se encontra naturalizada e tranca os indivíduos e grupos numa determinação genealógica. Ou seja, o racismo sem raça é marcado pela intransigência na acentuação das diferenças culturais, chegando ao ponto do racista biologizar tais diferenças ao invés de encará-las com uma das possibilidades humanas e culturais dentre tantas outras. Assim, o tratamento social deste tipo de alteridade exaspera as afirmações e defesas identitárias e sucumbe essencialmente em exclusão. Este tipo de alteridade, é a radical, e de forma prática se configura nas diferentes formas de violência, desprezo, intolerância, humilhação, exploração, estigma, preconceito, etc. A sua forma típica e extrema de expressão da alteridade é indubitavelmente o racismo. Três modelos explicativos da alteridade radical são propostos pela autora, assim segue:

O primeiro modelo se articula nas marcas das diferenças e evoca a necessidade de purgar o corpo social, proteger a identidade de si mesmo e do “nós” de toda uma suposta promiscuidade e misturas com “eles” “poluentes”, “impuros” ou “ameaçadores”. Esse modelo explicativo pode ser facilmente visto quando nos depararmos com pessoas provenientes de lugares como África, pejorativamente infra-humanizada, sobretudo, em tempos de crise potencial como ebola e outras doenças. O segundo modelo é marcado pela busca das justificativas e racionalizações em torno do qual se organizam os afetos de modo obsessivo ou irracional, visando combinar práticas, discursos e estereótipos que vão ao encontro de todas formações de comunidades racistas. E por último, o modelo da análise fenomenológica e semântica do racismo, cuja forma da alteridade passa pela a distinção de condutas do endogrupo com relação ao exogrupo em uma forma da hierarquização em termos de valores psíquicos e simbólicos, que vai conduzir e orientar as diversas relações sociais.

Duas outras formas importantes do racismo são propostas por Jodelet. De um lado, temos racismo auto-referencial que busca estabelecer a superioridade do racista, tido sempre como detentor do poder, saber e verdade sobre o que é humano puro e civilizado. Do outro lado, temos o racismo hetero-referencial ou heterofóbico que atribui à “vítima” da discriminação racial o lugar de inferioridade e malefício. Esta atitude é vista no seu estudo da alteridade e loucura, configurando o louco na figura do estranho, perigoso e ameaçador, numa tentativa de proteger a identidade da suposta ameaça do outro “degenerado”, da mesma forma que no surto da ebola o africano é tratado como estranho e “poluente” (JODELET, 2005).

Bauman (1998) por sua vez, considera a antipatia e aversão intergrupais como formas de racismo e tem como fundamento execrar e manter distante o outro ou estrangeiro. Ele elabora três níveis do racismo. O racismo primário, que é de caráter universal, tem a ver com a reação natural quando nos deparamos com alguém tido como estranho, desconhecido ou estrangeiro. Ele se manifesta na repugnância, podendo em determinadas circunstâncias levar a agressividade. Por se tratar de uma forma espontânea da manifestação do racismo, ele não precisa de estímulo ou teoria científica para legitimar o ódio rudimentar que suscita. O secundário ou racionalizado se assenta nas bases lógicas para justificar o ressentimento. Cria-se ódio ao outro representado como perigoso, ameaçando o grupo ressentido. Se olharmos para os comportamentos xenófobos com relação aos africanos em tempos da crise percebe-se a racionalidade criada em torno do africano, isto é, a sua condição reduzida à periculosidade e poluição.

E por último o racismo terciário, se assenta nas teorizações e no nível mais elevado e grave do racismo. É tido como quase biológico para enfatizar o caráter imutável, irreversível e incurável da alteridade do outro inferiorizado. Nessa lógica, determinados grupos humanos são tratados como aqueles que não podem se encaixar na ordem racional e civilizatória por maiores esforços que se façam, ou seja, alguns grupos são “falhados” (“incivilizáveis” a moldes ocidentais), falhas estas que não podem ser removidas ou retificadas, permanecem para sempre na condição do infra-humanizado. É como se fosse dizer: “não adianta fazer qualquer tipo de treinamento, pois ele não muda”. Esse é supostamente o tipo de imagem que se tem do africano no mundo, tido sempre como degenerado perpétuo.

Vamos nos debruçar agora sobre a infra-humanização que de acordo com os autores Demoulin et.al (2005) consiste na extrema desumanização na qual aos membros do exogrupo são negadas as suas condições humanas. Ou seja, uma forma de discriminação no qual os membros do exogrupo são tidos como menos humanos que os membros do endogrupo. Ela se dá no processo de sociabilidade que de acordo com os autores citando Leyens e Yzerbyt (1997) consiste na busca excessiva de similitude com relação ao grupo de pertença e diferença com relação ao exogrupo, em torno do qual os indivíduos procuram reencontrar imagens positivas de si e valores ideais de si mesmo e do endogrupo, criando imagem negativa dos membros do exogrupo. Isso quer dizer que mais do que a similitude, na infra-humanização buscam-se as diferenças para justificar as imagens idealizadas do grupo pertencente de modo a desqualificar os membros do exogrupo. Ou seja, os autores ressaltam que as diferenças que são buscadas no outro

interessam mais aos membros do endogrupo do que a diferença do membro do exogrupo com relação ao endogrupo. Assim, ao idealizar o endogrupo levam-se mais em conta as características que não são possuídas pelos membros do exogrupo e que tornam eles diferentes de nós, e não eles como possuidores de características que nos tornam semelhantes enquanto humanos.

A adesão à “cegueira às diferenças”, termo utilizado por Demoulin não necessariamente é compatível com a igualdade desejável para a maioria das pessoas, mas um sinônimo de similitude do modelo dominante, que passa pela ocultação da diferença. Por exemplo, a presença de negros bem-sucedidos dentro do grupo elitizado pode ser uma justificativa da crença de igualdade de oportunidade em uma sociedade racista, mascarando o verdadeiro propósito da manutenção dos privilégios da classe dominante (DEMOULIN et al., 2005). Assim, os autores citando Dovidio (2000) consideram que a cegueira às diferenças pode fazer com que as pessoas defensoras das lutas anti-raciais busquem igualdade, ao mesmo tempo em que vão se deparar com atitudes racistas que buscam justificativas válidas para discriminar em situações como do emprego e ajuda social com relação aos imigrantes, por exemplo. De acordo com esta concepção, nas circunstâncias da crise potencial, as condições propícias para eclosão do racismo ou xenofobia tornam-se visíveis mesmo para as pessoas que não se acham racistas.

Para os autores, a cegueira às diferenças pode favorecer o contato mais harmonioso entre indivíduos de religiões e etnias diferentes, o que depende do uso que dela se faz. Em síntese, a visão dos autores sobre questões de diferenças grupais apresenta duas posições opostas. A primeira é composta dos não racistas, e a segunda os racistas. A primeira tem consciência das diferenças e tende a respeitá-las. Já os racistas buscam diferenças com propósito de justificar seus comportamentos e atitudes discriminatórias. Esta última posição é defendida nos estudos de Vala (2011; 2013) com a noção de hetero-etnização, em que o realce das diferenças culturais está pautado na inferiorização do exogrupo e na crença de um mundo justo para justificar o preconceito contra grupo minoritário.

O debate em torno da infra-humanização trouxe ainda questões acerca do essencialismo subjetivo, que consiste em tratar os grupos como tendo essência e base fundamental que os diferenciam uns dos outros e fazem com que os grupos são o que são e o que não são, isto é, cada grupo social possui uma essência biológica. De acordo com esta concepção, ter essência biológica não garante a ninguém a humanidade, pois precisa revelar-se a sua cultura, que é onde se assenta a humanidade de cada sujeito. Assim, o

endogrupo relega a si mesmo a possibilidade de revelar a humanidade a partir da cultura e afasta a mesma possibilidade do exogrupo, protegendo e se colocando na condição de superioridade com relação aos outros grupos e categorias sociais, ao mesmo tempo se defendem ofensivamente contra o exogrupo (DEMOULIN et al., 2005).

Noutro aspecto, vimos que o tratamento excessivo, abusivo, violento e desumano deixado pela escravidão e colonização entrou em esquecimento no círculo acadêmico, que segundo Licata e Klein (2005) Hochschild chama “Le grand oubli” (o grande esquecimento). Apesar de concordarmos com os autores com relação a pouca teorização da escravidão no mundo acadêmico, neste trabalho, partimos da ideia de que todos os atos desumanos são iguais, sejam eles contra os ciganos, judeus, árabes ou negros, pois têm objetivos em comum, isto é, domesticar ou destituir a humanidade do outro, e por isso, todos merecem ser trazidos para o debate acadêmico. Aliás, Fanon (2008) vai dizer que todas as atrocidades ou explorações, são idênticas na medida em que é aplicada a um mesmo alvo, o homem.

Fanon (2008, p87) aponta:

“O racismo colonial não difere dos outros racismos. O anti-semitismo me atinge em plena carne, eu me emociono, esta contestação aterrorizante me debilita, negam-me a possibilidade de ser homem. Não posso deixar de ser solidário com o destino reservado a meu irmão. Cada um dos meus atos atinge o homem. Cada umas das minhas reticências, cada uma das minhas covardias revela o homem”.

Esta afirmação de Fanon, que incorporamos, demonstra de forma bem sucinta as consequências de todos os racismos que a humanidade já viveu e ainda vive nos dias atuais. Os comportamentos racistas sejam individuais, sejam coletivos ou sustentados pela ciência tem consequências atroz, e por isso, acreditamos que este tipo de debate não deve cessar na academia.

A colonização e escravatura perpetrada contra os africanos pelas nações europeias se embasou na justificativa da lógica social de tornar o outro africano como objeto, explorado, subordinado e submisso ao colonizador. Cabe por isso ao colonizador definir a identidade social do colonizado, ou seja, quem ele é (JAHODA, 2005). Essa lógica

prevalece até hoje na postura do neocolonizador, que coloca o neocolonizado na condição inferior e incapaz de evoluir sem o colonizador para justificar as explorações.

Dentro da Teoria das Representações Sociais, autores como Cabecinha e Feijó (2013) tem estudado questões ligadas à colonização. Em seus estudos sobre as representações dos sujeitos da descendência africana, os sujeitos entrevistados colocam o processo colonial como mentor das desigualdades socioeconômicas, da exploração do africano e do racismo. Isso contraria os céticos que ainda acreditam nos efeitos benéficos da colonização nas populações colonizadas. O estudo das autoras supracitadas demonstra que os estudantes moçambicanos quase na sua totalidade colocam a colonização como nociva.

Ao falarmos da cultura do outro africano, importa ressaltar que os estudos interculturais têm criticado a forma como os estudiosos da cultura têm visto o outro estrangeiro tendo ponto de partida a referência da cultura ocidental, ao invés de estudar a cultura tendo por base as referências locais, isto é, dentro da própria cultura e não exterior a ela. Dito de outra forma, a busca de explicações das outras culturas, sobretudo africana, a partir dos referenciais ocidentais têm consequências na medida quem vai possibilitar e ampliar cada vez mais a estranheza, exotismo e primitivismo com que a África é vista, associando-a com barbárie, selvageria e dentre tantas desqualificações, prevalecendo aquilo que BORGES et al. (2015) denomina da alteridade pautada do tribalismo, que consiste em olhar para o outro como passivo a ser estudado com lentes do ocidente (GREEN; 2005).

Césaire (1956) lançou debate importante para reflexão do povo negro africano colonizado e que nós reelaboramos de outra forma: deve o negro ser fiel à sua descendência ou abdicar dela em detrimento dos ocidentais? Afinal o que é ser ocidental, Virtude? E ser não ocidental, defeito ou fracasso irreparável? Este debate envolve questões existenciais mais do que uma “simples” relação interpessoal. Assim, acreditamos que não é apenas a tarefa da Psicologia Social teorizar sobre a raça, as outras psicologias também, pois o racismo ameaça a existência do sujeito e isso pode trazer consequências imprevisíveis tanto do ponto de vista social assim como clínico, podendo envolver questões ligadas a autoestima baixa ou identificação rígida com o grupo de pertença, conforme aponta Vala (2011) ao se debruçar sobre os estudos que abordam as consequências da discriminação.

Ao se debruçar sobre racismo e cultura, Fanon (1956) aborda três aspectos importantes onde se assenta o raciocínio do colonizador: primeiro, a consideração de

determinados grupos como sem cultura; seguiu-se a hierarquização de culturas, em que o colonizador se acha superior e por isso deve tomar conta do inferior, o colonizado; e por último a ideia da relatividade cultural. O nosso argumento vai ser em cima dos dois primeiros. O primeiro raciocínio gerou ofensiva violenta e brutal ao povo considerado como sem cultura, aniquilando e menosprezando todo o sistema de referência onde se assenta sua cultura. Já o segundo raciocínio, hierarquiza o povo colonizado como inferior para justificar a invasão direta e brutal. O autor define a cultura como aglomerado de comportamentos motrizes e mentais, resultante do encontro do homem com natureza e com o seu próximo. Pode-se dizer, portanto, que o racismo é indubitavelmente um elemento da cultura, isto é, o racismo existe numa relação em que a cultura é colocada como a linha divisória entre “nós” e “eles”.

O racismo não murcha, pois constantemente se transforma e assume múltiplos semblantes, o que vai depender da conjuntura social e cultural. Segundo o autor, inicialmente o racismo era simplista, e buscava forçosamente justificar no biológico a discriminação racial, com apoio inclusive dos organismos internacionais como OMS (Organização Mundial da Saúde) que patrocinou monografia de J Carothers sobre a lobotomia fisiológica do negro africano. Essa forma do racismo cedeu lugar a dimensão cultural do racismo, tornando assim um estilo cultural, atingindo a dimensão existencial.

Não podemos esquecer-nos das dimensões desumanas do colonialismo. Como diz Fanon (1959, p.277):

“Exploração, torturas, razias, racismo, liquidações coletivas, opressão nacional, revezam-se em níveis diferentes para fazerem, literalmente, do autóctone um objeto nas mãos da nação ocupante”, continua ele “este homem-objeto, sem meios de existir, sem razão de ser, é destruído no mais profundo da sua existência. O desejo de viver, de continuar, torna-se cada vez mais indeciso, cada vez mais fantasmático (p.277) ”.

O argumento de Fanon reforça o nosso argumento de levar em conta a dimensão existencial ou humana do racismo, tendo em vista as consequências atrozés que ele acarreta no âmbito pessoal do indivíduo que sofre. Vale ressaltar que o autor trata de forma indissociável o colonialismo do racismo, pois o propósito onde se assenta o colonialismo é sem dúvida a ideia da “superioridade racial”. O próprio Fanon deixa claro nos seus argumentos que a colonização se assenta no racismo simplista ou biológico, o que corresponde à exploração de forma violenta dos braços e das pernas do homem negro.

O que significa que não é simples exploração do homem pelo homem através dos meios de produção, pois houve também atitudes desumanas. O autor ainda argumenta, que apesar de todas as barbaridades da exploração colonial sempre os massacrados lutaram para se libertarem das mazelas das explorações, saindo da inércia que os colonizadores os pretendem condená-los.

Os tempos mudam e o racismo se transformou com ele. Segundo Vala (2013), os debates antirracistas, os movimentos sociais, a declaração dos direitos humanos fez com que as formas de objetivação também mudassem, o racismo passa a se manifestar por meio de estereótipos mais positivos do que negativos, apesar dos estudos clássicos do racismo em Psicologia Social se centrarem mais em análise de atitudes negativas. O autor chama o racismo moderno de um “vírus em evolução”, pois ele tem a capacidade de se adaptar às pressões externas dos movimentos sociais, normas anti-raciais, tendo em vista que a sua evolução acompanha as mudanças culturais. Se não é normativo expor as atitudes negativas, o ser humano, enquanto um ente dotado da potência criativa busca meios para manter o racismo a todo o custo.

Vimos por exemplo, a manifestação racista através da compaixão que se baseia nos sentimentos de piedade com relação à raça tida como infeliz, inferior, sofredora. O racismo e preconceito racial foram tratados como intercambiáveis nos estudos iniciais da Psicologia Social. No entanto, Vala (2013) diferencia o racismo do preconceito racial. De acordo com esta visão, o racismo é mais que a atitude negativa, pois ele se inscreve nas instituições e no pensamento social de uma determinada cultura ou sociedade e não é um traço de personalidade ou reflexo de atitudes individuais e intergrupais, a partir do momento em que ele se dá a nível do pensamento coletivo onde os indivíduos estão imersos. O preconceito racial nessa ótica é a posição individual do sujeito com o seu grupo de pertença dirigido a outrem por pertencer a um grupo socialmente desprestigiado.

Vala (2013) aborda quatro grupos de pesquisas com relação ao preconceito racial, eis : o primeiro grupo é o da evolução e predisposição genética, pautada na ideia do biológico para justificar o preconceito racial ; o segundo grupo diz respeito às atitudes e comportamentos preconceituosos, isto é, atitudes individuais discriminatórias dos sujeitos de diferentes facetas do grupo ; o terceiro grupo tem a ver com os fatores sociais e institucionais que medeiam as relações entre os grupos, instituindo normas e leis de segregação, e por último os mecanismos sociais que atuam nas relações entre grupos e povos diferentes, desde famílias, sistemas de educação, etc.. O autor enfatiza que as duas últimas abordagens são importantes para o estudo das representações sociais, pois

envolvem categorizações pautadas nos processos intra-individuais, nas interações sociais e nas categorias que envolvem as relações de poder e dominação. O estudo do racismo dentro da TRS segue quatro modelos explicativos: categorização, que é a crença de que os grupos humanos se organizam de acordo raças e grupos étnicos; Diferenciação, baseada na ideia de existência de diferenças entre os grupos humanos; hierarquização, pautada na ideia de colocar determinados grupos como superior aos outros tidos como inferiores; e essencialização, no qual as diferenças tidas como irreversíveis e pautadas em essências biológicas ou culturais. É neste último caso que entra a alteridade radical, que considera que nem todos os grupos são dotados daquilo que denominamos de humano e por isso, alguns grupos são considerados evoluídos, aculturados e civilizados e outros permanecem atrasados, sem terem evoluídos, ou seja, não saíram da natureza para a cultura.

Ora, a ancoragem onde se assentam as questões raciais diz respeito à noção do humano, colocando determinados grupos como mais humano que outros, ou seja, alguns grupos têm privilégios de serem erguidos as suas condições humanas e outros desacreditados. Assim, a sociogênese do racismo se assenta na dicotomia natureza-cultura e civilização-primitividade, em que determinadas condições genéticas são tratadas como erro ou degeneração e por isso impossível de serem revertidos, socializados ou aculturados (VALA, 2013).

A grande dificuldade de combatermos o racismo é o fato de ele estar presente em todos os níveis da sociabilidade (FANON, 1956), na sua forma ideológica, neste caso, ideologia na sua forma mascarada, englobando cinema, arte, literatura, ciência, ao nível linguístico (nos provérbios, adjetivos, canções, etc.). Estas formas de manifestação racista na visão do autor é a mais estilizada, pode até agradar o racista e quem sofre, por se tratar da forma “suavizada” do racismo. Concordamos com o autor ao criticar os psicólogos que consideram que o racismo pode ser inconsciente, pois que para ele, o racismo não é algo dissimulado ou escondido que é difícil de enxergar, ou seja, não é preciso esforços sobrenaturais para ver a sua evidência. No entanto, existe tendência nas ciências humanas, sobretudo na Psicologia, em responsabilizar o inconsciente pelas várias atrocidades humanas. Com todo o respeito que temos com relação a eficácia inegável da explicação do inconsciente, mas no caso do racismo ela não se sustenta, pois acreditamos tal como Fanon que o racista tem consciência de que está sendo racista quer admita ou não.

De acordo com Fanon (1956), o colonizado assistiu a extinção de todas os seus sistemas de referência. Prossegue Fanon (p.280) “tendo julgado, condenado, abandonado

as suas formas culturais, a sua linguagem, a sua alimentação, os seus procedimentos sexuais, a sua maneira de sentar-se, de repousar, de rir, de divertir-se, o oprimido, com a energia e tenacidade do náufrago, arremessa-se sobre a cultura imposta”. Dito doutra forma “simultaneamente aculturado e desculturado” (FANON, p.282). Isso reforça mais uma vez a ideia de inferiorizar o colonizado para depois subjugar, o que Fanon (p.280) vai dizer que “todo o país colonial é racista”. Ainda segundo ele, o racismo engloba dimensão emocional, afetiva e intelectual desta inferiorização, onde o racista é tido como normal e quem sofre do racismo anormal.

Existe uma forte tendência de comparar países do ponto de vista do racismo, isto é, um país é mais racista que o outro. Concordamos com Fanon (1956, p.282) ao afirmar que: “uma sociedade é racista ou não o é. Não existem graus do racismo”. O autor prossegue, já em outro estudo ao considerar utópico diferenciar os comportamentos e atrocidades humanas, isto é, diferenciando os atos desumanos (FANON, 2008). Assim, acreditamos que uma atitude racista seja ela sutil, seja ela flagrante desumaniza, segrega, inferioriza, destrói e discrimina do mesmo jeito os indivíduos. No entanto, sendo mais otimistas, acreditamos como Fanon no confronto e enriquecimento mútuos entre culturas, inferiorizadas e aquelas megalomaniacamente tidas como superiores, revertendo assim a lógica do colonizador-colonizado, de modo a podermos pôr fim ao racismo no seu aspecto mais desumanizador.

Finalizamos com o conceito do preconceito racial de Fanon (2008, p.111) para sintetizar o nosso argumento:

“O preconceito de cor nada mais é do que a raiva irracional de uma raça por outro, o desprezo dos povos fortes e ricos por aqueles que eles consideram inferiores, e depois o amargo ressentimento daqueles que foram oprimidos e frequentemente injuriados. Como a cor é o sinal exterior, mais visível da raça, ele tornou-se o critério através do qual os homens são julgados, sem se levar em conta as suas aquisições educativas e sociais. As raças de pele clara terminaram desprezando as raças de pele escura e estas se recusam continuar aceitando a condição modesta que lhes pretendem impor”.

2.2 **Imprensa brasileira e racismo**

O discurso midiático é um discurso com grande relevância social, uma vez que provém de uma instituição de referência, ou seja, o discurso jornalístico não é um discurso

qualquer, e sim, proveniente de uma instituição dotada de enorme poder na sociedade. Trata-se por outro lado de um discurso que nos conscientiza do risco, causando pânico e temor nas pessoas, mas também, oferece segurança por se tratar de um lugar de referência (CORREIA; VIZEU, 2008; JOFFE; 2005, ALSINA;2009). Apesar de ser lugar de referência, Alsina (2009) considera que a notícia jornalística não se trata do fato em si, e sim, da narração de um dado fato, razão pela qual a veracidade de qualquer notícia é suscetível aos questionamentos. A autora afirma que “a notícia é uma representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (p.299).

Por se tratar da construção daquilo que é um mundo possível, em cada notícia atuam três mundos: o primeiro diz respeito ao mundo real, isto é, um mundo de acontecimentos e de parcelas da realidade social. Em seguida vem o mundo de referência, onde se ancoram as formas de dar sentido ao mundo e os acontecimentos. Tratam-se dos modelos interpretativos para apurar as informações, neste caso, as estruturas, editoriais e tipo de instituição em que o jornalista está imerso. E por último, a notícia como construtor de um mundo possível, resultado da síntese do mundo real e da referência, constituindo a versão da realidade retratada (ALSINA, 2009).

A grande questão que se coloca diante destes fatos é a importância da TRS na explicação dos fenômenos sociais pela mídia, posto que o motivo que leva as pessoas e as mídias a agirem tem a ver com a representação que se tem do mundo, isto é um aglomerado de significados criados e partilhados no pensamento social e que extrapola os valores e crenças individuais ou isoladas. Assim, a representação possui uma força, uma vez que guia as práticas ou ações das pessoas (GUARESCHI, 2000). O autor acrescenta:

“Há sempre um nível de realidade compartilhada, dentro de uma sociedade que permite conhecimento e reconhecimento, a fim de que possa existir uma fala possível de ser falada, e para que o debate e a argumentação possam acontecer... o conhecimento tácito fornece uma base comum sobre o qual as pessoas discutem, competem e argumentem. Isso é possível pela garantia básica existente na vida social. Essa garantia básica é construída principalmente pela linguagem, imagens e práticas ritualísticas” (p.76).

O autor demonstra que existe sempre um campo representacional comum, isto é um espaço comum compartilhado historicamente, discutido e negociado pelos sujeitos, apesar das disparidades e das contradições que marcam as relações dos sujeitos do mundo moderno. Assim, podemos dizer que existe um campo representacional comum com relação ao africano no Brasil? Podemos ter pistas de resposta olhando para influência que escravidão ou imaginário construído pelos ocidentais tem na construção da imagem negativa sobre África.

As representações sociais veiculadas pelos canais midiáticos se transformam em realidades, integrando o perfil da opinião pública em forma de discurso da atualidade. Neste sentido, a comunicação social torna-se um meio importante para estabelecer vínculos significativos por meio dos quais nos relacionamos e mantemos interação com os outros sujeitos sociais (MORIGI, 2004). Na visão do autor, o discurso midiático é polifônico, servindo-se de mediador de todos os campos do saber, exercendo o poder hegemônico, proveniente do campo legitimado e valorizado socialmente. Ou seja, a midiáticação é uma fala que intermedeia e administra os assuntos públicos, baseando-se nos pressupostos ideológicos e culturais hegemônicos, produzindo sentidos a partir de tantos outros discursos socialmente construídos e do seu próprio poder institucional e de sedução.

Segundo Morigi (2004), embora midiáticação seja um processo segundo o qual o real se produz sociotecnicamente, permitindo o acesso à experiência da vida cotidiana, baseando-se por vezes, na lógica da dramatização ou sensacionalismo, ela não impossibilita a interpretação dos sujeitos, pois estes podem decodificar e criar outros sentidos possíveis. Assim, apesar de vivermos numa época marcada pelo individualismo, as mídias agregam determinados valores coletivos, isto porque elas estão imersas na rede de linguagem que está “acima” delas, conforme nos ensina o próprio Moscovici ao mostrar o dinamismo das representações e o papel ativo dos sujeitos. Isso demonstra que a mídia, embora dotada de um poder institucional, ela não está acima da sociedade, pois os jornalistas são sujeitos que vivem no espaço público marcado pelas interações com outros sujeitos. O que significa que o que é publicado por um jornalista se insere num contexto de pensamento social compartilhado, e não exclusivo dos jornalistas ou empresa jornalística isolada.

No contexto brasileiro, algo é considerado um fato existente a partir do momento que é externado pela mídia, por exemplo, as coisas passam a existir no Brasil ao serem transmitidas pela imprensa (GUARESCHI, 2000). Como ilustração, temos imagens

criadas pela mídia brasileira com relação à África ligando-as às misérias e que passam a fazer parte do cotidiano das pessoas, fazendo com que os cidadãos brasileiros falem da África distante, não ensinada no Brasil. A imprensa abdica de uma das suas principais funções, isto é, a função didática e de informar ética e democraticamente as pessoas, visando orientar os cidadãos leitores, através das respostas e informações sobre os assuntos cotidianos. No caso da imprensa brasileira, a cultura do silêncio, através da omissão das informações, é uma das formas encontradas para atingir os seus propósitos obscuros (CORREIA; VIZEU, 2008; GUARESCHI, 2000).

As nossas ações assim como das mídias devem estar incessantemente submetidas aos critérios éticos, uma vez que a limitação e insuficiência humana nos impele para um processo contínuo da elaboração ética. Por este motivo, as questões éticas não devem ser tratadas como prontas, fechadas e acabadas. Assim, a mídia brasileira não deve-se abdicar do trabalho ético permanente, procurando informar o público de maneira digna e democrático. Dito de outra forma, ninguém é em sua essência ético sem entrar na relação com os outros, pois a ética deve ser pensada a partir relação intersubjetiva (GUARESCHI, 2000).

É importante mencionar o conceito da ideologia que adotamos ao falarmos da mídia, embora Guareschi (2000) considere um conceito complexo, pela grande diversidade de definições, no entanto, ele divide o conceito em duas concepções: a positiva, onde se baseia as nossas cosmovisões, isto é, nossas convicções, visões do mundo; a negativa, que diz respeito a forma distorcida e camuflada que sustenta qualquer tipo de ideologia, fazendo-a perpetuar, através das estruturas invisíveis que o sustentam.

Acreditamos que a luta contra o racismo deve colocar a imprensa brasileira no cerne da questão, isto porque a mídia brasileira é extremamente racista. Aliás, de acordo com Sodré (1998), o racismo brasileiro se apresenta da seguinte forma, eis: a primeira diz respeito à negação, isto é, negando a sua existência, mesmo na sua forma moderna de expressão, exceto quando ele aparece de forma inequívoca nas notícias. Ou seja, a mídia elitizada brasileira tem uma visão anacrônica do racismo numa altura em que esta muda cada vez mais da face. A segunda forma, recalçamento, tem a ver a postura de recalcar os aspectos positivos da identidade negra, tanto do ponto de vista cultural bem como intelectual, realçando e dando ênfase às qualidades negativas. A terceira forma, denominada estigmatização, é marcada basicamente pela desvalorização e depreciação do negro brasileiro, neste caso, os aspectos positivos são sepultados como acontece em qualquer estigma. E por último, a indiferença profissional, marcada pela não preocupação

com questões negras e de minorias, e assim não cumpre os requisitos éticos da imprensa, que consiste em informar o público de forma eficaz. Vimos também em Müller (2012), que a imprensa brasileira é responsável por colocar em silêncio o racismo, fazendo perpetuar os estereótipos negativos que depreciam cada vez mais os negros, associando-os a trabalhos, ações ilícitas e comportamentos “brutais”. Por sua vez, Sandra Almada no prefácio do mesmo livro considera que a mídia brasileira não é comprometida com defesas e interesses de causas públicas assim com a diversidade constitutiva da sociedade brasileira.

Ferro (2012) propõe um tipo de jornalismo factual, segundo o qual a imprensa tem por obrigação dar informação que interessa ao público, promovendo debates em prol da solução cabível para problemas sociais que pode ser por via da promoção da imagem positiva do negro até então noticiado negativamente como criminoso, pobre coitado, esforçado, carente de um lado, e do outro lado, exemplo de superação e de sucesso quando bem-sucedido. Ao invés da mídia difundir as informações que ajudam a pensar a mudança deste cenário, não fez mais do que incitar e fazer chegar na consciência das pessoas que o destino do negro se resume naquilo que ela mesma difunde. Assim, temos um longo caminho a percorrer para o resgate da dimensão ética da mídia brasileira, neste caso, a ética de informar bem o público. As grandes mídias brasileiras são reprodutoras do discurso da classe elitista, sem quaisquer preocupações com classe desfavorecida e da responsabilidade profissional e pública. Conforme aponta Ferro (2012, p.80):

“A determinação de que os jornalistas a princípio têm o dever de dizer sempre a verdade é fortemente abalada quando se diz a meia verdade. É, portanto, meia verdade que os negros no Brasil são necessariamente a expressão de bolsões da pobreza ou de uma pequena elite formada por vencedores exemplares oriundos necessariamente da indústria do entretenimento”.

Outra questão que merece nosso destaque deve-se ao fato de que o branco brasileiro é detentor do poder econômico, o capital econômico na expressão de Bourdieu (2004), marcado pelas relações de força, monopólio, detenção dos meios de produção e reprodução. Ainda, detém o poder e controle sobre a fala e discurso na imprensa brasileira (ALAKIJA, 2012). Como saída para melhoria da imagem construída pela mídia brasileira, Alakija propõe a fortificação da afromídia ou mídias afros, através dos blogs e sites, contribuindo para a visibilidade e valorização da imagem da comunidade negra e

do africano, fortalecendo cada vez mais a autoestima desta classe étnica e lutando contra as ideologias do recalcamento, branqueamento, extinção da raça e da apartheid, isto é, qualquer forma de segregação racial.

Segundo Carrança (2012) o movimento negro deve colocar na sua agenda política o debate em torno da raça negra nos meios de comunicação social, tendo em vista poderoso instrumento midiático na produção e reforço do preconceito racial no Brasil, bem como, a promoção da igualdade de direitos. Por outro lado, a mídia contribui para formação identitária do “outro negro” fora do modelo pautado na idealização da branquitude, isto é, imagem do negro bárbaro e não civilizado (BORGES, 2012). Assim, ao invés da mídia procurar mudar o cenário, transformando o discurso da imagem negativa sobre o negro, ela permanece no mesmo discurso, substituindo-o por diferentes faces, mas que em nada altera a imagem negativa e desumanizante dos negros no Brasil. Vimos, portanto, que a construção identitária de um povo passa pela via da educação e da comunicação social (ALAKIJA, 2012). Diariamente, bombardeados com modelo estético e familiar branco como ideal, razão pela qual o debate em torno do afrodescendente necessita passar pela via midiática.

Perante o cenário apresentado acima, propomos abordar possíveis ligações do ebola com o imaginário criado sobre a África enraizado no pensamento social brasileiro; o modo como o africano é representado diante de uma crise potencial, como o surto da ebola; a construção do ebola como um fenômeno social através do discurso institucional da mídia e as questões éticas que norteiam estas publicações jornalistas, isto é, aquilo que fala, obscurece ou silencia.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Estudar a construção social do ebola na mídia impressa brasileira à luz da Teoria das Representações Sociais (TRS), articulando conceitos de risco, racismo, problema social e alteridade.

3.2 Objetivos específicos

- ✓ Analisar como a questão da alteridade é tratada com relação à ebola
- ✓ Investigar se os discursos em torno do ebola podem estimular racismo
- ✓ Discutir se os discursos em torno do ebola infra-humanizam os africanos
- ✓ Analisar o modo como a mídia construiu a ideia do risco em torno do ebola
- ✓ Discutir as questões éticas que norteiam os discursos da mídia impressa brasileira sobre ebola

4 MÉTODO

Na produção do conhecimento a escolha de um determinado método e não outro está em função do interesse e dos objetivos almejados pelo pesquisador. A realidade social é sempre complexa e por isso exige diversas formas para ser apreendida, que podem ser: imagens, textos, documentos, matérias jornalísticas. Cada forma escolhida representa a realidade de uma determinada maneira e apresenta uma visão do mundo (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2012).

Apesar das constantes tentativas em ciências humanas de colocar como justapostos a pesquisa qualitativa e quantitativa, ambas as modalidades apresentam as limitações nos seus modos de funcionamento, o que significa dizer que nenhum dos tipos acima citados explica de forma cabal e verdadeira a realidade, e por isso, são complementares (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2012). Conforme nos aponta BAUER (2012, p. 195) “os métodos não são substitutos de uma boa teoria e de um problema de pesquisa sólido”. Assim, nenhum método é, em sua essência, mais ético ou mais válido, pois a forma como o pesquisador lida com os seus dados é determinante. Ou seja, a criatividade e bom senso do pesquisador são cruciais.

Este estudo é uma pesquisa qualitativa que de acordo com Denzin; Lincoln; Netz (2006) “é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes” (DENZIN; LINCOLN; NETZ, 2006, p. 17)

Esse estudo foi feito na base da análise do conteúdo com e sem uso do computador (software). A análise de conteúdo nasceu no interior das ciências humanas e sociais na década 60, tendo atingido o seu auge nos anos 80 com o advento dos computadores. Desde o seu nascimento até os dias atuais, ela constitui uma técnica marcada pelo hibridismo a partir do momento em que serve como mediador da linha divisória entre a pesquisa qualitativa e quantitativa. Ela reconstrói a representação do mundo utilizando dois procedimentos principais. O primeiro diz respeito ao sintático, consistindo em meios de expressão e como algo é dito ou não dito, utilizando diversos estilos e características gramaticais, visando influenciar alguma audiência. O segundo procedimento consiste nos sentidos denotativos ou conotativos daquilo que é dito em um texto (BAUER, 2012). De

acordo com o autor, a análise do conteúdo nos permite fazer inferências das cosmovisões a partir de um dado texto. No entanto, as impressões provenientes da análise do conteúdo não são fechadas, e sim, abertas, uma vez que o corpus do texto é sempre incompleto, abrindo espaço para acrescer outros textos.

A análise do conteúdo presa por dois tipos de texto: de um lado os textos provenientes de materiais coletados nas entrevistas, e do outro lado, os textos já escritos (jornais, revistas, documentos, etc.) e que o pesquisador pretende manusear. Para a análise do ponto de vista temporal, os modelos com que a análise do conteúdo trabalha são: as transeccionais, isto é, confronto empírico de dois textos provenientes de fontes e contextos diferentes no mesmo período. E as longitudinais, que dizem respeito as comparações que abrangem um período de tempo mais extenso. Nosso estudo abarca as duas dimensões de análise. Na análise transeccional analisamos no mesmo período (último surto do ebola) as publicações da revista *Veja* e FSP. Já a análise longitudinal, pesquisamos todos os períodos em que ocorreram os surtos do ebola, averiguando as possíveis mudanças representacionais no interior da FSP (BAUER, 2012).

A escolha da revista *Veja*⁸ deve se ao fato de se tratar da maior revista brasileira integrante do grupo Abril que em seu site afirma ser um dos maiores e mais influentes grupos de comunicação e distribuição da América Latina, fundada desde 1950. A *Veja* possui um acervo consultável publicado desde 1968. Por sua vez, a escolha do jornal *Folha de São Paulo* deve-se ao fato de se tratar do jornal com maior alcance no território nacional brasileiro. Em seu site afirma ter como meta torna-se o grupo midiático mais influente no país. O acervo da *Folha de São Paulo*⁹ é consultável via internet e possui um serviço de busca detalhada por matérias publicadas desde o ano de 1921. Vale ressaltar que o trabalho não teve o objetivo de fazer um estudo comparativo, e, sim, o modo como as duas fontes retratam o mesmo assunto do ponto de vista transeccional e longitudinal.

A análise de conteúdo com auxílio dos computadores tem sido utilizada com grande frequência nas ciências humanas e sociais. Ela não só facilita o estudo que envolve grande volume de dados como também proporciona aprimoramento dos conceitos teóricos e averiguar hipóteses (KELLE, 2012). O autor chama atenção que apesar das vantagens, o pesquisador deve ter cautela do ponto de vista metodológico para não se

⁸ <http://grupoabril.com.br/pt/quem-somos>

<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/missao.shtml>

alienar com potenciais usos dos computadores, sobretudo, evitar que o computador tome conta da análise, visto que computador ajuda na formatação e organização do corpus textual, porém, cabe ao pesquisador fazer análise de forma sistemática à luz dos pressupostos teórico-metodológicos que embasam o seu trabalho.

De acordo com Bauer (2012, p. 212):

“Computadores, por mais uteis que sejam, são incapazes de substituir o codificador humano. A análise do conteúdo permanece um ato de interpretação, cujas regras não podem ser realisticamente implementadas com o computador dentro de limitações prática. O codificador humano é capaz de fazer julgamentos complicados rápida e fidedignamente, se auxiliado”.

Apesar da força, a análise do conteúdo apresenta fraquezas/dilemas. Os textos produzidos são expostos as diversidades de leituras, o que vai depender das situações em que forem comunicadas, do público ou do referencial de quem aprecia. O outro dilema enfrentado tem a ver com fidelidade/validade, devido ao fato da análise do conteúdo não poder definir o valor “verdadeiro” do texto, podendo sempre o objeto ter outras formas da análise, tendo em vista a inexatidão das codificações da análise. Quanto à fidedignidade, o fato da análise de conteúdo proporcionar uma interpretação objetiva não é garantia da fidedignidade ou interpretação válida. Assim as ambiguidades e as verossimilhanças nas interpretações marcam a análise do conteúdo, pois ela não garante e nem busca a exatidão (BAUER, 2012).

Vimos, portanto, que o uso da análise de conteúdo através de software de tratamento automático de dados textuais como Alceste ou Iramuteq, permite a economia do tempo que pode ser aproveitado para análise profunda e minuciosa dos dados de modo a favorecer uma melhor compreensão. Diferentemente do tratamento automático dos dados, “a análise de conteúdo pode necessitar ir além da classificação das unidades do texto, e orientar-se na construção de redes de unidades de análise para representar o conhecimento não apenas por elementos, mas também em suas relações” (NASCIMENTO; MENANDRO; 2006, p.82).

A seguir vamos começar a descrição do estudo feito com base na análise do conteúdo. Utilizamos no primeiro estudo a análise de conteúdo clássica e no segundo a análise de conteúdo automática (software Iramuteq).

5 DIMENSÕES ALTERITÁRIAS DA EBOLA NA REVISTA VEJA

O objetivo deste trabalho foi estudar o tratamento dado pela imprensa em relação ao risco, tomando como exemplo a ebola, investigando ainda se as formas de se falar da epidemia podem estar atreladas às dimensões alteritárias. Optamos neste estudo pelo periódico com imagens, uma vez que acreditamos que ilustrações podem potencializar a construção da noção do risco.

5.1 Procedimentos de coleta

Foi realizada uma pesquisa no acervo digital da revista Veja a partir do descritor “ebola” no período compreendido entre março de 2014 a fevereiro de 2015. Escolhemos a Veja, por ser uma revista semanal brasileira de grande repercussão e tiragem nacional. A escolha deste período deve-se ao fato de estar em cena o maior surto da história do vírus. Foram encontradas e analisadas as 5 matérias disponíveis no acervo digital da referida revista.

5.2 Análise de dados

As matérias foram analisadas a partir de uma análise de conteúdo, de forma a identificar indicadores de cosmovisões, valores, preconceitos e discriminações produzidas nos textos pesquisados (BAUER, 2012). Cada matéria foi analisada a partir dos eixos sintático e semântico. O primeiro refere-se às formas de expressão, isto é, ao modo como os textos são escritos, ditos ou apresentados (uso de metáforas, analogias, numerais, por exemplo). O segundo, por sua vez, diz respeito aos sentidos conotativos e denotativos, referindo-se às avaliações e significados expressos em um dado texto. Da articulação entre os dois eixos são explicitadas as lógicas subjacentes de construção de sentidos sobre o risco e ebola.

5.3 Resultados e Discussão

Conforme afirmado acima, procuramos articular a análise sintática e a semântica. Desta articulação vimos emergir quatro eixos de produção de sentidos sobre a ebola: (1) a metáfora da campanha militar, (2) a concepção de uma alteridade radical sobre o africano, (3) o distanciamento do risco e (4) a infra-humanização do africano.

Essas formas de dar sentido à doença e epidemia já foram descritas na literatura em psicologia social sobre a relação entre doenças e o “outro”. A metáfora da guerra foi utilizada primeiramente por Sontag (1989) para discutir a emergência de um universo simbólico em torno da Aids, ligado ao combate de um inimigo. O conceito de alteridade radical é elaborado por Jodelet (2002; 2005) ao afirmar que o processo de construção da alteridade comporta, por vezes, o tratamento ao outro como estranho e diferente, se limitando a elementos negativos, como acontece nos casos de racismo. O distanciamento é uma forma de representação da doença que aparece sempre atrelada a outros, distantes de nós (HERZLICH; PIERRET, 2005). E, por fim, a infra-humanização traduz o tratamento ofensivo do exogrupo, tido como dotado de essência que o torna “menos humano” (DEMOULIN et al., 2005). Discutimos cada um desses eixos, apresentando exemplos empíricos para ilustrar nossa interpretação.

5.3.1 Metáfora da campanha militar

Podemos observar no conjunto das matérias publicadas a presença de metáforas que remetem à ideia do combate ou batalha de humanos contra vírus. Do ponto de vista semântico, vimos emergir a imagem da “guerra biológica” como uma construção de significados atribuídos à Ebola. Os títulos das matérias são dramáticos e utilizam um estilo que cria um clima de receio, medo e combate: “Libéria trata o Ebola a bala”; “O Maior Surto do Vírus Mais Mortal”; “Medo chegou”; “Vírus do pânico”, “Rápido e letal”. Por exemplo, a matéria com título “*Rápido e Letal*” mostra um panorama do ebola desde sua origem até os dias atuais, enfatizando os locais, associando a disseminação à luta pela sobrevivência, à guerra bioquímica ou à guerra dos seres humanos com o vírus, voltando a ideia do enfrentamento da doença como luta da “campanha militar”: “*apesar da agressividade, é improvável que ele saia vitorioso no embate com o homem. Do ponto de vista evolutivo, trata-se de um vírus burro*” (matéria Rápido e Letal) ou ainda: “*nós vivemos em uma constante competição evolucionária com os micróbios. E não há garantia de que seremos nós os sobreviventes*” (matéria Rápido e Letal)

Segundo a primeira matéria, comparado às outras doenças como gripe aviária e Aids, o ebola não tem a mesma capacidade de transmissão, sendo por isto mais limitado e “burro”. Trata-se de uma forma de transmissão que se dá apenas no período de incubação. Neste sentido, é construída uma ideia de que o vírus tem uma personalidade ou uma vida própria, conforme a expressão “*mudança de comportamento do vírus*”,

utilizada na matéria “O maior surto do vírus mais mortal”. O ebola aparece assim como um “inimigo” a ser combatido, que possui características peculiares: “*o Ebola é um inimigo invisível, voraz, contra o qual não temos defesa – a não ser a estreita vigilância*”.

A ebola, assim como a Aids, quebrou a ideia da medicina como metáfora da “campanha militar” (Sontag, 1989) que remete à vitória final, isto é, a ideia da medicina ser eficaz em “derrotar” as doenças. O advento das duas doenças na mesma década (anos setenta) demonstra que as doenças infecciosas estão longe de serem derrotas definitivamente, uma vez que não existe a cura para as duas até então. A utilização da metáfora da guerra gera um clima de tensão da possível catástrofe através de uma destruição em massa, como na matéria “O maior surto do vírus mais mortal”. A metáfora da guerra é observada neste trecho da matéria: “*em seus primeiros contatos com o homem, ele tende a ser mais agressivo, porque o sistema imunológico de sua presa não o reconhece*”. Para ilustrar a letalidade são utilizados números e numerais que explicitam dados estatísticos. São argumentos valorizados socialmente por acrescentar a autoridade da exatidão e revelar em certa medida a dimensão do controle: “*Na pior epidemia de ebola desde a sua descoberta, em 1976, até sexta-feira passada, 8376 pessoas foram contaminadas e 4024 morreram*” (matéria *O medo chegou*). A dimensão alarmista da construção do risco aparece na ideia de um futuro incerto e duvidoso: “*com quase 1800 casos e 970 mortes, a atual epidemia de ebola na África assusta até os analistas mais pessimistas*” (matéria *O maior surto do vírus mais mortal*).

A utilização repetida de números e numerais ajuda a concretizar ou a objetivar de forma mais palpável o risco, incitando assim um medo. A objetivação aparece aqui com a função de domesticar uma realidade distante, tornando-a cada vez mais próxima. Outra forma de objetivação do risco se traduz pela ilustração por imagens que remetam à guerra biológica ou a cenários de ficção científica. Nestas imagens, podemos observar pessoas que utilizam vestimentas próprias para proteção em casos de riscos bioquímicos.



RÁPIDO E LETAL

Figura 1 Imagem da matéria Rápido e Letal

Focalizam assim a ideia do desastre ou da catástrofe remetendo, por exemplo, às tragédias, como as causadas por acidentes nucleares. Outra forma de incitar a noção de adversário é observada na imagem superdimensionada do vírus causador da ebola que aparece com tamanho de uma pessoa.

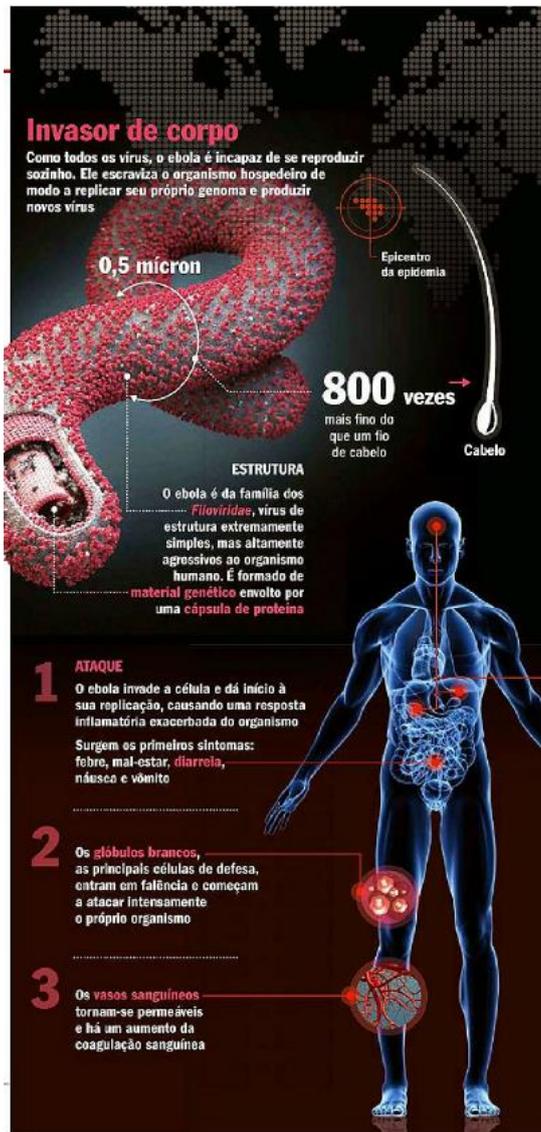


Figura 2 Imagem da matéria *Vírus do pânico*

Este cenário de guerra é diferentemente ilustrado na matéria “Libéria trata o ebola à bala”. A imagem que ilustra a reportagem reforça um contexto de guerra, porém, desta vez, contra a população. É possível ver, em primeiro plano, um militar que ataca um homem rendido com cassetete e outro militar atrás de um grande número de moradores, vigiando-os. Esta imagem demonstra o uso de medidas repressoras por intermédio dos militares, aparentando cenário da guerra civil.



VIOLENCIA
Soldados liberianos em confronto com moradores da favela de West Point, na Monróvia

A LIBÉRIA TRATA O EBOLA A BALA

preferem manter seus mortos escondidos em casa, até que possam enterrá-los sem que ninguém veja — atalho para a proliferação da doença, já que o vírus se mantém ativo por até quatro dias depois da morte. Desde o início da epidemia, ao menos dois centros médicos já foram invadidos, com fuga de pessoas. O maior hospital de Monróvia

Figura 3 Imagem da matéria A libéria trata o ebola à bala

O conteúdo da matéria reforça o cenário de guerra na região, onde os militares e cidadãos moradores das favelas entraram em confronto por causa do cumprimento obrigatório das medidas preventivas adotadas pelo governo. Podemos ver nessa publicação, a ideia implícita de guerra civil e falta de controle. A seguinte analogia, por exemplo, não explicita que se trata do combate ao vírus, mas assemelha-se ao enfrentamento do tráfico nas favelas ou às situações do recolher obrigatório em tempos da guerra: *“na quarta feira, sem que os habitantes tivessem sido avisados, West point amanheceu cercada por tapumes e arame farpado. Quem tentou sair foi impedido a tiros, cassetes e bombas de gás lacrimogênio”*.

De acordo com Bauer, (1994, p. 56) *“we familiarize the unfamiliar by using metaphors to anchor new ideas; and we use icons, images, pictures and materials to objective important ideas in social exchange”*. Os meios de comunicação de massa utilizam frequentemente metáforas na divulgação de informações científicas. Ao mesmo tempo em que populariza, a metáfora constrói um sentido à complexa noção de risco. Elas são "constituintes básicos para incorporação de novas informações" (LIAKOPOULOS, 2002, p. 8). No caso da ebola, o risco é construído favorecendo a ideia do outro como “poluente”, sendo por isso representado como uma possível ameaça.

5.3.2 Uma concepção de alteridade radical

A imagem do infectado como inimigo e ameaçador a ser evitado se faz presente, por exemplo, na matéria “*O vírus do pânico*”. A fotografia da capa desta publicação mostra uma manifestação em frente à Casa Branca, na qual um norte-americano segura um cartaz que diz “Stop the flights!” (Parem os voos) vestido de máscara e roupas protetoras.



Figura 4 Imagem da matéria O vírus do pânico

Parece que o outro, neste caso o africano, é reduzido ao estranho, desconhecido e ameaçador, atribuindo-lhe unicamente aspectos negativos, o que vai ao encontro do que Jodelet (2005) chama de alteridade radical. O momento em que a ebola estava saindo das fronteiras africanas para se internacionalizar gerou enorme desconforto nas principais potências ocidentais que até então colocavam a doença como problema unicamente

africano. As matérias reforçam o sentimento de pânico do contágio através do possível contato com pessoas “poluídas”, originárias de um continente tido também como “poluído”. Observamos este fenômeno na matéria “O maior surto do vírus mais mortal” no seguinte trecho:

“O ebola chegara à capital mais populosa da África, com 21 milhões de habitantes. A partir daí, em decisões isoladas, os Estados Unidos e o México recomendaram que sejam evitadas as viagens aos países afetados pela epidemia. A Arábia Saudita suspendeu a emissão de vistos para muçulmanos provenientes da Guiné e da Libéria para a peregrinação a Meca” (matéria O maior surto do vírus mais mortal).

Os períodos da ameaça provocam estratégias defensivas que se destinam a conter as ansiedades e medo no interior e exterior do grupo de pertença. Assim, a representação do outro como inferior e ameaçador aumenta em tempos de ameaça e potencial crise, principalmente quando esse outro é proveniente de um continente problemático e pejorativamente tratado como “retrógrado”, como a África. Dito de outra forma, em tempos de crise, a ansiedade se eleva e as qualidades indesejáveis são fortemente ligadas aos outros inferiorizados, tidos como responsáveis pela situação (JOFFE, 2005).

Ora, as diferenças de poder são importantes para pensarmos a força das representações, pois os grupos dominantes exercem o poder de controle das representações a partir do momento em que certas representações se difundem com maiores vantagens no mundo inteiro, impondo silêncio aos outros (JOFFE, 2005).

O outro pode ser tratado como degradado com vista a controlar o medo e a ansiedade, criando inclusive bodes expiatórios. O outro como potencial ameaça tem a ver com a ideia de vê-lo como um risco à ordem estabelecida no grupo. Essa forma de lidar com a crise não acontece somente de nações poderosas para as nações menos poderosas ou vice-versa, mas também, nações menos poderosas entre si, conforme vimos do Brasil com relação à África nesse estudo. O processo de degradar o outro perante a crise é o que Joffe (2002) denomina de “coquetel de pecado”.

É comum o uso das estratégias defensivas de distanciamento e projeção no exogrupo (o africano), conforme vimos nas publicações da revista Veja, colocando-se a ameaça do vírus do ebola como longínquo para a sociedade brasileira e outras nações ocidentais, podendo se transformar em catástrofe só no continente africano, um continente negativamente tratado como “berço” do ebola e das grandes epidemias.

5.3.3 Um risco distanciado

Essa ideia do distanciamento aparece nas matérias que se seguem, colocando a África, principalmente, e a Ásia, como lugares propícios onde o vírus do ebola se dissemina. Fora desses dois contextos, a ebola aparece com pouca chance de ser um problema no ocidente. Em “Vírus do pânico”, encontramos as seguintes afirmações: *“pode-se dizer a respeito da chegada do ebola nos Estados Unidos e à Europa, que a disseminação do vírus está relativamente controlada. Não há perigo da epidemia como já ocorre na região ocidental da África”*; *“teme-se a chegada do vírus à China e a Índia, países de imensa população e minúsculo sistema de saúde”*. A propósito, Sontag (1989) considera que a tendência de atrelar às nações mais pobres as doenças e outras mazelas sociais que afligem o ocidente é secular, uma vez que este se coloca na posição do privilegiado.

A matéria, por exemplo, “Libéria trata ebola à bala” mostra um cenário catastrófico e centrado em uma inoperância da máquina pública, como aponta o seguinte trecho da matéria: *“o confronto, na semana passada entre o exército da Libéria e os moradores de West Point, a maior e mais pobre favela de Monróvia, revelou o despreparo das autoridades locais para enfrentar o ebola”*. Em “O medo chegou” o ebola aparece sendo apresentado como de origem africana e cada vez mais distante do Brasil: *“a suspeita de um caso de ebola no Brasil provocou pavor exagerado- o risco de disseminação é pequeno”*.

Nesse sentido, apesar da projeção catastrófica da doença e por estar no centro da cobertura jornalística, a África continua sendo colocada como solitária quando se fala do ebola. O cenário catastrófico seria o africano, pois neste lugar “falta tudo” e, por isso, oferece as condições para que se dissemine a doença, isto é, há uma ênfase no discurso da precariedade do continente e do descaso do governo como as causas principais da doença. O Brasil é, portanto, colocado como lugar onde existe pouca chance de ocorrer um surto. Vimos isso nos seguintes trechos: *“a probabilidade de o ebola alastrar-se fora do continente africano é considerada remota”*. (matéria O maior surto do vírus mais mortal); *“O vírus só é agente da destruição em massa na África, onde encontrou condições ideais para a sua disseminação”*. (matéria O maior surto do vírus mais mortal).

As matérias se aproximam dos achados de Joffe (2005), com relação às doenças distantes, ao relacionar o ebola com a falta de estrutura como um agravante no continente africano. Ressaltamos que o olhar com relação ao ebola traz uma visão de um continente

generalizado, com ênfase nos dados epidemiológicos, esquecendo as dimensões humanas e a experiência oeste africana (FAYE, 2014) de lidar com as enfermidades cuja transmissão se dá por meio dos fluídos corporais. Trata-se de um olhar sempre ocidental e externo ao continente. As matérias associam a doença a atos culturais, deixando implícito a ideia do contato do africano com macaco como uma das causas da fácil propagação do vírus, e assim, constrói-se uma infra-humanização com relação aos africanos, abrindo espaço para preconceito racial.

5.3.4 **Infra-humanização do africano**

À luz da teoria das representações sociais, dois conceitos são importantes para o debate sobre a raça nesse trabalho: a ancoragem e a sociogênese. Através da ancoragem, o racismo se assenta na noção do humano, sendo determinados grupos tidos como mais humanos que outros, de forma que alguns grupos têm o privilégio de terem realçadas suas condições humanas, enquanto outros são desacreditados. A sociogênese do racismo se assenta na dicotomia natureza-cultura e civilização-primitividade, em que determinadas condições genéticas são tratadas como erro ou degeneração e por isso impossível de serem revertidas. Por outro lado, sutilmente o racismo pode se manifestar através da ideia de compaixão, baseada nos sentimentos de piedade com relação à raça ou etnia tida como infeliz, inferior, sofredora (VALA, 2013). Essa ideia da manifestação sutil do racismo através da compaixão é bem visível quando nos deparamos com doenças nos países pobres, como ebola na África, por exemplo.

A infra-humanização, conforme explicitado em capítulos anteriores, consiste na extrema desumanização na qual aos membros do exogrupo são negadas as suas condições humanas. Ou seja, uma forma de discriminação na qual os membros do exogrupo são tidos como menos humanos que os membros do endogrupo. Na infra-humanização buscam-se mais as diferenças do que semelhanças para justificar a imagem idealizada do grupo pertencente, tratando negativamente o exogrupo. Preza-se pela proteção do endogrupo através da defesa ofensiva de seus membros contra o exogrupo, colocando-se na condição de superioridade com relação aos outros grupos e categorias sociais (DEMOULIN et al., 2005).

O debate que propomos sobre raça à luz da Teoria das Representações Sociais, pode ser melhor compreendido se olharmos para a publicação “Rápido e letal”, por exemplo. Esta traz a contaminação do ebola associada aos animais em forma de uma

árvore genealógica, indo do morcego para macaco e deste para o homem: “*acredita-se que o hospedeiro natural do Ebola seja o morcego, do tipo que se alimenta de frutas. Ele transmite o vírus, sobretudo a macacos, e a contaminação humana se dá pelo contato com estes animais*”. A cultura africana foi igualmente subestimada e desvalorizada no seguinte trecho desta matéria: “*Na África, crenças e hábitos religiosos aceleram o processo de transmissão*”. A concepção da transmissão ligada hipoteticamente ao contato ou consumo da carne do macaco pelos africanos, bem como estranheza das crenças e hábitos religiosos, podem expressar e/ou induzir comportamentos discriminatórios, atitudes racistas, estigma e xenofobia com relação aos africanos no mundo. É importante ressaltar que a Aids e a ebola, são tidas como doenças de origem africana, proveniente do contato “exótico” e “estranho” dos africanos com o macaco. Vimos em Vala (2013), a partir da noção de hetero-etnização, que as diferenças culturais podem ser assim realçadas de forma a inferiorizar o exogrupo.

A seguir vamos apresentar o segundo estudo, feito no jornal Folha de São Paulo (FSP) desde momentos iniciais do surto do ebola até os dias atuais. Vale ressaltar que embora o estudo da FSP cobriu todos os períodos em que houve ocorrência do surto do ebola, não houve mudança na representação em torno ebola. Ou seja, as reportagens das duas fontes midiáticas convergem em muitos pontos.

6 CONSTRUÇÃO DO EBOLA COMO FENÔMENO SOCIAL

O estudo que vamos apresentar sobre ebola na FSP tem o objetivo de estudar numa perspectiva longitudinal a construção do ebola como problema social e possíveis questões alteritárias, raciais e do risco envolvidas. Neste sentido, procuramos explicitar as formas da construção da ebola desde a primeira matéria publicada até o “final” do maior surto registrado em março de 2015.

6.1 Procedimento para coleta de dados

Foram analisadas 291 matérias pesquisadas no acervo da FSP publicadas no período compreendido entre 1976 a março de 2015. A escolha da FSP deve ao fato de ser jornal diário mais vendido no Brasil e com maior circulação em todo o território nacional, o que permite inferir a grande importância ocupada no cenário midiático brasileiro. Em seu site, o jornal afirma ter como meta tornar-se o grupo midiático mais influente no país. O acervo da *Folha de São Paulo* é consultável via internet e possui um serviço de busca detalhada por matérias publicadas desde o ano de 1921. Como descritor, foram pesquisadas as matérias que continham no seu interior as palavras “Ébola” ou “Ebola”.

Cada matéria foi inserida no software IRAMUTEQ antecedida da seguinte linha estrelada: **** *rep, *Ano_, *imag_1 ou 0 *esp_0 e *loc_1 ou 2. A variável *rep_ diz respeito a numeração das reportagens; *ano_ tem a ver com o ano da publicação das matérias; *imag_1 refere-se às reportagens com imagens e *imag_0 reportagens sem imagens; a variável *esp-1 remete às reportagens com discurso de especialistas e *esp_0 sem discurso de especialistas; *loc_1 fonte da notícia de origem brasileira e *loc_2, fonte da notícia das agências internacionais. Do total de 291 matérias analisadas, 88 contém imagens, 50 contém discurso dos especialistas (médicos, biólogos, infectologistas, epidemiologistas), 154 da fonte de origem nacional (fonte Folha de São Paulo) e 137 provenientes das agências internacionais de notícias (The New York Times, CNN, Agence France Presse, BBC, El Pais).

6.2 Análise dos Dados

Para a análise dos dados utilizamos o software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), um software gratuito que foi desenvolvido por Pierre Ratinaud. É possível, por intermédio deste software, fazer

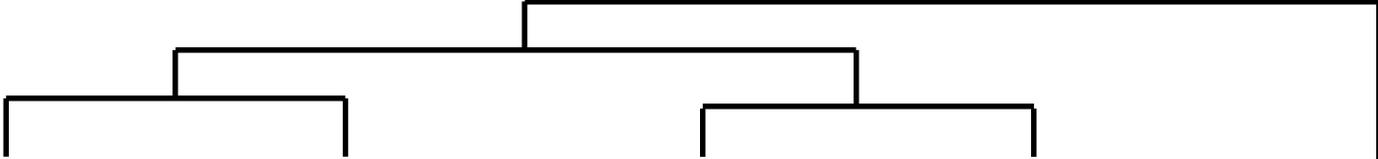
análise textual no tratamento do material verbal transcrito e tem como finalidade a análise de textos, documentos, entrevistas e redações. No entanto, o corpus a ser utilizado para análise deve ser preparado pelo pesquisador, pois cabe a ele a decisão sobre o que analisar (LAHLOU, 2012; RATINAUD; MARCHAND, 2012 apud JUSTO; CAMARGO, 2013).

Esse *software* à semelhança do Alceste nos permitiu fazer a análise hierárquica descendente, que de acordo com Kalampalikis; Moscovici (2005) tem por objetivo identificar os “mundos léxicos” (conjunto de palavras que aparecem significativamente associadas entre si), que podem apontar para construção de sentidos. É assim possível por intermédio desta análise, interpretar o sentido das palavras através dos seus contextos e nomear as classes a partir desta interpretação. Estamos falando da UCE (unidade de contexto elementar), que é definida tendo em vista os critérios do número de palavras analisadas e as respectivas pontuações. O software faz ainda a análise de correspondência que nos permitiu constatar a aglomeração dos polos semânticos opostos, isto é, quanto mais afastados os elementos do plano menos eles expressam as mesmas coisas (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006).

6.3 Resultados e Discussão

No dendrograma gerado pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD) podemos observar que o corpus denominado “Notícias sobre o ebola” dividiu-se em três subcorpora. O primeiro, que está do lado esquerdo da Figura 1, é formado por duas classes, que compartilham a ideia de uma dimensão política do enfrentamento da doença. A Classe 1, denominada “Mobilização mundial versus distanciamento” contém 18,4% das UCEs e a Classe 2, “Histórico, prognóstico e dados epidemiológicos” é formada por 14% das UCEs. O segundo subcorpora também é formado por duas classes, que têm em comum a questão do ambiente no qual o ebola se desenvolve ou em que é tratado. Na Classe 3, “Transnacionalização e pânico global”, estão 20,1% das UCEs e a Classe 4, “Olhar exótico e ambientes caóticos”, contém 15%. Finalmente, o terceiro subcorpora é formado por uma única classe que contém os conteúdos discursivos de especialistas e é formada por 32,4% das UCEs. A seguir, discutiremos os conteúdos semânticos de cada uma das classes, obedecendo a uma organização decrescente do percentual das UCEs classificadas.

Notícias Sobre Ebola



Dimensão Política do Enfrentamento da Doença				Dimensão Ambiental do Desenvolvimento da Doença				Discurso dos Especialistas	
Classe 2		Classe 1		Classe 4		Classe 3		Classe 5	
Histórico, prognóstico e dados epidemiológicos		Mobilização mundial versus distanciamento		Olhar exótico e ambientes caóticos		Transnacionalização e pânico global		Hipóteses científicas sobre o ebola	
14%		18,4%		15%		20,1%		32,4%	
Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2
OMS	379.78	País	249.83	Mãe	122.18	Sintoma	294.89	Humano	174.32
Caso	302.26	Governo	159.14	Casa	120.99	Hospital	239.67	Cientista	109.59
Registrar	270.39	Afetado	125.84	Filho	101.15	Paciente	200.29	Espécie	99.76
Surto	212.34	Saúde	90.91	Irmão	101.12	Enfermeiro	179.02	Macaco	81.11
Morte	200.4	Medida	83.5	Família	82.69	Contato	176.06	Animal	79.8
Matar	188.63	Reunião	78.54	Rua	77.58	Internar	137.27	Aids	73.89
Epidemia	175.64	ONU	78.19	Clínica	77.42	Duncan	105.73	Pesquisador	61.71
Número	165.25	Presidente	67.67	Lavar	60.76	Missionário	98.33	Biológico	57.05
Confirmar	163.67	Cuba	62.26	Tocar	56.88	Dallas	94.44	Vacina	49.7
Guiné	138.27	Esforço	58.35	Olhar	49.65	CDC	84.08	Mutação	48.28
Nigéria	124.04	Libéria	55.73	Perder	47.47	Vômito	82.84	Bactéria	42.27
País	121.06	Conter	54.09	Parente	45.87	Exame	79.18	Emergente	42.27
Libéria	87.99	Serra Leoa	54.0	Cama	45.48	Médico	73.17	Vírus	42.16
Serra Leoa	87.91	Combate	51.29	Aldeia	45.44	Diagnosticar	70.37	Célula	41.94
Subir	78.2	Internacional	51.01	Medo	39.21	Avião	63.42	Hospedeiro	41.94

Figura 5 Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

6.3.1 Hipóteses Científicas Sobre Ebola

As palavras mais representativas da Classe 5-violeta (UCE 32,4%) são: humano, cientista, espécie, macaco, animal, Aids, pesquisador, biológico, vacina, mutação, bactéria, emergente, vírus, célula, hospedeiro, referindo-se ao universo da ciência e por isso ela foi denominada “Hipóteses científicas sobre o ebola”. Seu eixo central gira em torno de quatro ideias: a) o debate científico sobre a origem do ebola, envolvendo a hipótese da passagem do vírus do morcego ou macaco para o homem; b) a dimensão catastrófica da doença; c) debate ético sobre uso experimental da vacina em humanos e d) a “necessidade” de dar ajuda às nações pobres, que são devastadas pelas doenças.

Os discursos desta classe colocam o ebola na lista dos desastres biológicos devido a sua potência letal, associando-o aos grandes desastres da natureza, incluindo o vírus da Aids. Esse discurso coloca o ebola diante de grandes desafios que a ciência precisa enfrentar, apesar dos grandes avanços. Ou seja, demonstra a limitação que as doenças emergentes colocam à ciência no que se refere a derrota das mesmas. Este discurso nos lembra Sontag (1989) no que se refere ao uso da metáfora da companhia militar, isto é, a ideia de que a medicina é eficaz em derrotar as doenças (“inimigo”). De acordo com esta visão, a medicina está longe de vencer a batalha final no embate com as doenças, visto que, o advento da Aids e outras doenças catastróficas demonstram a limitação da ciência em dar resposta cabal às doenças. Assim, as formas de dar resposta às doenças “negligenciadas”, em que se configura a ebola, malária e entre outras doenças, devem ser repensadas, pois só a tecnologia não resolve os problemas referentes a estes tipos de enfermidades.

Segue o exemplo que ilustra o nosso argumento. As palavras em itálico são características da classe:

“para finalizar sem querer ser *apocalíptico* é importante lembrar o que vem se passando com pelo menos duas infecções virais conhecidas recentemente o vírus *HIV* e o ebola que acreditamos serem acontecimentos que deveriam ser tomados como avisos prévios de outros acontecimentos muito mais graves que poderão ocorrer se não nos prevenirmos com *urgência* poderemos enfrentar no futuro situações semelhantes às das *grandes pragas* do passado em que muitas populações humanas não estando

cientificamente preparada sofreram graves danos hoje históricos” . [...] “Achar que já temos bases suficientes paradigmáticas ou não para interpretar de modo satisfatório o mundo em que vivemos pode ser válido para os indivíduos crentes como doutrina, seria anticientífica e *acomodativa* [...]. “Hoje nenhum antibiótico ou pesticida dura mais do que três anos de uso antes de aparecerem agentes específicos que se tornam resistentes ao antibiótico ou ao pesticida muitas *novas drogas não duram* mais do que um ou dois anos antes de aparecerem formas resistentes”. (**** *rep_59 *Ano_1996 *esp_1 *loc_1).

Nesta classe predomina o discurso dos especialistas (biólogos, epidemiologistas, médicos, etc.). Estas publicações em sua grande maioria são provenientes dos especialistas brasileiros. Fato que demonstra que o olhar brasileiro nas hipóteses explicativas em torno da doença não difere do olhar ocidental. Estas observações corroboram com estudo de Joffe; Haarhoff (2002) na imprensa britânica e os respectivos leitores, em que a ebola é colocada como análoga às doenças catastróficas como Aids, assim como suposta origem nos macacos das florestas tropicais africanas. Vale ressaltar que apesar do predomínio do ano de 1996 nas hipóteses científicas explicativas em torno do ebola, que colocam o elo da ligação do ebola morcego ou macaco-homem, vimos as mesmas hipóteses explicativas no estudo da Veja e FSP no último surto da ebola. Isso demonstra que a ligação do vírus com os macacos e, por conseguinte com hábito e estilo de vida dos africanos não mudou com o tempo, apesar das evidências científicas apontarem para o morcego como o principal hospedeiro. Isso se explica pelo mecanismo da focalização definida por Moscovici (2012) que consiste em dar relevância em determinados assuntos, ignorando ou mantendo distante os outros. Assim, na tentativa de incitar o preconceito ou racismo a mídia focaliza a hipótese do macaco e mantém distante a hipótese do morcego, atrelando o vírus ebola com a suposta ideia de que em África “ainda” se consome a carne de macaco, remetendo a um suposto atraso da evolução e/ou progresso cultural deste povo. Conforme vimos no exemplo seguinte:

[...]“os que comem frutas são um grupo tão grande que será difícil apontar qual delas constitui o repositório mais potente pode haver mais de uma. Na África *ainda se come carne de macaco* e no passado ocorreram transmissões assim. *Grandes macacos* podem

ser infectados pelo ebola da mesma maneira que os humanos eles são vítimas assim como os *humanos*, portanto, não são o repositório, mas, podem ser a fonte de infecções humanas na fronteira entre o gabão e o congo já ocorreram diversos surtos que claramente podem ser associados à caça de *grandes macacos* e ao preparo da *carne* em outros lugares. Não há evidência tão clara disso”(**** *rep_127 *Ano_2014 *esp_0 *loc_2).

Ora, se olharmos as reportagens exemplificadas neste trabalho, constatamos a hipótese dos macacos ainda em 2014, ano em que efetivamente a hipótese da ligação do ebola com o macaco não se sustenta mais. Por que insistir no advérbio “*ainda*” se come macaco, como sendo um hábito de suposto atraso cultural dos africanos? Se olharmos atentamente para o advérbio *ainda* percebe-se a sua conotação negativa, visando infra-humanizar e depreciar os africanos e respectivas culturas. É como se fosse dizer, “nós os ocidentais” evoluímos e por isso superamos os hábitos estranhos como consumo de carne de animais como macaco, por exemplo, no entanto “eles africanos” por não evoluírem e tendo em conta os seus estilos de vida atrasados “*ainda*” consomem carne de macaco. De acordo com Bauer; Gaskell (2012) o sentido de um termo é circunscrito pelo aglomerado de termos não elegidos e pelo modo como os termos são combinados entre si, de modo a criar um conjunto significativo. Assim, o valor de cada termo escolhido se dá ao olharmos para um conjunto de termos que possam substituí-lo. Pode-se dizer que a utilização do termo “*ainda*” é uma das formas de reforçar o preconceito racial, uma vez que o preconceito racial nos dias atuais se apoia na hierarquização das culturas (PEREIRA; TORRES; ALMEIDA, 2003), em que umas são consideradas superiores, “civilizadas” e mais evoluídas, sendo as outras desacreditadas por permanecerem “*ainda*” com estilos de viver atrasadas.

A hipótese da transmissão pelo morcego tem gerado maior consenso entre os especialistas. Contudo, a chegada do vírus nos humanos em África é hipoteticamente ligada à convivência com os macacos, caça e o consumo da carne deste animal. Vale dizer que esta hipótese não se sustenta do ponto de vista clínico nem com Aids nem com ebola. No entanto, nos chama atenção a hipótese das duas grandes doenças, Aids e a ebola, serem ligadas aos macacos e não aos outros animais. Pode-se falar, portanto, do uso metafórico do macaco vinculado aos negros com intuito de depreciá-los e infra-humanizá-los, relegando-os à posição de menos humano.

Podemos problematizar também, a hipótese do consumo da carne de macaco associado à transmissão do ebola, isto porque, acreditamos que não somente os países africanos afetados por ebola consomem esta carne. Em Guiné-Bissau, por exemplo, país que faz fronteira com Guiné-Conacry (país da origem do último surto), se consome carne deste animal. Por que neste país nunca aconteceu surto de ebola? E por que a imprensa, e notadamente os especialistas que são interlocutores reconhecidos como autoridade para falar sobre a doença, não se dedicam a mostrar estes casos aparentemente “atípicos”? Isto se deve ao fato da tendenciosidade da mídia que ao falar de algo silencia outros assuntos.

Conforme vimos em Bauer; Gaskell (2012) cabe aos analistas do discurso analisar não somente aquilo que é dito, mas também aquilo que posto em silêncio. Assim, o dizer e não dizer tem a ver com os contextos sociais, culturais e políticos em que o discurso está imerso, neste caso, estamos falando do discurso da mídia brasileira. Uma imprensa imersa em uma sociedade que limita a olhar a África e o africano negativamente. Vimos em Correia (2005), que o conhecimento obtido e partilhado no espaço público pelos diferentes atores sociais é apreendido no grosso modo através do espaço midiático, que exerce um papel de grande importância na tematização pública de um determinado assunto. Apesar do papel importante que a mídia exerce na tematização de determinado assunto, os mediadores públicos, que incluem diversos atores sociais, têm o poder e função de delimitar e valorizar os assuntos que vão merecer atenção da sociedade, tanto a nível dos indivíduos que a compõem assim como das instituições. Isso demonstra a influência mútua indivíduo-mídia, aspecto que Moscovici em seus diversos estudos nos chama atenção, demonstrando o papel ativo dos indivíduos na construção dos assuntos que entram em debate público.

No que se refere ao consumo de carne do macaco, vimos que do ponto de vista cultural, cada país ou continente tem o hábito de consumir um determinado tipo de carne, que em outro lugar pode ser tido como estranho. Porquê é que a hipótese do consumo da carne de macaco em África causa estranhamento no ocidente e, por conseguinte, é associada à origem das doenças? Acreditamos poder encontrar pistas para estas respostas se olharmos o tratamento, muitas vezes pejorativo, que a mídia brasileira e ocidental faz com relação à cultura e hábito dos africanos assim como a força simbólica do macaco, comumente utilizado para depreciar e infra-humanizar a raça negra. Com isso podemos afirmar que a ligação hipotética do ebola ao macaco é uma possível forma de manifestação do preconceito racial e, por conseguinte, a depreciação da humanidade dos africanos.

Vamos olhar para o exemplo seguinte:

“Nas vizinhanças de uma aldeia onde um *chimpanzé* morto foi encontrado no chão a carne dos animais selvagens é muito apreciada pelos nativos da *floresta úmida africana* e o encontro do animal morto foi celebrado com um verdadeiro festim. Resultado dos que transportaram esfolaram e manipularam o animal quase todos adoeceram e em uma semana morreram com uma febre hemorrágica característica sangrando pelos olhos boca ouvidos e outras cavidades. O ebola atacava de novo pela terceira vez em 12 meses um dos mais mortíferos agentes patogênicos emergia da *floresta africana* o que mostra como é terrivelmente comum o vírus na África”. (**** *rep_57 *Ano_1996 *esp_1 *loc_1).

Importante frisar que a mídia tem um papel importante na definição de estruturas de relevância, a partir do momento em que define e escolhe o que é relevante colocar em cena para um determinado grupo social, exercendo assim um papel fundamental na amplificação midiática dos significados (CORREIA, 2005). O que explica a relevância dada a hipótese do macaco em detrimento do morcego. Ou seja, a mídia não é ingênua ao relevar esta hipótese, uma vez que existe a tendenciosidade na definição do que Rosenberg (2012) chama de celebridade. Vimos nesta classe os atores sociais (jornalistas e especialistas entrevistados) a colocar o macaco como celebridade para explicar a transição do vírus ebola para humano. Aliás, o macaco tem sido famoso na explicação das doenças tidas como provenientes da África, como Aids e zika¹⁰. Este animal passa a constituir o “coquetel dos pecados”, expressão de Helène Joffe, ou depósito da eclosão dos males, e ao mesmo tempo para inferiorizar a cultura africana. Acreditamos que a África ganha fama de ter famílias das doenças (“berço das doenças”), mas quando se trata de explicar o papel deste continente na formação da família que hoje chamamos da humanidade (berço da humanidade) entra no esquecimento. Isto porque estigma cega as pessoas de verem estereótipos positivos.

¹⁰ <http://m.folha.uol.com.br/bbc/2015/12/1713315-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-sobre-a-relacao-entre-zika-virus-e-microcefalia.shtml>

Outro debate interessante que emergiu no discurso desta classe tem a ver com a ética na pesquisa, neste caso, a permissão do uso em humanos do Zmapp, recém-criada vacina contra vírus ebola, cuja eficácia é ainda uma incerteza. Houve o consenso quanto a permissão do seu uso pelos especialistas e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Ora, na condição de vulnerabilidade, como proceder ao uso experimental em África? Essa é a grande questão que se coloca e merece um debate ético mais profundo, uma vez que as questões éticas não devem ser tratadas como algo pronto e acabado, pois existe sempre trabalho a se fazer, tendo em vista que ela se dá nas relações humanas, marcadas pelas limitações e insuficiências (GUARESCHI, 2000). Segue o exemplo deste discurso:

“Como quase tudo no campo da *bioética* decisões terapêuticas devem ser tomadas com base num cálculo que pese os *benefícios* reais e potenciais contra os riscos conhecidos e os apenas antevistos no caso específico do *zmapp* a droga que ficou sob os holofotes da mídia depois de ser ministrada a dois americanos. Não há certeza quanto a nenhum termo dessa equação antes de ser dada a humanos fora testada apenas em grupos muito pequenos de *primatas* há pouco mais que a *esperança* fundada em hipóteses teóricas de que previna a infestação pelo patógeno”.

(**** *rep_141 *Ano_2014 *imag_0 *esp_0 *loc_1).

Por último, esta classe coloca as nações em vias do desenvolvimento, África principalmente, acometidas pelas doenças emergentes como aquelas pobres que precisam de ajuda. O que implicitamente traz a ideia de o ocidente ser uma entidade disposta a ajudar estes países “coitados” como a África a sanarem o “caos” e as doenças. Conforme aponta Goffman (2012), as atitudes que se têm com relação às pessoas estigmatizadas são por vezes atenuadas através das supostas ações de caráter “benevolentes”. Essa forma de ver os países em vias do desenvolvimento coloca-os como inferiores, e por isso precisam de amparo à luz dos conhecimentos e formas de lidar com as mazelas dos países mais desenvolvidos, pois somente assim terão condições de superar os problemas sociais. Ou seja, sem amparo do conhecimento técnico ocidental torna difícil enfrentar os problemas e mazelas sociais. Vimos assim, “os pobres da África” serem estigmatizados como aqueles que esperam dos países mais desenvolvidos a “bondade” e esperança de superar os grandes males que os acometem. Seguem os exemplos que acreditamos elucidar melhor este nosso argumento:

“Se forem encontradas drogas para tratar o ebola profissionais de saúde terão que encontrar maneiras de leva-las aos *pobres da África*. A epidemia da Aids pode nos ter preparado para isso pelo menos os dois vírus continuam a representar desafios enormes tanto um quanto outro vão deixar um *legado trágico* centenas de *milhares de órfãos*”. (**** *rep_269 *Ano_2014 *esp_0 *loc_2). [...]

“Para as populações *empobrecidas da África* a esperança é uma vacina que possa prevenir a infecção o desenvolvimento de um remédio para os doentes pelo *ebola* não parece estar no programa dos *laboratórios farmacêuticos* e centros internacionais de pesquisa”. (**** *rep_125 *Ano_2014 *esp_0 *loc_1).

Ainda no discurso desta classe aparece debate ético em torno do remédio a ser testado nos pobres, tidos como os que precisam de ajuda. No entanto, essa questão merece um debate ético importante no campo científico, posto que, numa condição de vulnerabilidade social os procedimentos éticos podem ser desrespeitados de forma deliberada ou não, sobretudo, na nossa sociedade atual, marcada pelas desigualdades sociais, relações assimétricas e injustiças sociais.

Conforme aponta Sontag (1989), as doenças famosas têm países famosos, sendo a África comumente ligada ao “berço” das grandes doenças e por isso necessitando da ajuda. Assim, a resposta para a contenção de um surto terrivelmente mortífero como ebola é mais do que simples ajuda ou compaixão aos africanos, uma vez que se insere na resposta global que todas as epidemias mobilizam. A seguinte afirmação, tomando a Aids como exemplo, se aplica também no caso do ebola e resume bem o nosso argumento:

“É verdade que se a Aids fosse apenas uma doença africana, ainda que matasse milhões de pessoas, pouca gente fora da África estaria se preocupando com ela. Seria uma daquelas catástrofes “naturais”, como fome, que periodicamente devastam países pobres superpovoados, e a respeito das quais os habitantes dos países ricos julgam não poder fazer nada”. (SONTAG, 1989, p.99).

Portanto, é questionável o engajamento coletivo para contenção das doenças pelas potências ocidentais como benevolência aos pobres da África, basta olharmos como eles encararam a Aids. Inicialmente não houve muito interesse no enfrentamento da Aids porque acreditavam que acometiam os ditos “grupos de risco” (gays, prostitutas, usuários de drogas e hemofílicos) (HERZLICH, 2004). Contudo, a partir do momento em que as grandes personalidades começaram a ser atingidas começou o apelo à mobilização mundial com intuito de se defenderem do mal do século. Vimos o mesmo com ebola, neste caso, com a sua internacionalização, com os primeiros casos e mortes fora da África, a mídia e as agências internacionais começaram a apelar para uma mobilização global.

6.3.2 Transnacionalização e Pânico Global

Vamos apresentar agora os discursos da classe 3-verde (UCE 20,1%), que denominamos de Transnacionalização e pânico global. As palavras mais representativas foram: sintoma, hospital, paciente, enfermeiro, contato, internar, Duncan, missionário, Dallas, Centro de controle das doenças nos EUA (CDC), vômito, exame, médico, diagnosticar e negativo

O discurso desta classe está centrado na internacionalização do vírus ebola, assumindo a dimensão do “cataclismo” coletivo e conseqüente pânico e terror nas pessoas. Ou seja, o vírus que até então era considerado problema solitariamente africano começou a expandir para além-fronteiras africanas, com os primeiros casos suspeitos e mortes na Europa, América do Norte e América do Sul (Brasil), gerando assim um clima de terror e pânico bem como o maior controle dos cidadãos africanos, sobretudo provenientes dos países afetados. O que demonstra importante papel desempenhado pela imprensa na aproximação do risco tido como longínquo, causando terror e pânico nas pessoas (JOFFE; HAARHOFF, 2002). Vale ressaltar que apesar de haver caso suspeito, o Brasil se coloca como capaz de enfrentar o ebola se este chegar ao país, utilizando a mesma estratégia do distanciamento feita pelas potências ocidentais. Seguem alguns exemplos desta discussão:

“Ebola tem primeira contaminação *fora da África* auxiliar de enfermagem da Espanha contrai vírus após cuidar de missionários que se infectaram no oeste africano. Nos *EUA* infectado por doença começa a receber remédio experimental cinegrafista

chega ao país para tratamento uma auxiliar de enfermagem espanhola que tratou de dois missionários que morreram devido ao ebola. Foi diagnosticada com o vírus em *Madri* disseram autoridades na segunda feira 6 o caso o primeiro diagnosticado dentro da *Europa* também representa a primeira transmissão da atual epidemia *fora da África ocidental*. (**** *rep_202 *Ano_2014 *imag_1 *esp_0 *loc_1).

“Ação no *Aeroporto do Galeão* comandada pelo Ministério da Saúde teve como objetivo treinar as equipes e avaliar o atendimento embora o risco seja muito baixo precisamos estar *preparados*. Não podemos deixar que algo aconteça para saber se estávamos preparados ou não disse o Ministro da Saúde Arthur Chioro que acompanhou os procedimentos por videoconferência de Brasília o ministro reforçou que não há qualquer registro da doença no país”

(**** *rep_169 *Ano_2014 *imag_1 *esp_0 *loc_1)

“*Casa branca* pede calma diante do ebola. O governo dos *EUA* afirma ter controle da situação após primeiro caso de paciente diagnosticado com vírus no país hospital em *Washington* interna homem suspeito de ter contraído vírus ele voltou há pouco tempo da *Nigéria*”. (**** *rep_199 *Ano_2014 *imag_0 *esp_0 *loc_2).

Nesta classe, a variável significativa foi o não especialista (esp_0). O que demonstra o papel importante da mídia na definição do risco e relevância em torno do ebola ao colocá-lo no cenário internacional. Assim, através da mídia aquilo que é longe/distante em um determinado momento pode tornar-se próximo em outro, aquilo que não é problemático no presente pode transformar-se em problemático no futuro (CORREIA, 2005).

Essa classe trouxe uma reflexão importante, a partir do momento em que demonstra o fracasso da grande potência mundial, os EUA, diante do surto do ebola, demonstrando que as barreiras sanitárias das grandes potências podem fracassar da mesma forma que acontece com as africanas. Aliás, numa sociedade de risco (BECK,

2010), não se pode pensar nenhuma catástrofe ou doença como distante, pois as distâncias são cada vez mais encurtadas e ir e vir constituem um dos grandes marcos das sociedades atuais. Seguem alguns trechos de matérias que melhor retratam esta discussão:

“Sindicato americano denuncia *falhas* no cuidado de paciente enfermeiros relatam falta de equipamentos para tratar de liberiano diagnosticado com ebola em *Dallas Texas* Thomas e Duncan que morreu no dia 8 teria ficado horas em área aberta de Pronto Socorro de hospital. (**** *rep_223 *Ano_2014 *imag_1 *esp_0 *loc_2).

“Médico que contraiu ebola em Serra Leoa morre nos *EUA* Martin Salia foi levado ao hospital em estágio avançado da doença morreu nesta segunda feira 1 em um hospital de Omaha no Estado americano de Nebraska o médico Martin Salia 44 que havia contraído ebola em um hospital de Serra Leoa. Natural do país africano e com residência permanente nos *Estados Unidos* Salia deu entrada no hospital americano no sábado 15 com a doença já em estágio avançado” (**** *rep_266 *Ano_2014 *imag_0 *esp_0 *loc_2).

Nesta classe, os sentidos em torno da doença são construídos pela ação da mídia, demonstrando assim o seu importante papel como um dos construtores (claims makers) de problema social, sobretudo na publicização dos problemas sociais, chamando a atenção para a sociedade como um todo (ROSEMBERG; ANDRADE, 2012). À semelhança da classe 1, que chama atenção para uma ação mundial e ao mesmo tempo aponta as dicotomias e ambiguidades, esta classe faz apelo para uma ação conjunta em torno do perigo global que ebola pode acarretar ao mesmo tempo coloca chance mínima de ser fatal no ocidente, o que demonstra um discurso ambivalente. Os discursos desta classe trazem achados que se assemelham com os de Joffe e Haarhoff,(2002), em que a mídia faz aproximar o risco do potencial globalizador do ebola, até então distante para o público leigo ao mesmo tempo em que o afasta, utilizando estratégias defensivas ao colocar o surto como fatal e perigoso somente na África, pois estes são incapazes de terem controle que o ocidente, os EUA, por exemplo, têm sobre as doenças. É importante salientar que resultados análogos foram encontrados no estudo da revista Veja.

Vimos, portanto, neste estudo a forma ambígua da mídia no tratamento dos assuntos polêmicos, ora aproxima ora distancia, ora aterroriza ora acalma os ânimos, ora fala ora silencia, ora informa ora desinforma/obscurece. O discurso desta classe tem relação com a classe da mobilização mundial versus distanciamento que vamos começar a descrever em seguida.

6.3.3 Mobilização Mundial Versus Distanciamento

A classe 1-vermelha (UCE 18,4%) que denominamos de Mobilização mundial versus distanciamento. Apresenta as seguintes palavras representativas: país, governo, afetado, saúde, medida, reunião, ONU, presidente, Cuba, esforço, Libéria, conter, Serra-Leoa, combate e internacional. Refere-se ao tratamento do vírus como longínquo, dicotomia-países desenvolvidos versus não desenvolvidos, primeiras barreiras sanitárias, pânico e ideias conspiratórias. Nesta classe, vimos a ambivalência no tratamento da ebola. Ora ela é colocada como doença longínqua, inerentemente africana, ora é colocada como doença que precisa de uma ação global de enfrentamento. Os discursos desta classe são difundidos em sua maioria em 2014, ano do maior surto e em que ebola atingiu maior número de países além-África. No entanto, a ebola continua sendo tratada como doença longínqua com possibilidade remota de ser fatal fora do continente africano, apesar de todo o apelo a uma mobilização mundial. Podemos constatar esse fato comparando com os achados de Joffe; Haarhoff (2002), em seus estudos acerca de como os meios de comunicação ajudaram a cultivar o pensamento leigo acerca do vírus ebola do surto da década 90. Neste estudo, tal como o nosso, a ebola é tida como uma catástrofe africana, em virtude do ocidente ser tratada como a entidade cultural superior. Ou seja, ocidente tido como lugar com meios mais sofisticados de lidar com todos os males que assolam a humanidade. Por este motivo, a reunião e a mobilização visa dar resposta para que o longínquo não aproxime e perturbe a ordem e controle que se acredita ter sobre as doenças.

Segue um exemplo:

“A conferência foi convocada há nove dias pelos presidentes dos países da *ALBA-Aliança* bolivariana para as Américas, bloco formado por nove países com orientação de esquerda e retórica antiamericana. Além da Cuba destacam-se no grupo Bolívia,

Nicarágua, Venezuela e Equador. A *Organização Mundial da Saúde (OMS)* também enviou representantes ao encontro segundo o ministro da saúde de Cuba Roberto Morales, o objetivo fundamental do encontro é o intercâmbio de critérios para enfrentar a doença cada país tem de estar preparado para dar uma resposta se surgirem casos da doença afirmou o ministro cubano na abertura da conferência. *Cuba* já enviou ao menos 256 médicos e enfermeiros aos países africanos mais afetados pelo vírus Libéria, Serra Leoa e Guiné, a atitude cubana provocou raros elogios dos EUA para a ilha comunista, por exemplo, do secretário de estado John Kerry foi seguida por expressões mútuas de desejo de que Havana e Washington trabalhem juntos contra o vírus. A *Organização Mundial da Saúde* informou que o envio de profissionais de medicina por Cuba é a maior contribuição de um único governo apesar de haver na África mais médicos de outras nacionalidades, mas que foram enviados por ONGs um dos americanos que compareceram ao encontro o diretor do escritório regional do *CDC* na América Central Nelson Arboleda disse que a cooperação deve ser independente de tensões políticas entre os dois países (**** *rep_255 *Ano_2014 *esp_0 *loc_2).

Assim a ebola é colocado como doença que afeta mais os países em vias do desenvolvimento, por acreditar que estes oferecem condições propícias para que as doenças aconteçam, e por isso, com probabilidade remota de ocorrer além-África, ao mesmo tempo admitem o risco em países mais desenvolvidos. O distanciamento é uma forma de lidar defensivamente com ansiedade e insegurança causada por um vírus mortífero (JOFFE; HAARHOFF, 2002; JOFFE; ORFALI, 2005). Dito de outra forma, quando nos deparamos com doenças que não sabemos o que é ou os males mal resolvidos tendemos a culpabilizar os grupos minoritários (pobres, negros, africanos), visando afastar a responsabilidade e o medo de nós e do nosso grupo de pertença. É a mesma mídia que distancia o ebola para gerir ansiedade do grupo que o aproxima em forma do risco concreto. O que demonstra o papel ambíguo no posicionamento midiático ao tratar

do ebola, assemelhando-se ao discurso da classe 3, Transnacionalização e Pânico Global. A seguinte matéria exemplifica bem esta ambivalência:

“Contrações dessa magnitude prejudicam qualquer país, mas são devastadoras em nações já *paupérrimas* e também por isso a comunidade internacional deveria agir. O Brasil que no governo Lula aproximou-se da África tem sido particularmente omissos prometeu contribuir com 400 mil dólares, enquanto a China anunciou doação de 36 milhões de dólares e a Índia de *12 milhões de dólares* para nada dizer dos *175 milhões de dólares dos EUA*. Seria bom se o cálculo diplomático de outrora impulsionasse maior ajuda humanitária à altura da projeção que o país quer ter”. [...]“Ebola sem fronteiras. A *confirmação* do primeiro caso de ebola nos *Estados Unidos* ilustra bem o quanto podem ser *frágeis as barreiras sanitárias* dos países inclusive dos mais desenvolvidos”. (**** *rep_200 *Ano_2014 *esp_0 *loc_1).

Vimos ainda nesta classe a imprensa ligar a ebola com criação das ideias conspiratórias por parte dos cidadãos africanos dos países em surto, que associam a doença com mito criado pelo governo. No entanto, ao falar da conspiração nesta classe, ela é associada às opções dos africanos em explicar as doenças baseando-se nos costumes religiosos em detrimento das formas científicas propostas por equipes da saúde das agências internacionais, isto é, uma suposta ignorância dos cidadãos africanos dos países infectados, negando a doença. Assim, vimos que a imprensa não contextualiza o que pode estar na origem da conspiração, fazendo entender de forma implícita que a conspiração é fruto das crenças africanas em atribuir doenças às causas sobrenaturais, neste caso, uma cultura que explica as doenças e outras mazelas sociais à luz do misticismo. Este discurso pode reativar ou/e exacerbar o preconceito de que os africanos explicam os males à luz daquilo que no Brasil se chama “macumba”.

Ora, atitudes como a dos cientistas que aplicaram o placebo nas mulheres africanas de Moçambique e Uganda, deixando os futuros filhos morrerem em nome da ética do consentimento e um outro grupo experimental submetido ao tratamento, mesmo com a proibição da OMS de não usar o placebo quando existe tratamento para uma determinada doença, pode explicar ou reativar a desconfiança dos africanos com relação

às equipes médicas das agências internacionais (DINIZ, 2009). Os exemplos que se seguem demonstram a forma como a ideia da conspiração é posta pela imprensa:

“Em Forecariah na Guiné central vi um agente de saúde ser acusado pela comunidade de *inventar* essa história de ebola outdoors com a mensagem ebola uma realidade precisaria ser espalhada por toda a parte as principais causas da *resistência* são a *negação* da doença a desconfiança em relação à mensagem oficial e a escolha de alguns por curas religiosas. Visitei hospitais antes lotados hoje com leitos ociosos”. (**** *rep_284 *Ano_2015 *esp_1 *loc_1).

“A Cruz Vermelha da Guiné disse que foi *forçada* a suspender temporariamente algumas operações no Sudeste após funcionários serem ameaçados e um centro da ONG *Médicos Sem Fronteiras* foi *atacado* em abril após funcionários serem acusados de trazer a doença ao país”. (**** *rep_116 *Ano_2014 *esp_0 *loc_2).

Assim, acreditamos que as acusações direcionadas às agentes da saúde e consequente negação da doença por parte das pessoas dos países africanos com surtos da ebola não foi espontânea, uma vez que alguns acontecimentos podem desencadear tais acusações, e, precisam ser contextualizados pela imprensa, cumprindo assim o seu papel ético de informar bem as pessoas conforme nos aponta Guareschi (2000). As experiências africanas de lidar com as doenças e as relações de tensão ocidente-África, frutos da colonização e neocolonialismo precisam ser levadas em conta de modo a poder entender a emergência da conspiração. A conspiração acontece porque existe algo que circunscreve a sua existência num determinado contexto. Assim, a desconfiança na relação ocidente-África no campo da saúde pode ser resultado de um passado histórico marcado pelas lutas e violências perpetrados pela colonização e escravidão.

A barreira sanitária foi a solução inicial para alguns países de modo a conter o possível risco do vírus. Conforme aponta Joffe e Haarhoff (2002) a tendência de afastar os “poluentes”, é uma estratégia comum quando nos deparamos com crises potenciais como ebola. Uma forma menos pavorosa de lidar com a doença, colocando barreiras que

impeçam as pessoas pertencentes aos grupos acusados a não entrarem nos países ocidentais.

Importante dizer que as medidas sanitárias impostas pelo ocidente não se dão da mesma forma quando comparamos o surto da ebola em África com as doenças em outros continentes. No caso do ebola as medidas sanitárias visam fechar fronteiras para entrada dos humanos (africanos), na gripe aviária que aconteceu na Ásia, a não importação da carne das aves infectadas foi a medida sanitária tomada para lidar com o vírus. Por outro lado, as tradições e os costumes asiáticos relacionadas as aves não foram comprometidos e nem se fala da tentativa de suspensão deles (JOFFE, 2004), já as tradições e hábitos culturais africanos são inferiorizados e fazem apelo para suspensão dos mesmos . Esse fato demonstra a forma pela qual o tratamento da ebola não se limita ao olhar clínico, mas também, inferiorização e tentativa da suspensão das tradições, costumes africanas e traços culturais dos africanos, tidas como atrasados e incivis. Dito doutra forma, quando se trata do africano é ele que é “poluente” e no caso da gripe aviária foram as aves e não os cidadãos asiáticos (chineses) que foram tratados como “poluentes”. Este modo de estabelecer as barreiras sanitárias que colocam os africanos como subculturas tem a ver com o modelo culturalista de encarar os problemas sociais, atribuindo pejorativamente ao africano a condição da sub-humanidade. Estamos perante uma sociedade capitalista em que o poderio econômico define o lugar do privilegiado e do excluído. Seguem alguns exemplos:

“Passaporte será devolvido apenas após o procedimento com a permissão de *entrada* no território o Ministério da Saúde afirma que não vai restringir viagens apenas incluir o monitoramento e a distribuição de informações na chegada aos *aeroportos* brasileiros a medida deve ser implementada até o fim deste mês em aeroportos que recebem *passageiros* de países afetados *Guarulhos*, *Galeão*, *Viracopos* e os aeroportos de *Brasília* *Fortaleza* e *Salvador* não há *voo* direto para o Brasil de nenhum dos três países afetados pela doença”. (**** *rep_257 *Ano_2014 *esp_0 *loc_1).

“O *Canadá* anunciou que suspenderá a *concessão de vistos* a cidadãos de países da África ocidental afetados pelo surto de ebola. A *Austrália* já tinha tomado decisão parecida criticada pela

OMS Organização Mundial da Saúde no começo da semana”.
(**** *rep_259 *Ano_2014 *esp_0 *loc_2).

Vale ressaltar que esta forma de encarar as crises, projetando no exogrupo, não acontece somente de nações poderosas para com as nações menos poderosas ou vice-versa, mas também, entre as nações menos poderosas, conforme aponta Joffe (2002). Ou seja, dentro de uma mesma cultura, as pessoas tendem também a criar aquilo que a autora chama de “coquetéis de pecado” independentemente de ser entre os países ricos ou pobres. Ou seja, dentro de um mesmo grupo cultural as pessoas tendem a buscar os grupos para projetarem as responsabilidades de modo a manterem a ameaça cada vez mais longe. O seguinte discurso ilustra bem este argumento:

“Zâmbia proíbe cidadãos de viajarem a países com focos de ebola medida é uma das mais *rigorosas* já adotadas para conter o vírus e contraria orientações da *OMS* que só prevê restrições a doentes o governo da zâmbia informou neste sábado 9 que irá *restringir a entrada* no país de pessoas com passagens por locais afetados pelo atual surto de ebola no continente e *proibir a viagem de zambianos* a esses mesmos destinos. Essa é uma das mais *rigorosas* medidas adotadas contra o vírus. O comunicado emitido nesta sexta feira, 8 pelo ministério da saúde zambiano afirma que qualquer viajante que tenha passado por um país com foco da doença será colocado em *quarentena*”. (**** *rep_135 *Ano_2014 *esp_0 *loc_2).

O discurso desta classe ainda aborda o pânico causado perante as pretensas falhas, ignorância e desinteresse da OMS e as grandes potências antes do surto assumir grandes proporções, acarretando em consequências econômicas e humanitárias. Até então não tinham grandes preocupações para a erradicação do vírus, contudo, a partir do momento em que começou a atingir as grandes potências como os EUA, a OMS, as agências internacionais se mobilizaram, disponibilizando grandes quantias de dinheiro, conforme aponta as matérias acima descritas.

Segue o trecho da matéria que ilustra melhor a questão proposta:

“No começo houve alertas ignorados e falta de interesse da parte do mundo industrializado, no entanto, cerca de um mês atrás quando o mundo chegou ao seu momento coletivo de conscientização a resposta se afastou fortemente de *guerra mundial*. É impossível até mesmo o presidente *Barack Obama* classificou o vírus como grande prioridade de segurança nacional ao contrário de guerra mundial no qual a grande *negação* foi seguida pelo grande *pânico* as autoridades reais tentaram moderar a possível histeria por meio de sóbria honestidade”. (****
***rep_231 *Ano_2014 *esp_0 *loc_2).**

Ora, a mídia aponta para o posicionamento tardio da OMS em dar resposta ao surto da ebola, contudo, a própria mídia assim como as agências internacionais, os movimentos sociais, ongs, sindicatos, etc. desempenham enorme importância da definição dos problemas sociais (ROSEMBERG, 2012). Por este motivo, a mídia tem uma responsabilidade social enorme da qual ela não se deve esquivar, e sim, assumir da mesma forma que as agências internacionais, como a OMS. A notícia midiática não é uma produção qualquer, e sim, institucional, imersa numa sociedade (ALSINA, 2009) e que possui elevado valor social na definição de problemas cotidianos. Se recuarmos um pouco atrás, o surto do ebola começou em 1976, contudo, a primeira matéria publicada pela Folha de São Paulo foi treze anos depois, no dia 16 de fevereiro de 1988 com o seguinte título: “Estados Unidos detectam vírus mortal em lote de macacos importado das Filipinas”. A matéria saiu numa época em que a ebola era tratada apenas como doença de primatas não humanos e dos africanos. Com isto queremos dizer que a mídia também se posiciona cedo ou tarde dependendo da relação “simpática” que estabelece com um determinado problema social.

O argumento proposto no parágrafo anterior tem a ver com o *modelo de estrutura social* na definição do problema social, que se baseia no olhar macrosociológico, consistindo no modo como as estruturas sociais se organizam servindo interesses de determinados grupos e manter indiferente aos outros. Nesse modo de elaborar o problema social, os construtores do problema social podem não se interessar em solucionar um determinado problema social quando têm benefícios/ganhos diretos com a não busca de solução ou quando não se sentiriam beneficiados com solução que pode ser encontrada (MAYER; LAFOREST, 1990). Acreditamos, assim, que a mídia como construtor do

problema social define a relevância dos problemas provenientes dos países em vias de desenvolvimento a luz dos seus interesses econômicos, visando perpetuar ou manter as desigualdades e estruturas de dominação. Ou seja, a mídia segue o que Bourdieu (1997) chama de dois veredictos, que são: o do mercado (lógica capitalista) e da audiência (público), dando assim a visibilidade a um determinado problema como social.

Portanto, não somente em caso dos ganhos e benefícios a classe hegemônica luta para perpetuar um problema social, mas também quando não estão se beneficiando com determinado problema social, como foi no caso do ebola, onde os construtores dos problemas sociais, agências internacionais, mídia, ongs, etc., fizeram pouco para erradicação desta doença, o fato de não constituir problema social no ocidente, sendo para eles, a doença “exclusivamente” da África.

Os discursos desta classe nos fazem pensar num debate importante no que se refere a biopolítica na preservação das vidas, conforme explicitado na introdução desta dissertação, na qual algumas vidas são tidas como mais valiosas que as outras e arte de deixar morrer (ROSE, 2013), explicando o engajamento coletivo para contenção ou não da ebola pelos construtores dos problemas relevados socialmente. Assim, a relação da raça e biologia torna-se central para genealogia do biopoder contemporâneo, uma vez que o racismo é justificado com a função mortal do biopoder na economia, a partir do momento em que coloca a morte dos outros como algo que torne alguém biologicamente mais forte, por este ser membro de uma raça ou população desfavorecida (FOUCAULT, 1996; ROSE, 2013).

A classe a seguir vai trazer o debate em torno da forma como o olhar exótico da cultura e ambiente africana influencia o discurso da mídia.

6.3.4 Olhar Exótico e Ambientes Caóticos

A classe 4-azul (UCE 15%) que denominamos Olhar exótico e ambientes caóticos, refere-se ao horror e pânico local, vítimas intrafamiliares e desorganização total. As seguintes palavras representam melhor esta classe: mãe, casa, filho, irmão, família, rua, clínica, lavar, tocar, olhar, perder, parente, cama, aldeia, medo. Esta classe traz discursos que olham as experiências africanas com exotismo na descrição jornalística do ambiente africano, tido como caótico, horrendo e medonho, em contraposição ao ocidente tido como organizado.

A variável mais significativa desta classe é a da imagem, potencializando o risco, ambiente de terror, podendo gerar impacto emocional nas pessoas (JOFFE; HAARHOFF, 2002). Vimos nas reportagens imagens dos funerais, ambiente do desespero nos cidadãos nos hospitais e nas ruas, objetivando assim a ideia do caos generalizado, terror e ambiente horrendo. O uso das imagens caóticas demonstra o modo como as imagens potencializam e objetivam o risco, podendo exacerbar e intensificar o pavor, medo e pânico. Como diz Fanon (1961) os ocidentais vão para África retratar caos com intuito de justificar que os males exacerbam após a colonização, criando a ideia de que desde que lá abandonaram reina caos generalizado, atraso e pobreza extrema. O exemplo que se segue demonstra como o olhar e retrato da mídia é desprovido do afeto:

“Se a mídia não olha para os *doentes negros* é porque eles *não existem* nas estatísticas dos seus próprios países ou melhor dizendo eles só existem porque há *jornalistas ocidentais* dispostos a viajar ao inferno para contar e claro porque existem também médicos e enfermeiros ocidentais que *arriscam a vida* e encontram a morte para salvar esses fantasmas ironia. O fardo do homem branco é carregar hoje às costas o *fardo* do homem negro”. (**** *rep_236 *Ano_2014 *imag_0 *esp_0 *loc_1).

Esse trecho ilustra a forma como os relatos jornalísticos olham o ambiente africano, através de relatos “incríveis” análogos a superação nos esportes radicais, com as equipes de saúde tidas como corajosas, por enfrentarem um ambiente de sofrimento, abismo e desordem generalizada, isto é, condições extremamente desumanas. O relato demonstra a banalização do sofrimento relatados em forma de acontecimentos extraordinários, sensacionalistas e admiráveis. Ao se debruçar sobre o sofrimento ético-político Sawaia (2013) chama atenção para a necessidade da mudança de paradigma no modo como os sofrimentos provenientes das exclusões são enfrentados, propondo um novo olhar ao outro em sofrimento que envolve o afeto. Contudo, neste trecho, vimos o olhar compassivo, isto é, uma forma de dominação em que o outro africano é colocado como “coitadinho” que vive em condições infernais e de extrema superação em que os profissionais de saúde originários do ocidente se aventuram expor em risco suas próprias vidas para salvar pessoas vivendo no “inferno”. Essa forma de relatar as doenças em África demonstra um distanciamento afetivo, olhar estranho e desumano da mídia,

banalizando a morte, estigmatizando estes cidadãos através do olhar de benevolência e exotismo.

O trecho seguinte reforça o discurso da dramatização do ambiente africano, neste caso, Libéria, como se fosse único lugar do mundo onde as pessoas vivem com miséria (menos de 1,25 dólares/dia). O que demonstra a forma de abordar os problemas africanos em grandes proporções no imaginário midiático brasileiro quando comparadas com as mesmas situações em outros lugares. No olhar da mídia as “grandes pobresas” ou “a verdadeira pobreza” são aqueles que se vivem na África, pois em outros lugares o que se vive são “pequenas pobresas”. Aliás, Joffe (2012) considera que a África desperta atenção popular de ser o lugar de depósito dos males mundiais mal resolvidos. Basta olharmos para os exemplos que se seguem:

“Este lugar lindo tem *florestas tropicais* e praias limpas com areias brancas no entanto o liberiano comum sobrevive com *1, 25 dólar* por dia e *não tem acesso* a água limpa nem a banheiro com descarga em casa o liberiano comum mora com a mãe o pai a tia o tio e primos partilhando colchões em barracos minúsculos de dois cômodos quando algum membro da família adoecer o liberiano comum anda por ruas de terra esburacadas até o Tubman Boulevard para achar um táxi que o leve com a pessoa doente à clínica mais próxima no mês passado quando um hospital privado se recusou a atendê-la Comfort Fayiah 32 deu à luz na rua de terra perto da du Port Road.(**** *rep_251 *Ano_2014 *imag_1 *esp_0 *loc_2). [...].

“Médicos e enfermeiros que *arriscam* suas vidas para cuidar de pacientes que *provavelmente morrerão*. Faxineiros que limpam jorros de vômito e lixo letais para que centros de saúde sitiados possam continuar funcionando motoristas que entram em vilarejos devastados pela doença para resgatar pacientes”. (**** *rep_178 *Ano_2014 *imag_1 *esp_0 *loc_2).

O relato do ambiente de caos generalizado é apresentado como opção de aderência ao masoquismo da parte dos cidadãos destes lugares, por optarem a viver em condições de extrema miséria, e não reflexo de conjuntura socioeconômica ou desigualdades sociais.

Ou seja, é como se as pessoas deste lugar gostassem de viver na dor, sofrimento e mazelas sociais.

Os discursos desta classe ainda apontam horror, pânico e desespero dos cidadãos de países infectados, sobretudo Libéria, onde o surto assumiu maiores proporções e mortes no seio das famílias, chegando a devastar famílias inteiras, conforme vimos neste discurso: “*Seu pai tinha acabado de morrer de ebola sua irmã também sua mãe estava vomitando sangue e ficando cada vez mais fraca quando a ambulância chegou Sweetie Sweetie também entrou nela a garotinha aparentava estar bem sem nenhum sintoma de ebola mas ninguém no povoado queria ficar com ela*”. (**** *rep_275 *Ano_2014 *imag_1 *esp_0 *loc_2). E por último ambiente caótico de pobreza, problemas estruturais. Os seguintes exemplos ilustram melhor este discurso:

“Nada nos *preparou* para o medo permanente repórter em Serra Leoa descreve condições *precárias* e *temor* pela aproximação de qualquer pessoa por suspeita de ebola. Vocês têm de sair daqui agora há muita gente infectada o alerta veio de um major do exército de Serra-Leoa Baimba Demby numa estrada no meio da selva estávamos rumo a Kailahun distrito com o maior número de contaminados por ebola quando a camionete atolou o celular não funcionava e chovia muito depois de uma hora passou um caminhão da ONU que levava alimentos para as famílias que estão em quarentena por ter entrado em contato com doentes”. (**** *rep_150 *Ano_2014 *imag_1 *esp_0 *loc_1).

“Ebola leva a confronto em *favela* da Libéria moradores entraram em choque com policiais e militares que cercaram bairro um dos mais pobres de Monróvia governo decretou toque de *recolher* e colocou bairro em quarentena”. (**** *rep_157 *Ano_2014 *imag_1 *esp_0 *loc_2).

Este último trecho da reportagem se assemelha aos achados da Veja, em que a metáfora da companhia militar (SONTAG, 1989) é acionada para explicar a luta da população com os respectivos governos à semelhança dos tempos de recolher obrigatório em situações de guerra.

Nesta classe percebe-se o tratamento do caos ligado à pobreza, miséria, estilo de vida (“não civilizado”) como condição para emergência das doenças. Dito doutro modo, é como se a opção cultural dos cidadãos deste continente fosse o fator que determina a desorganização total do ambiente, e, não reflexo da debilidade econômica, ocasionada pelos problemas estruturais, passado colonial e pelas constantes explorações dos modelos neoliberais e neocolonizadores. Nota-se ainda o relato midiático de forma exótica, colocando o ambiente africano como perigoso, horroroso e amedrontador onde os profissionais ocidentais arriscam suas vidas para salvar vida “menos valiosas”. Assim, verificamos o discurso preconceituoso com relação aos cidadãos africanos. O preconceito não se explica apenas pelos processos dinâmicos da personalidade individual, como também se baseia nos fatores situacionais e econômicos, que muitas vezes são poderosos para determinar o fenômeno preconceituoso. Vimos, portanto, que o viés determinante para eclosão do preconceito com relação a um determinado indivíduo consiste na sua inserção em uma categoria social, geralmente tratada com menosprezo e de forma negativa (PEREIRA; TORRES; ALMEIDA, 2003a).

As dificuldades econômicas, por exemplo, pessoas vivendo com menos de 1,5 dólares acontecem em outros lugares também, contudo, no ambiente africano é visto de maneira exótica, o que nos leva a concordar com Lima (2013) ao afirmar que algo indesejável geralmente é colocado como problema do outro, seja ele vítima seja ele autor. Por outro lado, o autor considera que as formas da construção do preconceito estão ligadas a modelos de ser ou protótipos, definindo o adequado e o inadequado, neste o caso, o adequado (civilizado) é ligado ao estilo de vida ocidental e inadequado (incivilidade) à cultura africana. Vale ressaltar que denominamos de civilidade aquilo que o ocidente nomeia como tal.

Verificamos um dos modelos de alteridade propostos por Jodelet atuando nesta classe, neste caso, a alteridade do lado de fora, que concerne aos países, povos e grupos situados num espaço e tempo distante, que se caracteriza pelo distanciamento e um olhar exótico (JODELET, 2005). Verificamos ainda nesta classe, o uso da visão culturalista da mídia na explicação dos problemas sociais no continente africano. O culturalismo se baseia na ideia de que determinadas culturas são tidas como superiores e cujos membros pertencem a entidade cultural privilegiada. Assim, os problemas sociais são tidos como reflexos de pessoas pertencentes a subculturas, que carregam as doenças, os comportamentos desviantes e entre outras mazelas (MAYER; LAFOREST, 1990).

A ideia norteadora do preconceito visto nesta classe diz respeito às dicotomias caos versus ordem, controle versus descontrole, organização versus desorganização. Ou seja, o ocidente com tudo em ordem e sob controle, e os africanos vivendo em caos e descontrole total, por conta dos seus hábitos e costumes. De acordo com Pereira; Torres; Almeida (2003) o preconceito na atualidade busca as diferenças e hierarquias culturais para explicar sucesso ou insucesso de um determinado grupo sobre o outro. Vimos em Sontag (1989) que o hábito de o ocidente ser considerado entidade privilegiada, onde as doenças e outros problemas sociais que o aflige são tidos como provenientes dos países pobres, como por exemplo, a África, é secular.

A seguir vamos falar da classe 2, que está focada no relato dos casos e proporções que a doença pode acarretar em termos epidemiológicos, mortalidade e processos históricos de quatro décadas do surto da ebola.

6.3.5 **Histórico, Prognóstico e Dados epidemiológicos**

Na classe 2-cinza (UCE 14%) que denominamos Histórico, prognóstico e dados epidemiológicos, as palavras mais representativas são: OMS, caso, registrar, surto, morte, matar, epidemia, número, confirmar, Guiné, Nigéria, país, Libéria, Serra Leoa, subir. Esta classe traz discursos que retratam o processo histórico do surto do ebola, desde os primórdios do vírus até os dias atuais, centrando em diagnósticos, prognósticos e dados epidemiológicos da incidência do vírus em diferentes países, dentre os quais temos Congo, Gabão, Uganda, Guiné-Conacry, Libéria, Serra Leoa. O discurso desta classe dá maior ênfase em número do que experiência da África sul-saariana em lidar com ebola. Percebe-se o uso frequente dos numerais, o que pode gerar a amplificação do risco (JOFFE; HAARHOFF, 2002), podendo incitar medo e sensação de insegurança nas pessoas mesmo distantes da África, em termos territoriais. A forma de objetivar ou dar concretude ao vírus do ebola nesta classe se dá a partir de relatos de números assustadores, com dados estatísticos elevados, principalmente no último surto em que os números dos infectados e mortes subiram de forma crescente. Essa forma de noticiar as enfermidades em África através de proporções alarmantes não demonstra diferença entre olhar brasileiro e o olhar da mídia internacional. Pode-se constatar esse fato se olharmos a variável loc_2, constituída pelas notícias provenientes das agências internacionais (New York Times, Gazeta, etc.), como a mais significativa nesta classe. Seguem os exemplos dos surtos anteriores e o mais recente:

“A *OMS*, Organização Mundial da Saúde atualizou ontem o número de mortes da epidemia de febre hemorrágica causada pelo vírus Ebola no Zaire segundo a organização o número subiu de 121 para 146 mas apenas uma morte recente foi registrada de uma religiosa italiana que morreu anteontem as outras vítimas morreram entre janeiro e março o número de casos de acordo com a *OMS* *subiu* para 199”. (**** *rep_8 *Ano_1995 *loc_2).

Nesta segunda a *Organização Mundial da Saúde*, *OMS* informou que o número de pessoas infectadas pelo vírus ebola nos três países mais afetados pela atual epidemia *Serra Leoa Guiné e Libéria* chegou a 20.081 mais de um terço dos casos confirmados em laboratório ocorreu em *Serra Leoa* o país mais atingido no pior surto da doença até hoje segundo a agência das Nações Unidas o número total de mortos é de 7 842 a atual epidemia na *África Ocidental* fez sua primeira vítima há um ano em 28 de dezembro do ano passado o bebê Emile Ouamouno que tinha 2 anos de idade morreu na vila de Meliandou no sul da Guiné”. (**** *rep_278 *Ano_2014 *loc_2).

Verificamos nesta classe um panorama histórico do ebola com o reaparecimento do vírus após 19 anos em 1995. De lá para cá aconteceram vários surtos, porém, foram ignorados e conseqüentemente não tratados enquanto problema social, e sim, problema africano. Ao passo que a Aids, devido ao fato de atingir todas as camadas sociais foi amplamente relevada. Contudo, neste último surto, a doença chamou atenção no mundo todo, tendo sido encontrada vacina com 100% de eficácia, conforme noticiado por *Rapprocher la Science et le développement*, em 31/07/2015.¹¹

Apoiamos a discussão do discurso desta classe no modelo do construtivismo, que enfatiza a construção social de um dado fenômeno ou questão como problema social. Vimos assim, que a construção do ebola enquanto problema social global dependeu das grandes potências ocidentais para a sua conceituação como problemática global, buscando encontrar a forma de remediá-lo. Essa construção leva em conta os interesses

¹¹<http://www.scidev.net/afrique-sub-saharienne/maladie/actualites/tests-concluants-a-100-pour-un-vaccin-anti>

políticos, sociais, econômicos, etc, e nela participam diferentes atores sociais dentre os quais temos: jornalistas, políticos, médicos, movimentos sociais, etc. O que demonstra que o problema social não é dado e por isso, a sua legitimação depende das referências políticas e técnicas e de pessoas especializadas (MAYER; LAFOREST, 1990).

Assim, a elaboração do problema social parece ganhar relevância ao beneficiar mais os atores externos a ele do que aqueles que ativamente participam dele (SANTOS, 1999). Nota-se que o ebola enquanto problema social é definido a partir do olhar ocidental, o que se deve ao fato destes falarem em nome dos africanos, considerados sujeitos de culturas desfavorecidas e cujas experiências de lidar com às doenças são negligenciadas. Aliás, a definição do problema social na visão do autor, extrapola as fronteiras do grupo diretamente atingido, passando a interessar, sobretudo, as principais potências, também interessadas em vantagens econômicas, principalmente nos fármacos.

O gráfico que a seguir apresentamos ilustra quantitativamente a forma como a ebola foi construída como problema social. Percebe-se que no ano em que o surto assumiu proporções além-África, isto é, 2014, a doença recebeu a maior cobertura e visibilidade da FSP com 170 matérias.

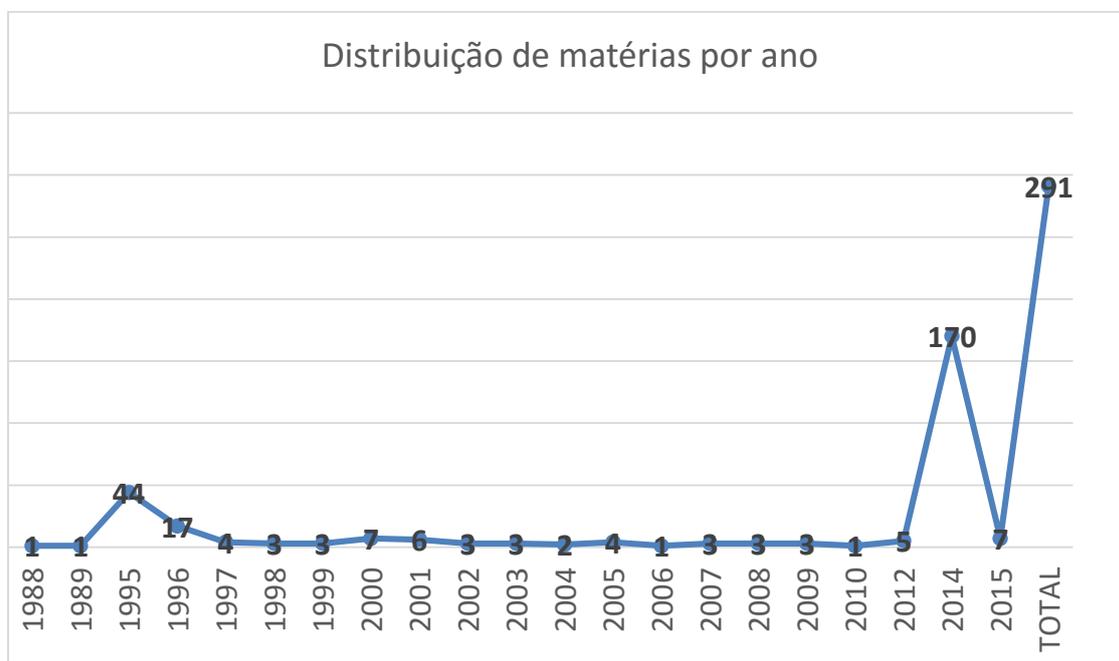


Figura 6 Distribuição das matérias por ano de publicação

Utilizamos por fim a análise fatorial de correspondência (AFC) de modo a explicar princípios implícitos nos discursos das classes (figura 7). A forma como as classes estão

posicionadas espacialmente oferecem informações que possibilitam possíveis convergências e divergências entre as classes.

A localização (loc_1, fonte brasileira) da notícia, sita na classe com maior percentagem assume grande importância tendo em vista que os discursos mais predominantes foram originariamente noticiados no Brasil. No outro polo, as variáveis significativas foram: ano_2014, situado na classe da mobilização versus distanciamento e no polo oposto do discurso dos especialistas. Variável imagem, imag-1, situado na classe do Olhar Exótico e Ambientes Caóticos (classe 4) e no polo oposto do discurso dos especialistas. E por último, variável loc_2, notícias com fontes originárias da imprensa internacional, como New York Times, localizada na classe 2, Histórico, Prognóstico e dados Epidemiológicos situado polo oposto do discurso dos especialistas.

Apontamos que a oposição entre os discursos dos especialistas e não-especialistas parece organizar a dinâmica entre os mundos léxicos destacados. A variável esp-1, discurso do especialista ocupa um espaço enorme na análise fatorial (ver figura 7) e faz parte da classe com maior percentagem na CHD.

6.3.6 Discursos dos especialistas e dos não especialistas

No eixo horizontal vimos na classe 5 o discurso dos especialistas se opondo aos discursos das outras classes, que agrupam os discursos de não especialistas. Ou seja, o discurso do especialista se opõe aos discursos relacionados à Transnacionalização e pânico global; mobilização mundial versus distanciamento; olhar exótico e ambiente caótico; histórico, prognóstico e dados epidemiológicos. Assim, quanto mais à direita mais o discurso é do especialista, e quanto mais à esquerda mais é o discurso dos não especialistas.

No eixo vertical vimos as classes 1 (mobilização mundial versus distanciamento) e 2 (histórico, prognóstico e dados epidemiológicos) se opondo às classes 3 (transnacionalização e pânico global) e 4 (olhar exótico e ambientes caóticos). Quanto mais subindo o eixo vertical, mais o discurso se torna descritivo, e quanto mais descendo o eixo vertical, mais o discurso se torna interpretativo, atuando as crenças e possíveis preconceitos. Convém dizer que os discursos da classe 1 e 2 estão centrados na conscientização do possível cataclismo coletivo que a doença pode acarretar, através dos prognósticos pessimistas, e o modo como o ebola se transformou em problema social desde 1976 aos dias atuais. Por este motivo, os discursos destas duas classes envolvem

não somente o ano deste último surto, mas também, anos anteriores. Já classes 3 e 4 são discursos majoritariamente difundidos no ano 2014 e 2015 e não demonstram mudanças substanciais nas representações da ebola como doença distante e atrelada aos hábitos africanos, uma vez que verificamos a associação do ebola à África (longe do ocidente) e a depreciação dos hábitos e traços culturais africanos. Assim, as relações entre estas duas classes estão pautadas na dicotomia longe-perto, caos-ordem, controle-descontrole.

O discurso de caráter descritivo, situado na parte superior do eixo vertical, aponta para um olhar da construção do ebola enquanto problema social e o seu potencial da globalização e, por conseguinte, causando pânico e terror nas pessoas. Este eixo traz um olhar do ebola como problema público, cuja consequência é nefasta para a sociedade, e problema privado, isto é, nefasta para as pessoas acometidas. Ou seja, o olhar público e privado marca o discurso da parte superior do eixo vertical. Assim, verificamos neste eixo o uso de números/estatísticas para dar concretude e amplificar o risco, através da demonstração de quão fatal pode ser ebola para a humanidade como um todo.

Já o discurso interpretativo, situado na parte inferior do eixo horizontal aponta para o discurso dicotômico ocidente versus África, isto é, ordem versus caos, controle versus descontrole, longínquo versus próximo, “civilidade” versus “incivilidade”. Os discursos da parte inferior do eixo colocam o continente africano como lugar propício para eclosão e proliferação das doenças, uma vez que reúne caos, desorganização e descontrole, por adotarem estilo de vida que vai contra os princípios civilizatórios do ocidente, culpabilizando-os assim, pela entrada das doenças no ocidente. É como se fosse dizer, “aqui está tudo em ordem e sob controle” e “lá reina caos e desorganização total”, pois que “eles” possuem hábitos, comportamentos exóticos, estranhos e primitivos, enquanto isso, “nós” temos hábitos “civilizados”, favorecendo controle das doenças.

O discurso dos especialistas diferentemente dos não especialistas está centrado no debate dos experts sobre o caráter destrutivo do ebola, comparando com grandes catástrofes como Aids, por exemplo. O que Moscovici (2012) denomina de analogia, isto é, uma maneira de ancorar que consiste em colocar um conjunto de ideias numa mesma categoria, criando assim uma relação entre os conceitos novos e os já existentes. Os especialistas focalizam os seus discursos no elo da ligação macaco-homem africano, silenciando a ligação com o morcego, tido como consensual e justificável pelos especialistas. O que nos faz pensar no valor simbólico do macaco com relação a imagem negativa do negro, como determinante para insistência da mídia na ligação do ebola com o contato, consumo e caça da carne dos macacos. Podemos constatar inclusive no ano 2014 o discurso da ligação do ebola a este animal. Essa ligação pode gerar atitudes racistas ou infra-humanizar os hábitos e estilos de vida africana.

A publicação da revista National Geographic¹² de julho de 2015, David Quammen, fez a seguinte pergunta e que achamos relevante colocar nesta discussão:

¹² <http://ngm.nationalgeographic.com/2015/07/ebola/quammen-text>

“onde o vírus se esconde no intervalo entre os surtos? Não nos chimpanzés nem nos gorilas, pois os estudos mostram que, com frequência, o ebola é também letal para esses primatas”. A reportagem mostra que o morcego do tipo *Mops condylurus*, descoberto pelos estudiosos da equipe de Leendertz é o principal reservatório do vírus. No entanto, por que não se fala do morcego tanto quanto os macacos? No intervalo do surto entre 1976 a 1995 pode-se dizer que não foram consumidos carne de macacos em África?

Ora bem, nós acreditamos que enquanto humanos partilhamos 98% de DNA com os macacos, contudo, torna-se problemático apenas quando vinculamos o negro ao macaco. Por que isso acontece? Podemos presumir a ligação pejorativa dos negros com relação aos macacos o fato destes serem tidos preconceituosamente pelos ocidentais como não “civilizados” ou “incivilizáveis”. Ou seja, é como se implicitamente quisessem dizer que o macaco e homem negro são aqueles que não conseguiram evoluir a ponto de se “encaixarem” na lógica civilizatória aos moldes ocidentais, isto é, não conseguiram acompanhar o processo evolutivo que um ser humano ocidental conseguiu. O que significa dizer que nas suas lógicas o homem negro e macaco são espécies inseparáveis, e, por conseguinte, apoiam os seus comportamentos racistas na ligação homem africano/negro macaco. Estamos falando daquilo que Vala (2013) chama da sociogênese do racismo, um tipo de manifestação do preconceito que consiste em classificar o negro como aquele que não conseguiu evoluir da natureza à cultura, permanecendo na primitividade. Isso se explica pela insistência da imprensa em ligar o ebola aos macacos e não aos morcegos, ainda em 2014, apesar da refutação desta hipótese. Uma outra questão que se coloca é o seguinte: por que sempre a África quando falamos das doenças? Acreditamos que a vinculação do ambiente africano à sujeira, natureza exótica, incivil e “subdesenvolvimento” explica o porquê a olho dos ocidentais as doenças são ligadas a este continente. O que também reflete no modo como a ebola é tratada na imprensa brasileira.

Este discurso é nada mais do que negar as qualidades humanas do membro do exogrupo, neste caso, estamos falando da infra-humanização, que consiste na forma de discriminação na qual os membros do exogrupo são tidos como menos humanos que os membros do endogrupo. Ela se dá no processo de sociabilidade em que de acordo com os autores citando Leyens e Yzerbyt (1997) consiste na busca de similitude e diferença em torno do qual os indivíduos procuram reencontrar imagens positivas e valores ideais de si mesmo (DEMOULIN et, al., 2005). O hábito da mídia brasileira de ligar as grandes doenças aos hábitos e costumes africanos é comum. Vimos que o mesmo aconteceu com

Aids, cuja origem é atrelada inicialmente ao contato do homem africano com macaco, e atualmente, o zika vírus, cuja origem é ligada à floresta Zika na Uganda.

A mídia e a sociedade em geral são convidadas a deporem quando se deparam com acontecimentos inesperados, brutais e atípicos. Para tal, recorrem às tipificações, isto é, a forma de lidar com eclosão do novo ou desconhecido a partir do stock de conhecimentos partilhados na sociedade. Ou seja, um modo de colocar as questões do mundo social entre o marco da familiaridade e do reconhecimento, utilizando um conjunto de conhecimento que estão em stock e cujo gênese é iminentemente social (CORREIA, 2005). Assim como no estudo anterior acreditamos as duas imprensas estudadas se debruçam sobre o ebola na África à luz do conhecimento que se tem deste lugar, ancorada no passado histórico da escravidão, aliado ao modo como este lugar é tratado no imaginário social brasileiro, ou seja, a forma de tipificar o continente africano como primitivo, atrasado, cheio de mazelas sociais e estilos de vida não civilizados explicam a forma como este lugar e os seus cidadãos são tratados no espaço público brasileiro. Vimos assim, um continente estigmatizado, tido como “estranho”, isto é, aquele que possui atributo que o torna menos desejável, sobretudo, por causa do elevado descrédito que tem na sociedade brasileira (GOFFMAN, 2012).

Apesar dos sistemas comunicacionais propostos por Moscovici não entrarem como variável explicativa, o discurso da FSP foi em sua maioria parece ser de caráter da difusão e propagação. O primeiro, não se dirige a um público específico, e sim, a uma pluralidade dos públicos, não levando em conta as diferenciações sociais, organizando as mensagens de forma indiferenciada. Assim, a mídia ao se debruçar sobre ebola, o faz com intuito alcançar uma grande camada populacional, difundindo visões por vezes contraditórias e ambivalentes sobre o vírus. No segundo, a produção das mensagens pelos membros de um grupo se dirigem ao próprio grupo. A propagação almeja harmonizar o objeto da comunicação aos princípios que fundamentam a especificidade deste grupo. Esta modalidade de comunicação tem como objetivo a integração de um problema ou informação nova ao sistema de valores do endogrupo. A mídia ao se debruçar sobre o ebola o faz à luz dos valores ocidentais, cuja tendência em falar das doenças consiste em liga-las às classes marginalizadas socialmente (VALA, 2013; MOSCOVICI, 2012).

As representações partilhadas com relação aos africanos se explicam pelo viés da memória coletiva, cuja função consiste em definir a identidade do grupo, assegurando, sobretudo a identidade positiva. Valoriza o passado do grupo pertencente, tido como prestigioso, e o outro exogrupo sendo considerado como tendo um passado menos

brilhante. Esse modo de preservar a identidade positiva do grupo é o que marca a fase de diferenciação positiva (LICATA; KLEIN, 2005). Assim, acreditamos, portanto, que o discurso jornalístico brasileiro se baseia no que é historicamente partilhado sobre o africano e contribui para a perpetuação da imagem negativa do africano no Brasil.

Vimos, portanto, que os estereótipos negativos com relação aos africanos, e, por conseguinte, o preconceito e discriminação, são resultados da falha da conjunção entre o indício racional falho (olhar exagerado na cor da pele) com indício valorativo (MARQUES; PÁES e PINTO, 2013), que relega ao africano ou pele negra a condição da sujeira, barbárie, incivilidade, etc. Tais componentes passam a exercer uma influência considerável nos atos preconceituosos e discriminatórios assim como influencia o lugar que é destinado ao sujeito africano na imprensa e o espaço público brasileiro em tempos ou não da crise potencial, como surto do ebola.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das duas fontes midiáticas serem estudadas em períodos diferentes, as representações sobre ebola provenientes das duas fontes midiáticas apresentam muitos resultados semelhantes. O que pode demonstrar que as representações em torno do ebola não mudaram com o tempo porque persistem na imprensa brasileira as representações que se tem dos africanos, ligadas imaginariamente a um continente atrasado, primitivo e onde emerge grandes males e/ou doenças. Ou seja, persiste cada vez mais o racismo contra os africanos na imprensa brasileira. Em ambos os estudos percebe-se uma atitude ambivalente da mídia na construção do risco, isto é, ora aproxima o risco ora distancia para poder acalmar os ânimos com intuito de preservar a identidade do endogrupo, criando a sensação de que o Brasil e o ocidente em geral têm controle sobre as doenças melhor que os africanos, e por conseguinte, torna-se mais fácil contê-las.

Aparecem nos dois estudos o caráter destrutivo do ebola comparado com grandes enfermidades e que remete à luta/batalha do homem contra o vírus; o fenômeno da alteridade radical que relega ao africano e sua cultura o caráter essencialmente negativo bem como a sua infra-humanização. Vimos, portanto, que as duas imprensas estudadas potencializam os riscos até então ignorados ou desconhecidos em um “pânico generalizado”, ao mesmo tempo em que o distancia do Brasil e do ocidente em geral. Essa aparente ambivalência revela assim, a construção de uma alteridade radicalizada, um “nós” e um “eles”, sendo “eles” (africanos) o estranho, o poluente. Há o contínuo estranhamento e tratamento essencialmente negativo da cultura africana, vista enquanto conjunto de valores culturais que favorecem a disseminação do vírus do ebola, neste caso, o contato do sujeito africano com macaco e as suas crenças e/ou manifestações religiosas.

Observamos ainda, que a ligação do ebola com o macaco como hipótese explicativa não sofreu mutação com o tempo, mesmo com sua refutação no campo científico. Esta hipótese, que acreditamos ter conotação racista, é vista tanto no discurso dos especialistas brasileiros assim como no das agências internacionais. Aliás, as grandes doenças/vírus, como a Aids, e atualmente zika, sempre foram ligadas ao contato do africano com macaco. Este modelo de dar relevância a hipótese do macaco, mesmo que refutável, no caso do ebola, se explica também pelo viés daquilo que Moscovici denomina de focalização, isto é, uma forma de produzir informações dando atenção e relevância a determinados assuntos ignorando outros. Houve a dispersão de informação na forma

ambígua e ambivalente que as imprensas estudadas difundem as informações, uma vez que elas aterrorizam o público com projeções catastróficas e hipóteses explicativas insustentáveis ao invés de darem informação necessária que ajude na prevenção ou conter o clima de terror. Ao falar, por exemplo, da incurabilidade do ebola ao invés de explicitar que não existe remédio específico para a cura, a mídia propaga uma informação que incita o pavor, pânico e medo tremendo.

A forma pela qual a imprensa brasileira organiza os sentidos atribuídos ao ebola se dá em torno de oposições tais como: pureza /impureza, sujeira/limpeza, civilidade/incivilidade, caos/ordem. Os nossos achados demonstram que a crise do ebola reatualiza a temática do reconhecimento social, mais precisamente pela sua negativa. Assim, temos o olhar valorativo do outro africano pelo viés negativo, ligado à sujeira, impureza, incivilidade, descontrole. Diferentemente dos estudos da Aids e sífilis, cuja temática do reconhecimento social é atrelada à conotação moral, situada entre sagrado e profano, moralidade e imoralidade, a temática do reconhecimento social dos nossos achados aponta para a hierarquização cultural atrelada às dicotomias superior/inferior, limpa/suja, evoluída/atrasada, pura/impura, civilizada/incivilizada, controlada/descontrolada, rica/pobre. Vimos, portanto, que a tematização e retematização em torno do ebola está relacionada aos princípios valorativos da cultura e civilização ocidental tida comumente como “superior” em contraposição à cultura africana tida comumente como “inferior”. Esta forma de hierarquizar o outro como inferior por pertencer uma cultura desvalorizada sugere um processo de infra-humanização e uma alteridade radicalizada, isto é, o racismo.

O nosso debate sobre o racismo neste trabalho girou em torno da temática do reconhecimento social na relação Alter e Ego, que se dá pelo reconhecimento do sujeito africano pelo olhar da imprensa brasileira do ponto de vista da negatividade, isto é, o sujeito africano desvalorizado e não reconhecido como sujeito digno, respeitado e “civilizado”, sendo reconhecido basicamente como sujeito das doenças, caos, pobreza, sujeira, impureza, “ignorância”. Ressaltamos que a tematização em torno do vírus ebola apreendida nas duas imprensas não difere do olhar das grandes mídias ocidentais, o que reflete o tipo de educação sobre África e o africano que circula no Brasil e no mundo. Ou seja, como nos ensina Marková, as antinomias no qual se organizam as tematizações e retematizações dependem do contexto sociocultural e educacional.

Para além dos fenômenos da infra-humanização, alteridade radical, temática do reconhecimento social e/ou hierarquização cultural, o racismo presente nos nossos

achados traz um novo elemento, neste caso, a invisibilidade do outro africano. Assim, o discurso racista se dá principalmente pela ausência do outro africano no debate sobre ebola. Vimos assim, a ausência do discurso dos profissionais africanos bem como a ausência da experiência africana e os respectivos traços culturais e costumes no cerne da discussão sobre ebola. O que se deve ao fato dos africanos serem tratados como não sujeitos de direito, isto é, incapazes de assumirem o destino dos seus problemas e cujas culturas são relegadas à desapareição, uma vez que o modelo ocidental da cultura humana é o que todos devem seguir. Dito de outra forma, além das semelhanças e diferenças, as desigualdades do poder marcam o discurso racista das imprensas estudadas.

Neste trabalho trazemos o debate ético da mídia, principalmente, aquilo que ela não diz ou que não dá atenção, que acreditamos, por vezes, ser mais importante do que ela diz. Percebe-se que, da mesma forma que o dito, o não dito pode assumir grande repercussão no espaço público brasileiro. Podemos constatar esse fato se olharmos para o efeito do silenciamento da imagem positiva sobre o africano e o homem negro em geral na imprensa brasileira. Silenciamento que ajuda a perpetuar a imagem negativa do africano e o lugar do negro no baixo escalão da sociedade. Assim, a ideologia da imprensa brasileira, em sua maioria elitizada, favorece a construção da imagem pejorativa e negativa com relação à África e o africano, favorecendo a legitimação do poder hegemônico e perpetuação das desigualdades sociais. Concordamos, portanto com Guareschi ao afirmar que a estrutura midiática brasileira é desonesta, uma vez que se afasta cada vez mais do real propósito de um meio de comunicação, isto é, informar bem e sem omissão o público.

As questões éticas foram levantadas também por Morigi (2004) segundo o qual torna-se necessário debate que vai orientar a produção dos sentidos das produções midiáticas: “longe de ser uma ética universalista, ela é pluralista, em respeito ao multiculturalismo emancipatório, fundamentado em princípios de solidariedade, justiça social, fraternidade e emancipação humana” (p.10). O autor salienta ainda que a partir do século XX os meios de comunicação social passaram a ser cruciais na vida social e cultural das sociedades, contudo, os meios de comunicação brasileira não colocam no cerne da questão os valores morais e éticos para explicar e dar conta da complexidade da vida social.

Importante dizer, que as duas imprensas apresentam notícias provenientes de fontes internacionais como the New York Times, o que demonstra o modo como o discurso brasileiro se assemelha ou reproduz o discurso do colonizador. Os dois estudos

trouxeram a ideia da África como um continente desorganizado, caótico e sem estruturas sanitárias adequadas, criando condições propícias para eclosão e proliferação das doenças. Ou seja, nos dois estudos percebe-se a ligação do ebola com estilos de vida e hábitos culturais dos africanos, isto é, “escolhem” ou “optam” por viver do modo que vivem.

Aos africanos, acreditamos que o não comprometimento dos dirigentes na luta pela melhoria das condições potencializa olhar exótico da mídia e pode criar ilusão de que a colonização foi melhor do que a não colonização. Como Fanon (1961) trouxe em: “Os Condenados da Terra”, os jornalistas vão para fazer relatos espetaculares com intuito de reforçar a ideia de que desde que abandonaram as nações africanas colonizadas tudo anda de mal à pior, mesmo sabendo que quando o outro é domesticado, escravizado e colonizado, as chances do crescimento e a potência criativa são diminuídas, conforme aponta Sartre no prefácio do mesmo livro.

Este estudo configura-se no nível de análise do tipo societal, tal como proposto por Doise (2002). Neste sentido, temos investigado as dimensões ideológicas e culturais atreladas ao olhar da imprensa com relação ao africano, tendo como ponto de partida o ebola. Optamos por utilizar a abordagem societal para a análise pelo fato de ter sido utilizada nos trabalhos que abordam relações intergrupais, nomeadamente estudos de Jorge Vala (2011). A partir deste estudo sentimos a necessidade de olhar nos estudos futuros (tese) para os outros níveis de análise propostos por Doise, neste caso os níveis intra-individual (representações de cada indivíduo) e intergrupais (jogo alteritário em função das posições ocupadas na sociedade: gênero, raça, faixa etária, ocupação).

Apesar dos nossos estudos serem feitos a partir da mídia brasileira, conforme vimos em Oliva, as imagens sobre o ser africano são as que circulam em todas as partes do mundo ocidental, principalmente o Brasil, e também no mundo oriental. A reprodução da lógica imperialista que coloca a Europa ocidental como superior e civilizada e África como inferior e incivilizada continua sendo perpetuada pelos próprios ex-colonizados, o que nos leva a crer que dentro dos pós-colonizados existem colonizados mais colonizados, que é onde África se insere. Um olhar que cega e que olha o africano basicamente de forma depreciativa e escravizada, sendo as qualidades dos africanos silenciadas, isto é, a parte interessante sobre o africano é relegado ao não dito. Assim, acreditamos que este imaginário pode ser transformado se o Brasil parar de reproduzir o olhar do colonizador ou limitar a olhar o africano de forma pejorativa de modo a oferecer as condições propícias para que as futuras gerações possam olhar o africano nas suas

qualidades, diminuindo assim o olhar infra-humanizador sobre o africano, que o coloca lado a lado com os macacos, como aqueles que não evoluíram como os ocidentais.

Conforme aponta estudiosos como Oliva, Rodrigues, Sontag e entre outros, acreditamos que a imagem construída sobre o africano no imaginário ocidental e que o Brasil, por intermédio da imprensa reproduz, precisa melhorar com a construção de uma nova imagem sobre o africano nos livros didáticos, na mídia e entre outros meios didáticos, que ainda resume história da África e do africano às doenças, misérias, pobreza extrema, animalidade, inferioridade, escravo “eterno”. Essas realidades como aponta Oliva (2005, p. 95) “não revelam e nem sintetizam o que é a África, nem seus centros urbanos. Eles são, evidentemente, muito mais do que isso. Os graves problemas existem, e vão continuar existindo nos próximos anos, mas há, nos passados e presentes africanos, muito mais do que fome, guerra, doença e sujeira”. O autor prossegue com argumento que vai ao encontro com aquilo que acreditamos poder ser o fator de empecilho para a melhoria do tratamento do africano no Brasil: “se nossos livros didáticos continuarem a reproduzir as pinturas e imagens dos africanos escravizados, brutalizados ou massacrados pela fome e conflitos, sem uma crítica histórica mais pontual, e se não mudarmos os textos explicativos acerca da História da África e da escravidão, tal tarefa se tornará praticamente impossível de ser bem sucedida” (p.93). Importante salientar que nem todos os africanos foram escravizados e os cidadãos africanos na contemporaneidade não são escravos e nem filhos de escravos e por isso, o africano deve ser visto através da lente mais complexa, e essa lente remete aquilo que denominamos: ser humano, com todas as limitações e qualidades possíveis.

Acreditamos conforme proposto por Silva e Silva (2000) que uma das soluções para o racismo, com o qual concordamos, se baseia na construção do espaço social e político que tolere, aceita e reconhece o outro estranho na sua identidade sociocultural, favorecendo assim a existência multicultural dos povos sem que haja subordinação e subestimação de uma cultura com relação a outra. Aliados a isso, torna-se necessário o vínculo entre os membros dos grupos minoritários e majoritários, a denúncia de comportamentos agressivos com relação ao outro tido como diferente e estranho, estimular por outro lado, as escolas e os respectivos professores provenientes de diferentes culturas a lutarem para o combate de quaisquer formas de preconceito, discriminação, estigma, xenofobia ou intolerância.

Percebe-se nesse último surto da ebola a proporção alarmante que as crises provenientes no continente africano assumem na mídia brasileira. As projeções da doença

nas duas fontes midiáticas foram muito pessimistas, chegando a ponto do ebola ser projetado como possível destruidor em massa, contudo somente na África, como se fosse o único lugar onde morrem pessoas de doença, supostamente onde reina o “caos total”. Dito de outra forma, como se a doença fosse problema unicamente africano ou do negro e não como limitação humana, responsabilidade estatal ou uma das possibilidades existenciais.

Acreditamos cumprir os objetivos que propomos estudar, nomeadamente, a articulação dos conceitos de alteridade, construção do risco, mídia, problema social e racismo perante surto do ebola. As nossas questões foram respondidas, uma vez que a mídia olha o continente africano como lugar das mazelas sociais e caos generalizado. A alteridade é vista na relação mídia-outro africano distante na sua forma radical, principalmente, os discursos em torno do ebola que infra-humanizam o africano, incitam o racismo, potencializando o risco tido como inicialmente só africano. No entanto, como qualquer estudo científico, este estudo apresenta uma versão parcial e localizada, uma vez que análise do conteúdo tanto clássica assim como o uso do computador são interpretativas, e por isso, oferece um tipo de visão que no olhar de outro pesquisador pode oferecer outras interpretações.

Embora circunscrito a uma revista e um jornal, o conjunto de observações que foi produzido aponta para uma forma de construção social do risco que enseja elementos alteritários, podendo fomentar ou exacerbar preconceito e discriminação contra pessoas de origem africana. O nosso estudo fornece uma prova empírica para demonstrar que o racismo é um fenômeno fortemente presente nas instituições midiáticas. Estudos mais abrangentes devem ser realizados e é nessa pista que se concentram nossos estudos futuros.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAKIJA, A. Mídia e Identidade Negra. In: Borges, R.C.S. e Borges, R. (orgs). Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates. **Mídia e racismo**. Brasília, DF: ABPN, p.108-153, 2012.

ALEXANDRE, M. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum**, v. 6, n. 17, p. 111–125, 2001.

ALSINA, R.M. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagen e som: un manual práctico**. Petropolis: Vozes, 2012.

BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual práctico**. Petropolis: Vozes, p.189-217, 2012.

BAUER, M.W.; GASKELL, G; ALLUM, N.C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento - Evitando confusões. In: BAUER, M. W.; Gaskell, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual práctico**. Petropolis: Vozes, p.17-36, 2012.

BAUER, M. A popularização da ciência como imunização cultural: a função das representações sociais. In: Jovchelovitch e Guareschi (orgs.), **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, p. 183-2007, 1994.

BECK, U. A Política Na Sociedade de Risco. **Idéias-Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP**, v. 1, n. 1, 2010.

BAUMAN, Z. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BORGES, A. et al. Pós-Antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 2, p. 347–369, 2015.

BORGES, R.S. Mídia, racismos e representações do outro. In: Borges, R.C.S. e Borges, R. (orgs). Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates, **Mídia e Racismo**. Brasília, DF: ABPN, p.180-205, 2012

BUTLER, J. Inversões Sexuais. In: Passos, I.C.F. **Poder, normalização e violência, Incursões foucaultianas para atualidade**. São Paulo, autêntica editora, p.91-108, 2008.

CABECINHAS, R.; FEIJÓ, J. Representações sociais do processo colonial-perspetivas cruzadas entre estudantes moçambicanos e portugueses. **Configurações. Revista de sociologia**, n. 12, p. 117–139, 2013.

CAMARGO, BV.; JUSTO, A.M. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. LACCOS. Brasil: UFSC, p. 01-18, 2013.

CARRANÇA, F. O combate ao racismo nos meios de comunicação. In: Borges, R.C.S. e Borges, R. (orgs). Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates. **Mídia e Racismo**. Brasília, DF: ABPN , p.154-179, 2012

CÉSAIRE, A. **Cultura e Colonização**. In: Ntichilé, J. **Discours sur Le colonialisme**. Paris : presence african, p.253-271, 1956.

CLEMENCE, A., GREEN, E.G.T., COURVOISIER, N. Comunicação e Ancoragem: a difusão e a transformação das representações In: Almeida, A.M.O., Santos, M.F.S., Trindade, A.Z. (Orgs). **Teoria das Representações Sociais 50 anos**, 2ª edição/iBook/pdf, p.238-253, 2014.

CORREIA, J. C. **A teoria da comunicação de Alfred Schutz**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

CORREIA, J. C., VIZEU, A. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In A. Vizeu (Org.), **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 11–28, 2008.

DEMOULIN, S. et al., Les cas de l’infra-humanization. In: Mazas, M.S. e Licata, L. (orgs). **L’Autre Regards Psychosociaux**. Presses Universitaires de Grenoble, p.73-94, 2005.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S.; NETZ, S. R. O planejamento da pesquisa qualitativa-**teorias e abordagens**, p.73-93, 2006.

DINIZ, D. Bioética e gênero. **Revista Bioética**, v. 16, n. 2, 2008.

DOISE, W. Da psicologia social à psicologia societal. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 27–35, 2002.

FANON, F.. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, F. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1961.

FANON, F. Racismo e Cultura. In: Ntchilé, J. **Discours sur Le colonialisme**. Paris: presence africaine, p.273-287, 1956.

FAYE, S.L. **Ebola: leçons apprises du point de vue d'un anthropologue**. Rapprocher la science et le développement, 2014.

FERRO, R. O negro sem cor no telejornalismo brasileiro. In: Borges, R.C.S. e Borges, R. (orgs). Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates, **Mídia e Racismo**. Brasília, DF: ABPN, p.74-83, 2012.

FONER, N.; SIMON, P. **Fear**. Anxiety, and National Identity: Immigration and Belonging in North America and Western Europe. In: FONER, N.; Simon, P. **Fear. Anxiety, and National Identity**. The Russell Sage Foundation, p.1-25, 2015.

FOUCAULT, M. **Genealogía del racismo**. La Plata, Argentina: Editorial Altamira, 1996.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1988.

GREEN, E.G.T. L'Autre Collectiviste : processus de mise en altérité dans la psychologie interculturelle. In: Mazas, M.S. e Licata, L.(orgs). **L'Autre Regards Psychosociaux**. Presses Universitaires de Grenoble, p.149-174, 2005.

GUARESCHI, P. A. Fenômeno da Comunicação Hoje. In: Guareschi, P (org). **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. Petrópolis: Editora Vozes, p.37-92, 2000.

HERZLICH, C. Saúde e doença no início do século XXI: entre a experiência privada e a esfera pública. **Physis**, v. 14, n. 2, p. 383–394, 2004.

HERZLICH, C.; PIERRET, J. Uma doença no espaço público: a Aids em seis jornais franceses. **Physis**, v. 2, n. 1, p. 7–35, 2005.

JAHODA, G. Des Origines de L'antagonisme envers « les Autres ». In: Mazas, M.S. e Licata, L.(orgs).**L'Autre Regards Psychosociaux**. Presses Universitaires de Grenoble, p.49-72, 2005

JODELET, D. Formes et Figures de L'altérité. In: Mazas, M.S. e Licata, L.(orgs).**L'Autre Regards Psychosociaux**. Presses Universitaires de Grenoble, p.23-47, 2005.

JODELET, D. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: A. Arruda (org.) **Representando Alteridade**. Petrópolis: Vozes, p. 47-67, 2002.

JODELET, D. **Folie et Representations Sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

JOFFE, H. “Eu-não, meu-grupo-não”: Representações Sociais Transculturais da AIDS. In: S. Jovchelovitch e P. Guareschi (orgs.) **Textos em Representações Sociais**, Petrópolis: Vozes, p.239-261, 2012.

JOFFE, H. Social Representation of a Food Risk: The Hong Kong Avian Bird Flu Epidemic. **Journal of Health Psychology**, v. 9, n. 4, p. 517–533, 1 jul. 2004.

JOFFE, H.; HAARHOFF, G. Representations of far-flung illnesses: the case of Ebola in Britain. **Social science & medicine**, v. 54, n. 6, p. 955–969, 2002.

JOFFE, H.; ORFALI, B. De la perception à la représentation du risque: le rôle des médias. **Hermès, La Revue**, v. 41, n. 1, p. 121–129, 2005.

JOFFE, H. A degradação, desejo e “o outro”. In: A. Arruda (orgs.). **Representando a Alteridade**. Petrópolis: Vozes, p.109-12, 2002.

JOVCHELOVITCH, S. **La Fonction Symbolique et la Construction Des Représentations : la dynamique communicationnelle EGO/ALTER/OBJET.** France : Hermès, v. n.41, p.51-57, 2005

JOVCHELOVITCH, S. Re(des)coabrindo o outro-para um entendimento da alteridade da teoria das representações sociais. In: A. Arruda (org.), *Representando a Alteridade.* Petrópolis : Vozes, p. 69-82, 2002

KALAMPALIKIS, N., MOSCOVICI, S. **Une approche pragmatique de l'analyse Alceste.** *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, v.66, p.15-24, 2005

KELLE, U. Análise com auxílio de computador: codificação e indexação. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, p.393-415, 2012.

LICATA, L., KLEIN, O., **Regards Croisés sur un Passé Commun : anciens colonisés et anciens coloniaux face à la action au Congo.** In: Mazas, M.S. e Licata, L.(orgs). *L'Autre Regards Psychosociaux.* Presses Universitaires de Grenoble, p.241-278, 2005.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de psicologia** (Natal), v.9, n.3 p. 401-411, 2004.

LIMA, M.E.O. Preconceito. In: Camino, L. Torres, A.R..R., Lima M.E.O., Pereira, M.E. **Psicologia Social: temas e teorias.** Brasília Technopolitik, p. 589-642, 2013.

LIAKOPOULOS, M. Pandora's box or panacea? Using metaphors to create the public representations of biotechnology. **Public Understanding of Science**, p.5–32, 2002.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais as dinâmicas da mente.** Petrópolis: Vozes, 2008.

MARKOVÁ, I. Des thémata de base des représentations sociales du sida. In: Garnier, C. (org). **Les formes de la pensée sociale**. 1. éd . Paris: Presses universitaires de France, p.55-78, 2002.

MARKOVÁ, I.; WILKIE, P. Representations, Concepts and Social Change: The phenomenon of AIDS. **London, Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. n. **171**. p.390-406, 1987.

MARQUES, J.M., PÁES, D., PINTO, I.R. Estereótipos: antecedentes e consequências das crenças sobre os grupos. In: Vala, J., Monteiro, M.B.(orgs). **Psicologia Social**. Fundação Calouste Gulbenkian, 9ªed, Lisboa, p.435-492, 2013.

MAYER, R., LAFOREST, M. Problème social: le concept et les principales écoles théoriques. **Erudit**, v. 39, n. 2, p.13-43, 1998.

MORIGI, V.J. Teoria Social e Comunicação: Representações Sociais, Produção dos Sentidos e Construtores dos Imaginários Midiáticos. UFRGS: **Revista eletrônica de e-compós**, v.n.1, p.1-14, 2004.

MOSCOVI, Serge. **A Psicanálise, Sua Imagem e Seu Público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

Müller, T.M.P.). Negras e negros: pesquisas e debates. In: Borges, R.C.S., Borges, R. (orgs). Coleção Negras e negros: Pesquisas e debates. (orgs.). **Mídia e racismo**. Brasília: ABPN, p. 5-20, 2012.

NASCIMENTO, A. R. A. DO; MENANDRO, P. R. M. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 6, n. 2, p. 72–88, 2006.

NAIL, T. The Barbarism Of The Migrant. **Stanford University Press Blog**, p.1-7, 2015. Disponível em <http://stanfordpress.typepad.com/blog/2015/09/the-barbarism-of-the-migrant.html>

OLIVA, A. Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no imaginário Ocidental. **Em tempo de histórias**, n. 09, p. 90-114, 2005.

ROSEMBERG, F., ANDRADE, M.P. Infância na mídia brasileira e Ideologia. In: Vilela, A.M.J., Sato, L (orgs). **Diálogos Em Psicologia Social**. Biblioteca virtual das ciências Humanas, p.285-307, 2012.

ROSE, N. **A Política da Própria Vida, biomedicina, poder, subjetividade no século XXI**. São Paulo: Paulus, 2013.

PEREIRA, C.; TORRES, A. R. R.; ALMEIDA, S. T. Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 16, n. 1, p. 95–107, 2003a.

RODRIGUES, J. Reflexões sobre tráfico de africanos, doenças e relações raciais. **História e Perspectivas**, p.15-34, 2012.

SAID, E. W. **Orientalismo o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, B.S. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B.S e Meneses, M.P. (orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, p.31-83, 2010.

SANTOS, J.R. A propósito das noções de “problema social” e “problema sociológico”. **Universidade de Évora: CIDEHUS**, p.1-18, 2000.

SCHWARCZ, L.M., STARLING, H.M. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: companhia de Letras, 2015.

SAWAIA, B.B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão / inclusão. In: SAWAIA, B.B (org). **As Artemanhas da Exclusão, Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. 13°. ed. Rio de Janeiro, Vozes, p. 99–119, 2013.

SILVA, M.C. e SILVA, S. Práticas e Representações Sociais Face aos Ciganos. O caso de Oleiros, Vila Verde. **Universidade de Minho**, p.58-86, 2000.

SIMONEAU, A. S.; DE OLIVEIRA, D. C. Representações sociais e meios de comunicação: produção do conhecimento científico em periódicos brasileiros/Social representations and media: scientific knowledge production in Brazilian journals. **Psicologia e Saber Social**, v. 3, n. 2, p. 281–300, 2015.

SODRÉ, M. Sobre imprensa negra. **Facom/UFJF: Lumina**, v. 1, n. 1, p. 23–32, 1998.

SONTAG, S. **Aids e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAJFEL, HENRI. **Grupos Humanos e Categorias Sociais**. In: Estudos em Psicologia Social. 1º volume, livros horizonte, 1981.

THOMPSON, J.B. **A Mídia e Modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VALA, J.; CASTRO, P. Pensamento Social e Representações Sociais. In: Vala, J., Monteiro, M.B.(orgs). **Psicologia Social**. Fundação Calouste Gulbenkian, 9ªed, Lisboa, p.569-574, 2013.

VALA, J. Racisms: Social representations, racial prejudice and normative pressures. **Papers on Social Representations**, v. 22, p. 1-29, 2013.

VALA, J. Representações sociais e percepções intergrupais. **Análise Social**, Quarta Série.
v. 32, n. 140, p. 7–29, 1 jan. 1997.